



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE -
MAPPS**

RICARDO MOURA BRAGA CAVALCANTE

**VIDAS BREVES: investigação acerca dos assassinatos de
adolescentes em fortaleza**

FORTALEZA – CEARÁ

2011

RICARDO MOURA BRAGA CAVALCANTE

VIDAS BREVES: investigação acerca dos assassinatos de jovens e adolescentes em fortaleza

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas.

FORTALEZA – CEARÁ
2011

RICARDO MOURA BRAGA CAVALCANTE

VIDAS BREVES: uma investigação acerca dos assassinatos de jovens e adolescentes em fortaleza

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Área de concentração: Políticas Públicas, Sociologia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. César Barreira

Universidade Federal do Ceará – UFC

Profª Drª Glaucíria Mota Brasil
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Dedicado a todos os que lutam pela
melhoria das condições de vida das
crianças e dos adolescentes de
Fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que confiaram neste trabalho e se dispuseram a me ajudar, em especial aos jovens seus familiares que, com a devida coragem, se dispuseram a revelar suas histórias.

Ao professor doutor Gil, pela atenção, pela aposta no trabalho desde seu início, pelos ensinamentos ao longo desta jornada e pelo exemplo de seriedade no trato com a ciência.

Ao Paulo Uchôa, pela disponibilidade em fazer a ponte com os jovens do Jangurussu e pelo constante apoio dado durante a realização da pesquisa.

À professora doutora Glaucíria Mota Brasil pelas observações a respeito do trabalho, pela generosidade com que sempre me tratou, pelos puxões de orelha e pelos livros, que prometo devolvê-los em breve. Ao professor doutor César Barreira, pelo olhar apurado que me ajudou a ir mais além.

À minha mulher, Érika, pela paciência, por aturar as minhas longas conversas sobre meu objeto de estudo e pelo apoio nos momentos mais necessários. À mãe dela, dona Alaíde, e à minha mãe, Urbani, por ficarem com os meninos enquanto escrevia a dissertação. Ao Tales e ao Saulo, por terem se comportado enquanto eu revisava o trabalho e ficava de cabeça quente.

À Rebeca, pelas transcrições, pelo cuidado e apuro em fazer o registro dos entrevistados. Certamente, esse luxuoso auxílio fez o trabalho progredir e muito. À Raquel, que se dispôs a me ajudar logo no início da pesquisa e cujo levantamento ainda será bastante útil e conhecido.

À turma do mestrado, que contribuiu com opiniões, dicas, desabafos, experiências vividas. Um abraço a todos em nome do líder da turma, o Daniel.

Aos professores do MAPPS, pela atenção e por proporcionarem outra visão sobre temas que pensávamos ser conhecidos.

Aos meus amigos professores, companheiros de alegrias e tristezas. Sempre me ouvindo e me dando força. Em especial ao Joatan, a quem espero contar com novas parcerias.

À Mara, do Cedeca-CE, que me permitiu ampliar o alcance desta pesquisa com seus contatos e experiência sobre o assunto.

RESUMO

Inserese na linha de investigação que estuda as relações entre adolescência, violência e espaço urbano. O objeto de pesquisa são os adolescentes assassinados em Fortaleza. São pessoas que tiveram a transição para a vida adulta negada de forma brusca e violenta. Com base nas reflexões dos filósofos Giorgio Agamben e Paul Ricoeur, bem como do jurista alemão Günter Jakobs, busca-se compreender os adolescentes pobres de alguns bairros da periferia como sujeitos de um estado de exceção permanente, no qual são encarados, no plano operacional, como inimigos da ordem social pelos agentes públicos e pela própria comunidade. Pode-se perceber, ainda, a prática de uma sutil política de esquecimento de tais mortes e de suas vítimas. Com efeito, trabalha-se com suporte nos relatos de familiares e amigos, objetivando a reconstrução de suas breves trajetórias. Minha hipótese é a de que tais adolescentes estão submetidos a um território de exceção elaborado socialmente no qual a supressão de direitos básicos é contínua. Esses espaços — onde se deixam os jovens morrer e seus óbitos não chegam sequer a ser investigados — não estão dispostos de maneira aleatória na Cidade. Eles se concentram justamente nas áreas mais afastadas do Centro e dos bairros de maior poder aquisitivo. O campo pesquisado é o Grande Jangurussu, mais especificamente, a comunidade do Santa Filomena. Em tal território, as vidas dos adolescentes e jovens pouco valem, podendo ser ceifadas a qualquer momento em disputas por pontos de venda de droga ou conflitos interpessoais.

PALAVRAS-CHAVE: ASSASSINATO DE ADOLESCENTES. TERRITÓRIO DE EXCEÇÃO. VIOLÊNCIA E ESPAÇO URBANO.

ABSTRACT

This work fits in the line of research that studies the relationships between teens, violence and urban space. My research subject is teenagers killed in Fortaleza. These are people who have had the transition to adulthood denied abruptly and violently. From the reflections of philosophers Giorgio Agamben and Paul Ricoeur, as well as the German jurist Jakobs Günter, I seek to understand the poor teenagers in some neighborhoods on the periphery as subjects of a state of permanent exception, in which are seen at the operational level, as enemies social order by state officials and the community itself. You can still see the practice of a subtle policy of forgetting the killings and their victims. In this sense, work from the reports of family and friends in order to rebuild their brief careers. My hypothesis is that these teenagers are subject to an exception socially constructed area in which the suppression of basic rights is ongoing. These spaces - where young people are left to die and their deaths are not even being investigated - are not arranged randomly in the city. They are on just the areas furthest from the center and the more affluent neighborhoods. The field of research is the Great Jangurussu, more specifically the community of Santa Filomena. In this territory, the lives of teenagers and young adults are of little value and can be harvested at any time in disputes over points of sale of drugs or interpersonal conflicts.

KEYWORDS: MURDER OF TEENAGERS. TERRITORY OF EXCEPTION. VIOLENCE AND URBAN SPACE.

LISTA DE FIGURAS

1 Fluxo e concentração do setor imobiliário formal de Fortaleza	46
2 Famílias com renda <i>per capita</i> de mais de três salários mínimos	49
3 Famílias com renda <i>per capita</i> entre meio e um salário mínimo	49
4 Áreas de tipologia inferior em Fortaleza	67
5 Reprodução do boletim mensal sobre homicídios no Estado, publicado no <i>site</i> da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)	132

E TABELAS

1	Quantidade de homicídios na faixa de 15 a 24 anos - Município de Fortaleza	12
2	Homicídios nos bairros de Fortaleza (2007-2009) - Todas as faixas etárias	50
3	Homicídios de adolescentes na faixa etária de 15 a 18 anos nos bairros de Fortaleza (2007-2009)	51
4	Homicídios em geral e homicídios de adolescentes em Fortaleza - Quadro comparativo - bairros com maior vulnerabilidade juvenil	52
5	Homicídios em geral e homicídios de adolescentes em Fortaleza - Quadro comparativo – proporção	52
6	População de 15 a 19 anos em Fortaleza (por bairro)	53
7	Apreensões no Grande Jangurussu	75
8	PPAs Governo Tasso e Governo Lúcio	104
9	Indicadores sociais 2007 - IPECE	105
10	Índice de exclusão social – Ceará, Nordeste e Brasil	105
11	Internações de adolescentes no Ceará	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A ELABORAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE COMO INIMIGO PÚBLICO	23
2.1 Inimigos públicos	28
2.2 Sujeição criminal	34
2.3 Caso Mel: um herói incriminado sob as lentes da TV	36
2.4 Permissão para matar	41
3 O MAPA DOS ASSASSINATOS DE ADOLESCENTES EM FORTALEZA	45
3.1 Lógica territorial dos assassinatos dos adolescentes	50
3.2 Da biopolítica à tanatopolítica	53
3.3 Percorrendo o Jangurussu	58
4 O JANGURUSSU COMO TERRITÓRIO DE EXCEÇÃO	70
4.1 Anatomia do microtráfico no Jangurussu	74
4.2 Sociabilidade violenta	81
4.3 Do “Zé Mané” ao “Cara”. Do “Cara” ao “Zé Mané”	84
4.4 Polícia não falta, falta investigação	87
5 ESTRANHOS NO PARAÍSO – A AUSÊNCIA DOS ADOLESCENTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO TIPO EXPORTAÇÃO	92
5.1 O adolescente como foco da política pública	98
5.2.1 O adolescente visto pela gestão Lúcio Alcântara (2003-2006)	100
5.2.2 O adolescente visto pela gestão Cid Gomes (2007-2010)	106
6 POLÍTICAS DO ESQUECIMENTO E DE EXCEÇÃO	111
6.1 Direito penal do inimigo	111
6.1.1 Culpa por antecipação	113
6.1.2 Detenção como principal recurso	119
6.1.3 Direitos desrespeitados	121
6.2 Vidas invisíveis	123
6.3 Vidas sem memória	126

1 INTRODUÇÃO

*“A juventude é rica, a juventude é pobre
A juventude sofre e ninguém parece perceber
Eu tenho um coração
Eu tenho ideais
Eu gosto de cinema
E de coisas naturais
E penso sempre em sexo, oh yeah!”
Renato Russo, Aloha*

De maneira estúpida e brutal, muitos adolescentes perdem suas vidas quase que diariamente pelas ruas de Fortaleza. Não tiveram a oportunidade de conquistar um emprego tão ansiosamente desejado, casar, ter filhos e vê-los crescendo. São trajetórias pessoais que se encerram de modo abrupto, abatidas no momento em que se preparavam para alçar voos mais longos. O Mapa da Violência 2011¹ retrata bem esse problema. De 1998 a 2008, Fortaleza registrou um aumento de 148,80% no número de homicídios cometidos contra jovens e adolescentes. A taxa de assassinatos, que era de 9,7% (em 1997), saltou para 19,7%, em 2007. Em dois períodos – 1999/2000 e 2004/2005 - observa-se brusca elevação na quantidade de tais ocorrências.

¹ O Mapa da Violência 2011 foi uma realização conjunta entre o Instituto Sangari e o Ministério da Justiça.

Tabela 1 – Quantidade de homicídios na faixa de 15 a 24 anos – Município de Fortaleza

Homicídios 15 a 24 anos – Fortaleza												
Anos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Crescimento
Fortaleza	162	184	237	240	261	231	239	336	374	435	403	148,80%

Fonte: Mapa da Violência 2011

Nos últimos três anos (2008 a 2010), a mesma tendência se mantém. Dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) revelam que 23 adolescentes, entre 12 e 17 anos, são assassinados por mês, no Ceará. Em 2008, 271 pessoas dessa faixa etária foram vítimas de homicídio no Estado. Em 2009, esse número passou para 276. Somente nos sete primeiros meses de 2010, 164 mortes foram contabilizadas pelos órgãos públicos de segurança².

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), por sua vez, calcula a possibilidade de que um adolescente venha a ser morto assassinado. De acordo com a própria definição do indicador, o IHA "corresponde ao número de adolescentes que, tendo chegado a uma idade inicial (12 anos), morreriam vítimas de homicídio antes de alcançar a idade final (19 anos)". Esse número de mortes por homicídio está referido a um grupo inicial de 1.000 adolescentes com 12 anos. Fortaleza obteve média 3,1 no levantamento mais recente, ou seja, no IHA 2007. Isso significa dizer que, mantidas as condições existentes naquele ano, 1.034 adolescentes serão assassinados em Fortaleza nos próximos sete anos³. Para efeito de comparação, as médias do IHA de 2005 e 2006 foram 2,15 e 2,24, respectivamente.

O assassinato de adolescentes é uma questão de política pública que não envolve apenas a área da Segurança Pública, mas passa ainda pelas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social. É um tema complexo para o qual temos mais

² **O POVO**, Fortaleza, 06 set. 10. Caderno Fortaleza, p.4.

³ O IHA foi desenvolvido em 2009 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Observatório de Favelas e UNICEF em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da UERJ.

perguntas do que respostas. Esta dissertação tem como objetivo principal compreender esse fenômeno, valendo-se, para tanto, de uma discussão sobre as teorias acerca do tema e do trabalho de pesquisa de campo. O discurso corrente sobre o assunto — e que perpassa os meios de comunicação, a polícia e a própria população — carece de dados mais objetivos e de análises mais acuradas. Importante para compreensão científica e da sociedade é tornar essa discussão mais complexa, fugindo assim das armadilhas de um diagnóstico baseado unicamente no senso comum e de uma solução meramente repressiva. É nessa trincheira que este trabalho se insere, ao lado de outras reflexões e de muitos esforços coletivos que têm como meta a superação dessa realidade.

Por muito tempo, os estudiosos da violência em Fortaleza tiveram de se contentar com o Mapa da Violência, de abrangência nacional, para poder analisar os casos de homicídios ocorridos na Capital. Além desse recurso, estatísticas elaboradas pelos meios de comunicação, baseadas em informações geradas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), serviram de referencial objetivo para a compreensão do fenômeno. As informações divulgadas pela imprensa, no entanto, carecem de maior cientificidade e de maior transparência no que se refere a sua metodologia. Essa característica faz com que as minúcias, bem como as complexas áreas de tensão na epiderme urbana, deixassem de ser observadas com o grau de profundidade necessário. Essa lacuna começou a ser preenchida no segundo semestre de 2009, com a pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência de Fortaleza, um alentado esforço de pesquisa envolvendo duas instituições de ensino superior - a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), e a Guarda Municipal de Fortaleza (GMF), com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. O projeto teve como objetivo principal formular o mapa da criminalidade e da violência em Fortaleza relativo aos anos de 2007, 2008 e 2009. A origem dos dados decorre de um levantamento feito nos registros de óbito do Instituto Médico Legal (IML). Dados referentes a outros municípios da Região Metropolitana foram eliminados e os casos em que a procedência era incerta foram descartados, para que se pudesse obter o quadro mais próximo possível desse tipo de ação violenta. A publicação do mapa, no

segundo semestre de 2011, almeja tornar-se referência para avaliação de políticas públicas e ações governamentais.

Os dados brutos da primeira fase desse projeto nos permitiram realizar um recorte demográfico dos homicídios na Capital. Esses resultados, no entanto, não foram encarados como absolutos, mas confrontados com outros índices para que se pudesse estabelecer um perfil socioeconômico das áreas mais violentas da Cidade no que se refere ao assassinato de jovens e adolescentes. Com efeito, indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairro, população jovem, concentração de renda e escolaridade foram levados em consideração, tanto na análise dos registros do IML quanto na formulação da análise sobre o material coletado na pesquisa de campo.

Encerrada esta etapa, pudemos enfim definir o objeto de pesquisa. Nosso ponto de partida são as breves trajetórias de vida de adolescentes assassinados no bairro Jangurussu, em Fortaleza. O relato de suas existências norteará todo o percurso teórico/metodológico desta dissertação. Daremos ênfase, no entanto, aos jovens mortos quando tinham entre 15 e 18 anos. Tal escolha nada tem de aleatória e deve-se a uma série de razões. Vamos a elas.

1) Os adolescentes que têm entre 15 e 18 anos situam-se em uma zona de transição. É nesse período que a maioria dos jovens cursa (ou deveria cursar) o ensino médio, ou seja, a etapa final da Educação Básica. É nesse período, ainda, que as decisões da vida adulta começam a ser tomadas ou que, pelo menos, passam a ser alvo de preocupação: emprego, formação acadêmica, relação sexual, família etc. Obviamente, tais considerações dizem respeito a um conceito geral e abstrato de adolescência, sem levar em conta sua imensa multiplicidade de formas. Para muitas crianças e adolescentes, as questões sequer chegam a ser vistas como uma possibilidade. Para alguns, foram respondidas há tempos e, por vezes, da pior maneira. Mencionamos aqui, em especial, as crianças que ingressam no mundo do crime e no da prostituição infantil; e aos adolescentes que têm suas vidas interrompidas antes de se tornarem adultos efetivamente. O fato de nos concentrar nessa faixa etária, contudo, não representará uma camisa de força metodológica. Como explicitado adiante,

apresentaremos o relato de uma mãe que teve um filho de apenas 13 anos assassinado. As condições que cercaram sua morte, no entanto, são bastante similares às de outros adolescentes mais velhos, daí a sua inclusão no presente trabalho.

2) A faixa dos 15 aos 18 anos marca ainda a reta final da proteção legal prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), embora, em casos excepcionais, essa cobertura possa ser expandida até os 21 anos. Por coincidência, todos os jovens pesquisados nasceram sob a égide do Estatuto, que teve sua promulgação em 13 de julho de 1990. Esses adolescentes deveriam ter assegurados plenamente os cinco direitos fundamentais descritos pela legislação (Direito à Vida e à Saúde; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; e o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho).

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

3) Ao observar a distribuição geográfica dos homicídios de adolescentes em Fortaleza, pudemos perceber três grandes áreas de concentração de mortes: Grande Bom Jardim, Grande Messejana e Grande Jangurussu⁴. Somadas, elas representam mais da metade das ocorrências de homicídio nessa faixa etária nos últimos três anos (2007 a 2009). Decidimos, contudo, tomar o Jangurussu como campo de pesquisa. Além da limitação deste ensaio, que nos impede de analisar em profundidade todas as três grandes áreas, com suas semelhanças e diferenças, algumas razões nos fizeram adotar essa escolha. Ao contrário do Bom Jardim, que possui um histórico de intensa

⁴ Cabe aqui ressaltar que tais bairros recebem a denominação de “grandes” por sua complexa dinâmica interna de formação territorial e populacional. O Grande Bom Jardim, por exemplo, abriga cinco comunidades que poderiam efetivamente se tornar bairros oficiais. Um exemplo disso aconteceu com o Conjunto Palmeiras, uma comunidade do Grande Jangurussu que se tornou oficialmente bairro em 2007. Evidentemente, tais configurações não se dão de forma pacífica nem de modo planejado. Elas são resultado, na maioria das vezes, do crescimento desordenado da cidade de Fortaleza.

luta dos movimentos sociais - haja vista o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), criado em 1994, com apoio do então Arcebispo de Fortaleza, a mobilização social no Jangurussu não possui a mesma articulação e longevidade. Isso se reflete tanto em um poder de pressão social mais reduzido quanto em um maior desconhecimento da região por parte da Academia. Este experimento, por seu caráter analítico, tem como pretensão servir como subsídio às forças vivas do bairro. A Grande Messejana, por sua vez, abrange uma região muito extensa, com muitas localidades distintas e ocupações, o que dificulta uma melhor apreensão do fenômeno focalizado. Comunidades pertencentes àquela região, como Parque São Miguel, Curió e Comunidade Por do Sol, por exemplo, demandariam trabalho específico de pesquisa por causa de sua complexidade. Abrigá-las sobre a mesma unidade territorial intitulada “Grande Messejana” seria simplificar grosseiramente tais nuances. Embora o Grande Jangurussu abranja comunidades como o Barroso I e II, João Paulo II, São Cristovão e Conjunto Palmeiras (que se tornou oficialmente bairro durante o período de anos pesquisado), cremos se tratar de uma unidade territorial um pouco mais homogênea do que a Grande Messejana. Toda essa exposição, no entanto, não significa dizer que as microrregiões de Fortaleza sejam espaços estanques. Ao contrário. As transições de um bairro para outro são intensas sob todos os seus aspectos, até mesmo no que se refere à violência executada e sofrida pelos jovens. Não raro as disputas pela ocupação de um mesmo território resultam, no seu modo mais extremo, em mortes de ambos os lados. Outro exemplo dessa mobilidade da violência é o de moradores de um bairro que praticam crimes ou adquirem drogas em bairros vizinhos. No Jangurussu mesmo tomamos conhecimento de um ponto de venda de drogas que atendia usuários não somente daquele bairro, mas também de várias localidades da Capital. Paralelamente a isso, a cocaína revendida era obtida em outro ponto de Fortaleza, como nos bairros Edson Queiroz e Lagamar. Essa mobilidade, certamente, é uma característica que não pode ser deixada de lado em qualquer análise que se faça sobre esse fenômeno.

A definição das trajetórias, certamente, foi a que menos dependeu da nossa vontade. Para dar voz ao relato das vidas breves dos adolescentes da pesquisa, entramos em contato com lideranças comunitárias, profissionais do ensino e familiares

das vítimas. Muitos se recusaram a falar, temendo alguma represália, enquanto outros não tinham interesse em relembrar as tragédias pessoais vividas. Além disso, e esta certamente foi nossa principal dificuldade, após os assassinatos dos adolescentes, muitas famílias deixam o lugar em que moravam com destino a outras cidades ou bairros mais distantes, tentando talvez curar as feridas e, até mesmo, por causa das ameaças sofridas, evitar serem mortas. Mesmo com essas dificuldades, conseguimos obter número razoável de personagens que nos permitiu traçar um inventário dessas existências pessoais e, paralelamente, das condições socioestruturais nas quais estavam inseridas.

Subjacente às narrativas dos percursos realizados pelos adolescentes mortos, está a opção por uma análise sociológica realizada com origem no sujeito, como preconizada por Wieviorka (2006):

A via mais promissora consiste em partir de baixo, da pessoa singular, não como indivíduo participante da vida coletiva, como consumidor agindo sobre os mercados, mas como sujeito [...] a ideia de sujeito opõe-se, antes de mais nada, a todo determinismo, à ideia de que a ação é o fruto de determinações objetivas, de leis, por exemplo, como quer um pensamento positivista. Ela se opõe, da mesma maneira, ao pensamento hipercrítico, que só quer ver nas condutas sociais a expressão de uma dominação estrutural [...] Ser sujeito é ser ator de sua existência. Criar sua história pessoal, dar um sentido à sua experiência. (P.49-51).

Uma sociologia do sujeito se oporia às tentativas de explicações sobre-humanas das relações sociais, objeto de crítica no trecho abaixo:

A sociologia não progredirá se ela se ativer à imagem de uma globalização que traz um princípio geral de explicação aos problemas sociais contemporâneos. Um tal princípio, efetivamente, conduz tudo a um sistema ou a processos e mecanismos quase abstratos, de tanto que seus protagonistas são longínquos; introduz a ideia de um determinismo associal, no qual as forças implacáveis do capitalismo internacional, desencarnadas ou encarnadas por atores indefiníveis, fora de toda relação social, moldariam, sem controle nem sanção, um universo feito de desigualdades sociais, e de uma combinação de massificação cultural e de expressões radicalizadas de retração identitária. (WIEVIORKA, idem, p.46).

Contra tal modelo de sociologia, Wieviorka propõe a redescoberta do sujeito, entendida por ele como

A capacidade de colocar em relação os dois registros que na existência de uma pessoa são-lhes dados como distintos e que, se não, correm o risco de uma dissociação total: por um lado, sua participação ao consumo, ao mercado, ao emprego como atividade remuneradora, o acesso à razão instrumental, a pertinência a um mundo “objetivo”, e de outro lado, sua ou suas identidades culturais, o acesso ao trabalho como atividade criadora, sua religião, sua memória, sua vivência, suas crenças, sua subjetividade. (Ibidem).

Avançando nesse conceito, a ênfase esta pesquisa recai sobre as vítimas da violência. Não mais as tratando, porém, como meros registros estatísticos ou números isolados em balanços policiais, mas como sujeitos:

A reflexão sobre a violência foi, por muito tempo, relativamente indiferente às vítimas concretas. Preocupou-se muito mais com as implicações gerais para a sociedade em seu conjunto, para a ordem social ou moral, com o dano causado às instituições, estatais ou outras, principalmente a familiar (...) Admite-se cada vez mais, hoje em dia, que as vítimas não são apenas feridos ou mortos, cuja contabilidade é feita de maneira administrativa; *elas são sujeitos mais ou menos atingidos em sua integridade física ou moral, privados parcial ou inteiramente, pela violência, de uma capacidade de construir sua existência* (WIEVIORKA, idem, p. 218-219; grifamos).

Procuramos, com este trabalho, reaver a memória dessas breves e anônimas existências, trazendo-as à luz sob a forma de uma reconstituição socio-histórica e eminentemente biográfica. Muitos desses trajetos foram vividos à margem de toda e qualquer política pública. Ironicamente, essas vidas só mereceram atenção institucional após serem eliminadas. Tornaram-se meros nomes próprios em um caderno de capa preta destinado ao registro dos óbitos violentos. No artigo “A Vida dos Homens Infames”, Foucault (2006) relata uma iniciativa de certa forma semelhante, mas com um alcance e abrangência muito maiores. Trata-se de uma coletânea de relatos de anônimos condenados à morte ou internados em sanatórios que viveram nos séculos XVII e XVIII e que foram coletados nos arquivos do internamento do Hospital Geral e da Bastilha. A proposta de trabalho é assim descrita:

É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. *Vidas breves*, encontradas por acaso em livros e documentos (...) O

termo “notícia” me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. Vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos, estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário (P. 203-204, grifamos).

No que se refere à metodologia adotada para a nossa pequena “antologia de existências”, além de uma variada coleta de fontes de informação, utilizamos elementos da história oral, também conhecida como “biografia” e “trajetória de vida”, como meu principal instrumento de trabalho. No entender de Gonçalves e Lisboa (2007, p. 85),

Os relatos orais passam a ser valorizados pouco a pouco pelas ciências sociais, na medida em que se percebe que comportamentos, valores, emoções permanecem escondidos nos dados estatísticos. Com o tempo e com o avanço de outras disciplinas, como a lingüística, a semiótica e a antropologia, foi reconhecido que o discurso do ator social tem uma lógica própria e estrutura-se como ‘linguagem’, podendo permitir a compreensão de fenômenos sociais que escapam à observação fria e distante do pesquisador.

A história oral, no entanto, deve preencher alguns prerrequisitos para que se torne um instrumento válido de investigação científica:

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado. (ALBERTI, 2005, p. 29).

A história oral pode ser dividida em história temática e história de vida, que são definidas da seguinte forma:

As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados. (IDEM, p. 38).

Nesta pesquisa, elementos dessas duas modalidades de história oral deverão estar presentes, uma vez que a trajetória das vítimas e suas histórias de vida foram contadas por membros familiares e amigos. Ao mesmo tempo, tais narrativas inserem-se em um tema mais amplo que é o de assassinato de adolescentes. Trata-se de uma interseção de biografias em uma espécie de “história de vida e de morte” dos jovens assassinados.

Com amparo nessa metodologia, foram entrevistados, para esta pesquisa: quatro adolescentes do Santa Filomena que possuíam alguma ligação com o tráfico de drogas na comunidade, três lideranças comunitárias do Grande Jangurussu, duas mães de adolescentes assassinados (João Paulo II e Santa Filomena), a irmã de um jovem executado no Barroso II, e um jovem que atuou como ex-trafficante de armas no Santa Filomena. Os relatos deles encontram-se dispostos ao longo desta dissertação.

Integram o roteiro de entrevistas perguntas sobre: as condições sociais em que o jovem viveu sua infância; seu percurso escolar; seus anseios/sonhos; sua relação com os órgãos de segurança; seu vínculo com a comunidade; se era ou não usuário de droga; se alguma vez foi internado em centros educacionais; as condições em que ocorreu o assassinato; e, por último, mas não menos importante, se o autor do homicídio foi identificado e preso.

A primeira proposta para este trabalho era a de realizar somente um mapeamento das áreas mais violentas no tocante ao assassinato de adolescentes. O desenvolvimento da pesquisa, no entanto, nos fez ir além, com vistas a tentar traçar um panorama que se estendesse da percepção social existente sobre os adolescentes mais vulneráveis à violência letal, passando pela descrição analítica do cotidiano em que estão inseridos, até chegar ao modo como a temática da juventude é abordada no planejamento das políticas públicas estaduais. Por causa disso, os sete capítulos desta dissertação estão estruturados da seguinte forma:

Logo a seguir à Introdução, representada neste primeiro capítulo, o segundo capítulo aborda o processo de constituição social do adolescente, ao longo dos últimos anos, como um inimigo da ordem social. Sob essa nova óptica, ele deixa de ser um sujeito de direitos, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, e passa a

ser uma ameaça à segurança pública, um dos direitos fundamentais da sociedade. Tal inversão acarreta consequências graves, como uma velada permissão social para que esse adolescente seja eliminado sem maiores consequências.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta como se distribuem os assassinatos de adolescentes em Fortaleza. Esses homicídios não ocorrem de modo homogêneo na Cidade, mas se concentram em áreas periféricas e com alta vulnerabilidade social.

O quarto capítulo centra seu foco em um dos bairros com maior quantidade de assassinatos de adolescentes: o Jangurussu. As condições socioestruturais do bairro serão analisadas neste capítulo, com base em dados oficiais e relatos de moradores. É nesse âmbito que serão apresentadas as narrativas de algumas vidas breves daquele bairro, a constituição de sua sociabilidade violenta e a compreensão de suas ações em meio a essa ordem social paralela.

O quinto capítulo faz um levantamento da presença dos jovens e adolescentes nas políticas públicas do Estado do Ceará nos últimos dez anos. Veremos como o Governo optou por ações que projetassem o Estado como um polo turístico em detrimento de ações estruturais que pudessem situar a juventude no centro das decisões governamentais. A ênfase dada à esfera estadual ampara-se em sua responsabilidade institucional no que se refere à segurança pública. Por limitações do trabalho, não fizemos o mesmo levantamento em relação ao papel das políticas municipais.

O sexto capítulo é um desdobramento do anterior. Nele, apresentamos a hipótese de que o Poder Público desenvolve uma política de esquecimento das vítimas da violência em consonância com um modelo de Estado voltado mais para atender as demandas de um público externo, e no qual os adolescentes das camadas mais pobres da população não conseguem ser incluídas plenamente. Sob esse processo de invisibilidade e de perda da memória, até mesmo os componentes familiares dos adolescentes mortos tornam-se esquecidos pelo Poder Público.

Seguem, no último capítulo, as Considerações Finais, acompanhadas da bibliografia utilizada na discussão e análise da pesquisa.

2 A ELABORAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE COMO INIMIGO PÚBLICO

*“Dizem que eu não sei nada
Dizem que eu não tenho opinião
Me compram, me vendem, me estragam
E é tudo mentira, me deixam na mão
Não me deixam fazer nada
E a culpa é sempre minha, oh yeah!”
Renato Russo, Aloha*

*“As pessoas que não podemos suportar
procuramos tornar suspeitas”
Friedrich Nietzsche, Humano Demasiado Humano*

Fortaleza, 20 de novembro de 1993. Três adolescentes - Veridiano Duarte da Silva, Carlos Antônio da Silva e André de Sousa Gomes - são executados na comunidade do Pantanal por dois homens em uma moto vermelha:

A favela do Pantanal, no Conjunto José Walter, onde a insegurança é constante, viveu ontem, logo aos primeiros minutos da madrugada, um clima de medo e pavor, com a execução sumária de três menores, acusados de pertencerem a gangues que aterrorizam as famílias ali residentes⁵

O fato mereceu intensa cobertura midiática, que acompanhou com atenção cada desdobramento do caso: a investigação policial, a identificação dos suspeitos e, com menor regularidade, o processo judicial. Tal repercussão fez com que o então governador Ciro Gomes (1991-1993) determinasse que o caso fosse investigado com

⁵ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 21 jan. 93, Polícia, p.28.

rigor. Em 1998, três policiais - um ex-sargento e um ex-soldado da PM e um policial civil - foram condenados pela chacina. Dois anos depois, eles entraram com um recurso judicial para ter direito a um novo julgamento.

O crime causou comoção em toda a Cidade e sua repercussão estendeu-se além das divisas do Ceará, ganhando projeção nacional como a Chacina do Pantanal. Na época, o caso foi comparado à Chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, quando um grupo de adolescentes foi executado em frente à igreja de mesmo nome. O estigma de área violenta infligido ao bairro produziu mal estar e incômodo, fazendo com que seus moradores, sete anos depois dos assassinatos, organizassem um plebiscito para alterar o nome do lugar, que passou a ser chamado Planalto Ayrton Senna. Na ocasião, o coronel da PM, Hamilton Rocha, assim descreveu o episódio: “Este tipo de crime não pode acontecer em nosso estado. É algo repugnante, que a nossa filosofia não admite” (Idem, *ibidem*).

Em 2008, uma adolescente foi morta e outros dois foram feridos a bala nos arredores de uma linha férrea, no bairro Itaóca. O trio conversava na calçada quando abordado pelos agressores. Em dezembro de 2010, dois adolescentes foram mortos a bala no Conjunto Maria Tomásia, no bairro Jangurussu. A brutalidade dos dois atos faz eco com a Chacina do Pantanal. Para os familiares das vítimas, a dor da perda é semelhante. Assim como os mortos de 1993, vidas que se encaminhavam à fase adulta foram ceifadas de modo abrupto. A repercussão do fato, contudo, não ultrapassou a metade de uma página de jornal. O relato do crime serviu apenas para ajudar a preencher mais um bloco televisivo dos programas policiais. Nos dias seguintes, a chacina deixou de ser acompanhada. O assunto “esfriou”, ou seja, perdeu espaço para outras ocorrências criminais. Pouco tempo e papel foram gastos com o ocorrido.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados aqui. A maioria, no entanto, passa quase despercebida pela sociedade. A diferença no tratamento dispensado pelos meios de comunicação às duas chacinas, em um intervalo de 17 anos, certamente não ocorre por um mero acaso. De vítimas da violência, os adolescentes passaram a ser encarados como seus autores privilegiados. Uma de nossas hipóteses de trabalho é: se, antes, os homicídios cometidos contra adolescentes chocavam a sociedade, ao

ponto de estigmatizar todo um bairro, hoje eles não passam de um subproduto infeliz de um mero acerto de contas por causa de “dívidas de drogas”.

A guinada no modo de ver e de sentir não seria algo “casual”, fruto de um olhar menos atento aos problemas da Cidade, mas sim resultado bem-acabado de um fenômeno constituído socialmente ao longo dos anos. Para Machado da Silva (2004, p.33), a violência urbana é:

Uma *representação coletiva*, uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que moradores e moradoras – como indivíduos isolados ou em ações coletivas – consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam.

Ainda segundo o autor,

Trata-se de uma categoria que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais *constroem o sentido e orientam suas ações*. Dessa perspectiva, possui um significado instrumental e cognitivo, uma vez que representa regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nas situações consideradas. Mas, como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra. (IDEM, 2004, p.35; grifamos).

Nesse mesmo sentido, Rondelli (2000) acentua que a violência não é apenas um fenômeno de expressão física, mas um ato de comunicação, uma linguagem. A reconfiguração da óptica sobre o adolescente no período mencionado passa, necessariamente, pela forma como ele é apresentado pelos meios de comunicação.

Ainda de acordo com a autora,

O modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência: as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados. (P.150).

A maneira como essa construção de sentidos é produzida e reproduzida, haja vista a sujeição criminal dos adolescentes, no entanto, será mais bem explicitada no sexto capítulo deste escrito.

O quadro de acirramento da violência cometida e sofrida por jovens e adolescentes em Fortaleza havia sido constatado antes, há dez anos, no livro *Ligado na Galera*. A publicação foi resultado de uma extensa pesquisa promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que ouviu 900 jovens de 14 a 20 anos residentes na Capital. Sobre o cenário de violência vivido pela juventude da época, o texto posicionava-se da seguinte maneira:

Está cada vez mais comum nos grandes meios de comunicação de Fortaleza a veiculação de fatos considerados como violentos atribuídos diretamente aos jovens. O significante "gângues" parece encerrar em si o que de mais atual se tem criado em torno do que é expressão da violência que se generaliza nas periferias da cidade e a todos atemoriza. (...) Em todos os casos, é indicada a participação dos jovens, e geralmente, com explicações controversas entre policiais, jovens e pessoas da família. Isto muito se aproxima da produção dos "fantasmas" e dos "medos" criados pelo exagero das idéias consensuais apontadas por Wieviorka, que culminam com a "diabolização" do outro. (BARREIRA, 1999b, p.12).

Na literatura especializada, há muitos estudos que se dedicam a analisar o fenômeno da violência cometida/sofrida por jovens e adolescentes sob os mais diversos ângulos. Os recortes variam do perfil das vítimas às causas que propiciam a constituição desse panorama de violência generalizada em que eles estão inseridos. Por possuírem papel determinante no que se refere à violência, eles são enquadrados por vários autores em uma situação de *grupo de risco*. Isso significa dizer que tais pessoas, com características sociais específicas, são mais vulneráveis à violência fatal do que outras com características diferentes.

Um estudo do Núcleo de Estudo da Violência, da Universidade de São Paulo (NEV-USP), elaborado com respaldo em taxas de mortalidade de todos os estados brasileiros de 1980 a 2002, chegou a uma conclusão muito ilustrativa sobre o que pretendemos chamar aqui de grupo de risco:

Muitos estudos buscam caracterizar o perfil sociodemográfico e socioeconômico das vítimas. Ao contrário do que se poderia pensar, não há vítimas aleatórias ou

ocasionais. Embora, no estágio da evolução do crime e da violência, no Brasil, as vítimas possam ser encontradas em todos os grupos sociais, é em determinados grupos que as taxas são proporcionalmente mais elevadas e acentuadas. Trata-se de grupos mais vulneráveis, mais expostos à violência, inclusive não-fatal, e mais associados aos comportamentos de risco. Compreendem adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 29 anos, do sexo masculino, proporcionalmente mais representados entre negros e aqueles habitantes dos bairros que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas. (PERES, 2006, p.33).

Esse fenômeno levou dois pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a cunhar a expressão "transição negada" para designar o não cumprimento dessa etapa da vida humana por parte de determinados segmentos da sociedade, em especial, um certo grupo social. Segundo eles,

As transições negadas pela violência são um dos mais trágicos acontecimentos que acometem a sociedade brasileira. Nesse período de 20 anos, os homicídios cresceram intensamente e se tornaram um fenômeno mais concentrado entre os jovens do sexo masculino. (IPEA, 2006, p.314).

Peres (2006), por sua vez, informa que "a proporção de homicídios de crianças e adolescentes no total de homicídios cresceu em todas as capitais, considerando-se os dados do período de 1980 a 2002". Esse crescimento tornou-se mais agudo na década de 1990. Quando levada em consideração a série histórica, Fortaleza situa-se no bloco das capitais com baixa taxa de mortalidade, mas com tendência de crescimento. O mesmo diagnóstico pode ser aplicado ao Ceará.

Alguns dados estatísticos demonstram haver intensa correlação entre a ocorrência de atos violentos e a juventude. Senão vejamos:

a) Números do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN) revelam que 59,6% dos 419.551 presos em julho de 2007 eram jovens com idade entre 18 e 29 anos.

b) Levantamento feito pelo Ministério da Justiça indica que, em 2005, os jovens de 18 a 24 anos respondiam pela maioria das ocorrências de homicídio doloso, lesão corporal dolosa, tentativa de homicídio, extorsão mediante sequestro, roubo a transeunte, roubo de veículo, estupro, posse e uso de drogas.

c) Estudo do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) revela ainda que a taxa de mortalidade na população jovem masculina no Ceará é quatro vezes maior do que a taxa total da população.

Tais resultados, no entanto, podem ser usados para justificar a tese de que os adolescentes seriam uma ameaça real à sociedade? Descolada do questionamento sobre as causas estruturais que levam a essa atitude, a cobrança recai apenas sobre esse segmento social. O trecho que segue, extraído do *Diário do Nordeste* (CE), mostra bem como o problema é retratado:

"Enxugando gelo". Esta é a sensação quando se vê o que a Polícia cearense faz todos os dias nas ruas, capturando marginais considerados perigosos - adolescentes e adultos - na prática dos mais diversos e hediondos tipos de crimes, e que, com pouco tempo, estão nas ruas de novo. A impunidade provoca a reincidência e, esta, causa revolta aos policiais que diariamente se deparam com bandidos que já prenderam antes, uma, duas, três, até quatro vezes. "A gente já sabe quem são os marginais, onde moram, para onde fogem. Às vezes, só pelo tipo de crime, já vamos direto no cara e ele, como já nos conhece, confessa e entrega os comparsas", conta um cabo da PM que conhece bem duas das principais favelas da Aldeota. *E este índice é mais elevado quando se tratam de adolescentes infratores. O número de garotos armados que assaltam, matam para roubar e causam pânico à população especialmente nos bairros nobres da Capital, cresce assustadoramente. É o pior é quando se têm acesso ao histórico de infrações já praticadas por um mesmo adolescente de 15, 16 anos, que surpreendentemente volta às ruas mesmo com uma extensa 'carreira' no crime (grifamos)*⁶.

2.1 Inimigos públicos

Em outubro de 2007, no entanto, durante o lançamento de um programa social, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Paulo Vannuchi, disse que a sociedade não pode eleger "o menor infrator como bode expiatório". "No passado, em alguns lugares, os judeus foram escolhidos, os negros, os comunistas ou ciganos. O Brasil não pode permitir que seja eleito hoje o inimigo público número um o

⁶ *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 26 fev. 2007. Caderno Polícia, p.13.

jovem que só entrou em conflito com a lei porque faltou a ele o apoio familiar, social, do estado, que o Estatuto da Criança e do Adolescente exige”, afirmou Vannuchi⁷.

Em sua face mais extremada, essa concepção de “inimigo público” pode levar a casos como o ocorrido em Fortaleza, no dia 18 de julho de 2006. Naquela data, um adolescente de 16 anos foi executado por um grupo de seis homens encapuzados no interior da Unidade de Recepção Luís Barros de Montenegro, estabelecimento mantido pelo Governo do Estado para atender jovens em situação de conflito com a lei. Apreendido na manhã daquele dia por causa de um suposto envolvimento em um assalto, o jovem foi acusado também pela morte de um policial militar.

Seis homens armados com pistolas e revólveres - usando capacetes e capuzes -, invadiram, na noite de ontem, o abrigo onde funciona o Centro de Triage do Juizado da Infância e da Adolescência de Fortaleza, no bairro São Gerardo. Naquele local, eles executaram o adolescente Rômulo Alves da Silva, 16. O garoto havia sido apreendido, em flagrante, pela manhã, depois de participar do assalto a um motoqueiro, no bairro Jardim Iracema. Rômulo também era suspeito de envolvimento na morte do soldado Claudionor Pereira da Silva, destacado no Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), do Batalhão de Polícia de Choque (Bpchoque). Coincidentemente, o PM também foi assaltado e acabou morto, ontem de manhã, no mesmo bairro. Por volta de 19 horas, seis homens ainda não identificados, utilizando três motocicletas, chegaram ao estacionamento do abrigo, imediatamente, invadiram suas dependências, rendendo um PM que estava na portaria e dois agentes de disciplina (...) Em seguida, os assassinos foram até a ala onde o garoto estava e descarregaram as suas armas. Segundo a análise inicial feita no corpo do garoto pelos peritos do Instituto de Criminalística (IC), *Rômulo foi atingido com mais de uma dezena de tiros de diferentes calibres. Próximo ao corpo foram recolhidas várias cápsulas de balas de calibre 380 ACP. (...) Rômulo foi apontado como suspeito de participação na morte do PM, pela manhã, mas as testemunhas não o reconheceram* (grifamos)⁸

A vítima não teve nem ao menos o direito de se defender judicialmente, como costuma ocorrer em um Estado de Direito. Sua condenação foi sumária em um tipo de pena que não é prevista pelo Código Penal Brasileiro (CPB): a morte.

⁷ **O Liberal**, Belém, 13 out. 2007 [on-line]

<http://www.oliberalnet.com.br/servicos/impressao.asp?c=02E97292795>. Acesso em 14/08/2010.

⁸ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 jul. 2006. Caderno Polícia, p.17.

Longe de ser um caso isolado, esse exemplo mostra uma estratégia brutal de tentativa de contenção da violência baseada na eliminação do inimigo, sem subterfúgios. No dia a dia, essa “luta” ocorre de modo mais velado, por meio de agressões, tentativas de intimidação e detenções dos “elementos suspeitos”. Perpassando todos esses mecanismos está o sentimento de vingança descrito por Durkheim (1999). Não se trata, contudo, de um sentimento cego, mas sim de um mecanismo de defesa social legitimado por leis e instrumentos de repressão:

É um erro crer que a vingança seja apenas uma crueldade inútil. É bem possível que, em si mesma, ela consista numa reação mecânica e sem objetivo, num movimento passional e ininteligente, numa necessidade irracional de destruir; mas, de fato, o que ela tende a destruir era uma ameaça para nós. Ela constitui, pois, na realidade, um verdadeiro ato de defesa, conquanto instintivo e irrefletido. *Só nos vingamos do que nos fez mal, e o que nos fez mal é sempre um perigo. O instinto de vingança nada mais é, em suma, do que o instinto de conservação exasperado em perigo (...)* A pena permaneceu, para nós, o que era para nossos pais: ainda é um ato de vingança, já que é uma expiação. O que vingamos, o que o criminoso expia, é o ultraje à moral. (DURKHEIM, 1999, p. 58-60; grifamos).

Noventa anos depois, Bauman (1998) ecoa os escritos do sociólogo francês, ao referir-se aos “demônios interiores” que cada sociedade costuma engendrar e, ao mesmo tempo, temer:

Todo tipo de ordem social produz determinadas fantasias dos perigos que lhe ameaçam a identidade. Cada sociedade, porém, gera fantasias elaboradas segundo sua *própria medida* – segundo a medida do tipo de ordem social que se esforça em ser. De um modo geral, tais fantasias tendem a ser imagens espelhadas da sociedade que as gera, enquanto a imagem da ameaça tende a ser um auto-retrato da sociedade com um sinal negativo (...) A sociedade insegura da sobrevivência de sua ordem desenvolve a mentalidade de uma fortaleza sitiada. (P.52).

Assim, temos a *revolução* como a grande antagonista do Estado moderno clássico. Os revolucionários constituíam-se força subversiva que tentava, a todo custo, substituir a ordem social. Cabia aos defensores do *status quo*, segundo Bauman, “a tarefa de generalizar, classificar, definir e separar categorias”. Aos agentes da

contraordem, portanto, restava apenas o papel de propor uma classificação oposta, uma “inversão da hierarquia das categorias”.

Os demônios interiores de nossa sociedade estariam estreitamente ligados com os temores existentes em uma sociedade de consumo. Quanto mais o mercado é capaz de seduzir seus consumidores, mais aumenta o fosso entre os que desejam, mas não conseguem realizar seus desejos, e os que têm plena capacidade de satisfazer esse desejo. A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a divisora, anota Bauman (1998). Para desenvolver seu argumento, o autor compara o mercado a um grande cassino onde há, de um lado, os *jogadores*, sujeitos capazes de responder às demandas do mercado; e de outro, os *aspirantes*, ou seja, as pessoas que tentam se adequar às regras impostas do jogo a fim de poder realizar suas apostas. É evidente que o número de aspirantes barrados na porta do cassino é maior do que o dos que conseguem entrar. Eles são classificados pelo autor como *jogadores aspirantes incapacitados*, só lhes restando lançar mão de recursos reconhecidos como legais ou declarados ilegais, haja vista que a saída total do jogo é quase impossível.

O que fazer, então, com tais jogadores incapacitados que, apesar de não serem capazes de comprar as “fichas”, são abundantemente bombardeados com as imagens mirabolantes das maravilhas proporcionadas pelo mercado? A resposta, conforme Bauman, é mantê-los permanentemente *fora do jogo*. Mesmo sendo uma excrecência em todo esse processo, a produção de incapazes é incessante. Sua existência serve de sinal para os demais jogadores, para que saibam o que acontece aos que *desafortunadamente* estão do lado de fora. A palavra fortuna, aqui, não é usada em vão. Ela está relacionada a uma escolha, a uma decisão que cabe apenas ao sujeito e cujas consequências somente a ele podem ser creditadas; ou seja, a exclusão do jogo não é vista como objeto de responsabilidade coletiva, mas sim como resultado de uma esfera meramente pessoal. Os jogadores incapacitados ou *consumidores falhos* — como o autor passa a denominá-los desde então — constituem os demônios interiores de nossa sociedade. Eles são o inimigo a quem a sociedade deve combater. Embora a argumentação de Bauman enfatize em excesso o papel desempenhado pelo mercado, tratando-o como uma entidade quase onipotente, sua descrição do

mecanismo de desqualificação e exclusão de determinados segmentos sociais é uma importante contribuição teórica para esta pesquisa⁹.

Após analisar as políticas de repressão da sociedade dos EUA, Loïc Wacquant (2007) assevera que essa desqualificação/exclusão não é uma resposta a um avanço desenfreado da violência, mas sim resultado de uma nova percepção social:

Não foi tanto a criminalidade que mudou o cenário atual, mas sim o olhar que a sociedade dirige para certas perturbações da vida pública, isto é, em última instância, para as populações despossuídas e desonradas (pelo seu estatuto ou por sua origem) que são os seus supostos executores, para o local que elas ocupam na Cidade e para os usos aos quais essas populações podem ser submetidas nos campos político e jornalístico. Estas categorias-refúgio (...) tornaram-se muito evidentes no espaço público, sua presença indesejável e seu comportamento intolerável porque são a encarnação viva e ameaçadora da insegurança social generalizada. (WACQUANT, 2007, p.29).

Fazem parte dessa população, segundo Wacquant (idem), “jovens desempregados deixados à sua própria sorte, mendigos e ‘sem-teto’, nômades e toxicômanos à deriva, imigrantes pós-coloniais sem documentos ou amparo”. Para lidar com esse segmento proscrito, garante o autor, os Estados Unidos operaram uma significativa mudança no modo como o Estado atua em tais questões:

Os Estados Unidos lançaram-se numa experiência social e política sem precedentes nem paralelo entre as sociedades ocidentais do pós-guerra: a substituição progressiva de um (semi) Estado-providência por um Estado penal e policial, para o qual a criminalização da marginalidade e a contenção punitiva das categorias deserdadas fazem as vezes de política social na extremidade inferior da estrutura de classe e étnica. (IDEM, p.86).

Esse modelo, longe de ficar circunscrito aos EUA, é importado por outros países da Europa, no que Wacquant chama de “pensamento único sobre segurança”. O

⁹ Vale ressaltar, no entanto, que é preciso relativizar um pouco essa “onipresença” do mercado. A crise financeira de 2007-2008 abalou muitas certezas que havia sobre a infalibilidade das leis do mercado, pondo em evidência o papel dos Estados-Nação nesse processo e a necessidade de maior regulamentação em determinados segmentos econômicos, em especial o capital especulativo. Essa relativização tem de ser vista de forma ainda mais cuidadosa no caso brasileiro, em que o Estado permanece bastante presente na vida social, em suas mais diversas esferas.

aumento do fluxo de imigrantes, a recente crise econômica de 2007/2008, o risco do terrorismo global e os elevados índices de desemprego são apontados como alguns fatores que motivam os governos a reforçar suas políticas de repressão e penal em detrimento das políticas sociais.

O Brasil, nos últimos oito anos, atravessa um momento econômico bem distinto, quando comparado aos países mais ricos. O País assiste a uma verdadeira migração das camadas mais pobres para a classe média, consequência de uma política social de distribuição de renda, ampliação das vagas de emprego formal e crescimento seguido do PIB. Ainda assim, no cotidiano das políticas de segurança pública, vê-se a predominância de ações repressivas. Assim como nos Estados Unidos, alguns segmentos da sociedade brasileira são vistos como alvo preferencial da face punitiva do Estado. Segundo diversos autores, o papel de inimigo da ordem social recai, preferencialmente, nos jovens de cor negra e das camadas sociais mais pobres, como bem anota Zamora (2009, p. 190):

O universo juvenil brasileiro não poderia ficar imune a tal tendência de criminalização da pobreza. Isso pode ser comprovado com a notável seletividade de pobres no sistema socioeducativo brasileiro, em tese destinado a educar infratores adolescentes, entre 12 e 18 anos. Dos meninos e das meninas que cumpriam medidas ditas socioeducativas no mencionado sistema, em 2003, 12,7% viviam em famílias que não possuíam nenhuma renda mensal e 66% em famílias com renda mensal de até dois salários mínimos – são as prisões da miséria para os mais jovens. Tais lugares ainda não estão trabalhando em condições satisfatórias: apesar dos esforços do SINASE para assegurar condições decentes de cumprimento de medidas socioeducativas, os maus tratos ainda são uma realidade em muitas dessas instituições.

Quando analisados os dados da violência com maior atenção, no entanto, é possível perceber que essa percepção do jovem como agente primordial da violência tem um quê de exagero. Para Oscar Vilhena Vieira, professor de Direito e diretor-executivo do Ilanud/Brasil, a sensação de insegurança em relação aos adolescentes infratores não corresponde às estatísticas policiais. Seguem alguns números.

a) Os crimes praticados por adolescentes representam apenas 4% do total de atos criminosos cometidos no Brasil.

b) Dos jovens encaminhados à unidade de atendimento inicial da Fundação Casa (antiga FEBEM) de São Paulo, apenas 1,6% são suspeitos de homicídio e 0,3% de latrocínio.

c) A maioria das infrações cometidas por adolescentes (75%) é contra o patrimônio¹⁰.

2. Sujeição criminal

À vista de tal quadro, o que poderia explicar tal criminalização da juventude? Misse (2008) oferece suporte analítico sobre este ponto. Ele analisa uma série de operadores analíticos especificando os processos sociais que materializam a criminalização, ou seja, a constituição social do crime, conforme a sequência:

- 1) A *criminalização* de curso de ação típico-idealmente definido como *crime*.
- 2) A *criminalização* de um evento, pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora.
- 3) A *incriminação* do suposto sujeito autor do evento, em virtude de testemunhos ou evidências intersubjetivamente partilhadas.
- 4) A *sujeição criminal*, mediante a qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um *tipo social* cujo caráter é socialmente considerado “propenso a cometer um crime”. (MISSE, 2008, p.14).

Na perspectiva do autor, todo o processo ora descrito começa e termina com base em alguma acusação social, cuja ênfase pode residir na transgressão ou em seu autor. Na Modernidade, contudo, essas fronteiras se apagaram, fazendo com que transgressor e transgressão se confundam. Enquanto, no primeiro momento, a transgressão exigia uma reparação por parte do transgressor, hoje não só a transgressão em si está em julgamento, mas também a própria inculpação do autor do crime. “É um sujeito que é perseguido racionalmente pela acusação, e não apenas sua

¹⁰ http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=104. (Acesso em 24/11/10).

transgressão. Sua subjetividade, suas razões e motivos deverão responder pela necessidade ou não de estabelecer suas 'tendências', logo, de estabelecê-lo como acusado ou culpado", exemplifica Misse. Sob a perspectiva de análise de Foucault, conforme analisa Misse, ocorre a "passagem da lei à norma"¹¹.

Esse processo de acusação que se dirige à subjetividade do transgressor passa, no entanto, por uma mediação institucional conhecida por *incriminação*. Nela, a norma volta à lei, em busca de uma legitimação racional àquela ação. O resultado do confronto entre quem acusa e quem é acusado deve resultar, pelo menos assim, creem os magistrados, na "verdade" daquela acusação. Para tanto, serão mobilizados diversos recursos, como: flagrantes, indícios materiais, testemunhos cruzados, reconstituições técnicas e a constituição do tribunal do júri, em caso de homicídio doloso. Todos eles funcionam como uma espécie de filtro. Isso não impede, contudo, que os aspectos ambivalentes da normalização possam estar bastante presentes na incriminação. Uma das razões é o fato de a polícia ser ainda a grande mediadora de todo esse processo. Ela detém a autoridade imediata no que se refere à ameaça e ao emprego da violência, o que lhe dá um poder peculiar: o de modificar por completo os rumos de um processo judicial, seja produzindo provas materiais, seja ocultando outras, seja coagindo testemunhas, seja adotando (ou deixando de adotar) determinadas linhas de investigação.

Quanto à associação homogênea e indivisa entre transgressor / transgressão, temos o último conceito no longo percurso feito entre a acusação inicial e o julgamento: a sujeição criminal¹². Para Michel Misse, ela ocorre quando:

¹¹ Sobre este trecho de Michel Foucault, explica Misse: "Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito, mas, nele, a sua transgressão; quando, ao contrário, é a norma que dita (e reforma) a lei, é o sujeito da transgressão quem está em questão. A acusação especializa-se em refinar a associação do sujeito à transgressão, reificando seu caráter ou sua personalidade como homogeneamente transgressor ou não-transgressor. Desaparecem as nuances clássicas e o mundo é dividido em 'bons' e 'maus' caracteres". (2008, p.16).

¹² Dois fatores devem ser ressaltados na formação desse conceito na Modernidade. O primeiro é a distância social, ou seja, o grau de proximidade entre os indivíduos. Certas ações que, no interior de determinados grupos, podem ser vistas com certa tolerância representam uma

A transgressão, cuja criminalização é socialmente justificável, *desliza* para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo (...) Essa noção parece-me tanto mais interessante quanto maior for a capacidade do *poder de definição* de antecipar (ou prever) a adequação da incriminação a um indivíduo e de constituí-lo como pertencente a um tipo social. (IBIDEM, p. 23).

Com esteio na discussão sobre a juventude, é possível assinalar, com base em uma série extensa de evidências, que os jovens pobres e negros, no seu relacionamento diário com os órgãos públicos de segurança e no modo como são vistos pela mídia e por determinados segmentos da sociedade, estão submetidos diariamente à sujeição criminal, o que lhes garante, de antemão, a pecha de culpados.

2.3 Caso Mel: um herói incriminado sob as lentes da TV

Um caso expressivo de sujeição criminal ocorreu no Ceará entre 2006 e 2007. A polícia manteve incessante caçada contra o que se considerava, à época, o criminoso mais procurado do Estado — Ednaldo Evangelista da Cunha, o Mel, de apenas 20 anos, acusado de ter cometido roubo e assassinato em diversas cidades cearenses. Seu histórico de conflitos com a lei começou quando ele ainda era adolescente. Seu irmão, cujo apelido era Kel, também possuía envolvimento com o crime e fora morto meses antes. Mais do que a concretude de seus atos, o que ficará para os registros históricos é o mito que se criou em torno dele. A cada ocorrência de um crime de maior proporção, o nome de Ednaldo Evangelista era citado como um dos acusados, segundo relatos de setores da imprensa e dos órgãos de segurança pública,

transgressão gravíssima a um sujeito externo, tanto do ponto vista geográfico quanto sob o prisma social. O abismo entre ricos e pobres alimenta essa perda de perspectiva do ponto de vista do outro. O segundo fator mencionado por Misse são as práticas criminais recorrentes. Tal conceito adota como pressuposto o fato de o crime estar irremediavelmente no próprio evento em si, sem qualquer possibilidade de segunda interpretação. Além disso, transgressão seria não um aspecto isolado, mas um atributo do indivíduo que a comete. De antemão, as condições para que um crime ocorra, sob o espectro legal, estão dadas, restando apenas aparecer alguém que caia nessa “arapuca social”.

o que lhe dava, às vezes, a impressão de ser onipresente. Mel serviu como álibi para diversos crimes que ficariam sem solução e necessitavam urgentemente de um culpado. O exagero na cobertura foi alvo de críticas de estudiosos do assunto:

A criação de um mito do crime atende também aos fins da polícia, como diz a inspetora Marina Maggessi, que chefiou a Delegacia de Repressão aos Entorpecentes da Polícia Civil fluminense. “Quando a autoridade chama o jornalista e fala ‘Esse bandido aqui é o número 1’, já está pensando: ‘Ele está quase na mão; se eu prendo, viro estrela, chefe de polícia, ganho uma delegacia muito boa. É assim que funciona’”. Dilson Pimentel, repórter do jornal paraense O Liberal, já conhece a prática: “Muitas vezes o policial, ao fazer uma determinada prisão, já começa a construir a imagem. Quanto mais importante for o bandido que ele prendeu, mais importante é o trabalho que ele fez. É muito comum a gente fazer a matéria e ouvir o policial dizer ‘acabamos de prender o terror do bairro’. Se essa lógica fosse verdadeira, todo mundo seria terror da sua área’. Não raro, crimes sem solução são atribuídos ao terror da vez”, como lembra Mauro Neto, editor de Mercado do mesmo Liberal. “Fui uma vez à toca de um bandido chamado Gatinho. O cara era tão famoso que naquela tarde houve uma morte e a polícia disse que foi ele. Só que não poderia ter sido, porque eu estava com ele na hora do crime”. (RAMOS e PAIVA, 2007, p.67).

A perseguição a Ednaldo Evangelista foi acompanhada durante semanas. Várias diligências foram realizadas por efetivos expressivos de policiais. Na maioria das vezes, o resultado foi frustrante, haja vista o grande número de trotes e informações desconstruídas que circulavam no período. A mãe de Mel foi presa à época. Segundo o relato dela, sua liberdade estava condicionada à informação exata do paradeiro do filho e à consequente rendição dele à Polícia. O acordo teria sido feito; no entanto, Mel foi morto no Município de Canindé, no sertão cearense, por um grupo de PMs que estava em seu encalço há dias. As circunstâncias em que ocorreram a ação policial foram alvo de questionamentos por parte de membros da família do acusado. Os policiais, contudo, foram investigados e absolvidos. Assim, o *Diário do Nordeste* descreve o episódio¹³:

A pedido do Ministério Público, a Justiça absolveu cinco policiais militares acusados da morte do bandido mais procurado do Estado do Ceará, Ednaldo Evangelista da Cunha, o ‘Mel’. (...) Os cinco PMs haviam sido denunciados pela promotora Sandra Pinheiro no processo nº 1380-07.8.06.005/0 sob acusação

¹³ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 abr. 2010. Caderno Polícia, p.18.

da morte do bandido. 'Mel' foi caçado durante 15 meses, cerca de 450 dias. Mas, acabou morto em confronto com a Polícia no dia 28 de março de 2007, na localidade de Ipiranga, a 12 quilômetros da sede de Canindé, bem próximo ao maior açude da cidade, o Sousa. No dia do confronto, o assaltante e latrocida, *apontado como exímio atirador e matador de policiais*, estava armado com uma pistola Glock, de fabricação austríaca, nove milímetros, com capacidade de disparar 18 tiros. A arma pertencia à Polícia Federal e havia sido roubada por 'Mel' no ano de 2006, quando ele assaltou um delegado da PF. De acordo com os PMs que participaram da caçada, 'Mel' reagiu à ordem de prisão, sacou da pistola e disparou. (Grifamos).

O velório de Mel e seu enterro, no Município de Canindé-CE, produziram uma intensa comoção social, acompanhada de uma extensa cobertura midiática. Essa superexposição certamente ajudou a formar uma aura sobre o caso que transcendeu a mera transgressão à lei e sua consequente punição legal:

O crime é notícia porque seu tratamento evoca ameaças e, ademais, reafirma a moralidade da sociedade, desenvolvendo diante de nós mesmos uma peça de moralidade moderna, na qual o demônio é expulso tanto simbolicamente como fisicamente da sociedade por seus guardiães: a polícia e a magistratura. (TRAQUINA, 1993, p.226).

Pode-se acentuar que o criminoso foi um produto da cobertura televisiva, no que ela tem de mais espetacular. O exagero causado pela cobertura do caso levou a uma consequência irônica: muitas pessoas passaram a se identificar com o criminoso, em uma reedição do fenômeno do cangaceiro Lampião. A vida de Mel chegou até mesmo a ser contada pela literatura de cordel.

Chauí (2004) alega que pouco ou nenhuma relação possuem as coberturas midiáticas ao modo como o nosso corpo processa a experiência perceptiva. "Os meios de comunicação destroem nossos referenciais de espaço e tempo, constituintes da percepção, e instituem-se a si mesmos como espaço e tempo", assinala a autora. Nesse contexto, a televisão — meio de comunicação de maior penetração na sociedade brasileira — possui um papel central:

A televisão é o mundo. E esse mundo nada mais é senão a sociedade-espetáculo, entretecida apenas no *aparecimento* e na *presentificação* incessante de imagens que a exibem ocultando-a de si mesma. (CHAUÍ, 2004, p.8).

Ter a capacidade de recriar a realidade implica ter poder. Não se trata aqui de conceituar o poder exercido pelos meios de comunicação de forma mecânica, como se tratasse de uma estratégia orientada e calculada de dominação dos grandes grupos econômicos sobre populações indefesas, como visto em teorias como a do imperialismo cultural¹⁴, mas sim de um importante mecanismo de reprodução do próprio modo de produção existente ao qual não se pode identificar facilmente seus sujeitos. Entende Chauí (2004, p.9) que

A violência da televisão não se encontra nos assuntos ou conteúdos veiculados por ela e sim na sua forma intrínseca, isto é, na imagem enquanto imagem, uma vez que esta é elaborada e transmitida de maneira não só a substituir o real, mas sobretudo para oferecer um suposto gozo imediato do telespectador e, com isso, impedir os processos psíquicos e sociais de simbolização, sem os quais o desejo não pode ser transfigurado e realizado e o pensamento não pode efetuar-se, isto é, a dúvida, a reflexão, a crítica, o diálogo encontram-se totalmente bloqueados.

Certamente, um dos efeitos que esse bloqueio na capacidade reflexiva do público é a aparente desproporção entre a violência objetiva experimentada na vida social e a reação da população à ameaça representada pelos “segmentos perigosos”. Para Freitas (2006, p.6),

Existe uma produção social do medo estreitamente vinculada às representações sociais da violência, cuja uma das origens pode ser atribuída à exacerbação da violência objetiva decorrente do processo de espetacularização dos fatos violentos construído, sobremaneira, pela mídia sensacionalista. (P.6).

Tal exacerbação, segundo Freitas (2006), nos leva a um processo de medo intenso e generalizante (medo de tudo, de todos e de qualquer lugar), o que leva a população a reagir por meio de uma “conduta antecipatória da possibilidade do perigo”,

¹⁴ Essa abordagem dos meios de comunicação foi bastante relevante nas décadas de 1970 e 1980. Nas duas últimas décadas, porém, uma série de estudos na área de recepção constatou que as formas de recepção do telespectador são mais complexas do que se teorizava. Uma discussão mais aprofundada sobre o assunto pode ser encontrada em *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*, de Sérgio Mattos, 285 pp., 5. ed., Editora Vozes, Petrópolis, 2010.

decorrendo daí outro processo não menos violento do que os fatos objetivos experimentados pelas pessoas, por ele denominado de “mais-violência”.

Chamamos de mais-violência a capacidade que a sociedade tem de produzir sentidos sobre os fenômenos considerados violentos e, a partir daí, moldar atitudes básicas dos indivíduos no mundo cotidiano a partir desse sentido ‘a mais’ criado sobre a realidade objetiva (IBIDEM)

A mais-violência pode deixar a sociedade e as instituições inertes perante as práticas objetivas de violência, ensejando assim outra violência, mais ampla e eficaz, e que paira sobre o corpo social. Esse fenômeno serve para alimentar a indústria da segurança particular, com seus homens armados e carros blindados, além de reforçar a ideia de um direito individual à defesa armada, em que uma de suas consequências é a perda do monopólio estatal do uso da violência.

Uma das respostas para que chacinas com o mesmo número de vítimas e realizadas nas mesmas condições tenham repercussão diferente parece residir no fato de amplos segmentos da sociedade perceberem, de forma distorcida, os jovens e adolescentes pobres e de periferia como protagonistas dos problemas enfrentados pela segurança pública nos últimos anos. Os dados nacionais e locais mostram, na realidade, que o “inimigo” da sociedade é, na realidade, sua principal “vítima”. Ao se estabelecer esse papel ao jovem, estigmatizando-o de forma quase indelével, cada um de nós legitima os maus-tratos, os abusos policiais e, por fim, a própria eliminação. Tal situação é o que no livro *À Espera de Justiça* (1999) chama-se de “quando o morto já está morto”. Ou seja:

Queremos dizer que, quando a vítima ou as vítimas estão ligadas a situações sociais ou existenciais consideradas “fora das normas” em relação aos padrões e valores socialmente dominantes e aceitos numa dada realidade cultural, verifica-se que à morte física da vítima, objetivamente consumada, antecede outra, de maneira subjetiva, que faz com que aquela vítima já esteja “moralmente morta”, anulada, inexistente como pessoa socialmente enquadrada. (BARREIRA, 1999a, p.88).

Maffesoli (1987, p.17) denomina esse contexto em que determinados segmentos de pessoas já estariam “mortas” socialmente, ainda que biologicamente vivas como um

“ambiente de assepsia social”. Ao contrário de épocas anteriores, em que a violência era exercida de forma clara e coercitiva, segundo o autor, “na ação da tecnoestrutura, o poder só pode ser exercido se encontrar ressonância entre os dominados”. Essa aceitação tácita resultará na sacralização do adolescente, o que será explicitado no próximo item.

2.4. Permissão para matar

Agamben (2010) parte de uma figura obscura do Direito Romano, o *homo sacer*, para formular sua argumentação. O *homo sacer* é um conceito bastante ambivalente. Ser designado sacro (ou *sacer*, no latim) equivalia a ser expulso da jurisdição humana, ao mesmo tempo, contudo, em que não se conseguia transcender para a esfera divina. O *homo sacer* é uma pessoa em estado permanente de abandono, aqui no seu sentido originário de estar à própria mercê. Sobre ele recai um duplo desígnio: o *homo sacer* é uma vida matável, isto é, que pode ser exterminada sem que isso represente um homicídio; e, aliado a isso, é uma vida insacrificável, ou seja, sua morte não representa qualquer espécie de sacrifício, seja qual for sua conotação¹⁵. Além do mais, segundo Agamben, “toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus ‘homens sacros’”. (2010, p.135).

O oposto do *homo sacer*, na teoria agambeniana, é a figura do poder soberano, para quem todas as demais vidas podem ser sacralizadas. O papel do poder soberano é exercido costumeiramente pelo Estado e seus agentes. Por causa disso, sua configuração é variável. Pode-se dizer que o poder soberano possuiu muitos rostos ao longo da História.

A denominação de quem é o *homo sacer* em determinada sociedade possui igual variabilidade. Ela se dá, contudo, em meio a uma zona de indeterminação no que

¹⁵ Reforçamos aqui, conforme reflexão de Agamben, a ideia que a palavra sacro não possui qualquer vínculo com o significado religioso ao qual lhe costuma ser atribuído na linguagem corrente.

se refere ao campo da biopolítica¹⁶, independentemente de qual seja a cor da bandeira do soberano (direita *versus* esquerda, liberalismo *versus* totalitarismo, capitalismo *versus* socialismo):

Se, em todo Estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a vida torna-se decisão sobre a morte, e a biopolítica pode deste modo converter-se em tanatopolítica, tal linha não mais se apresenta hoje como um confim fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento que se desloca para zonas sempre mais amplas da vida social, nas quais o soberano entra em simbiose cada vez mais íntima não só com o jurista, mas também com o médico, com o cientista, com o perito, com o sacerdote (AGAMBEN, 2010, p.119)

Acrescentamos a esta lista as figuras do policial, do jornalista, do professor, do formulador de políticas públicas, do cientista social, ou seja, de todos aqueles que de alguma forma atuam no estabelecimento de tais limites, sejam reforçando-os, sejam cavando brechas entre eles. Tais discursos podem mobilizar a população em prol de determinadas causas, a favor ou contra. Tais discursos podem ser usados para ampliar consideravelmente a área de atuação do poder soberano. Para Foucault, o nazismo representa a perfeita síntese entre o poder de manter a vida (biopoder) e o de causar a morte (poder soberano):

[A sociedade nazista] é uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar. Os dois mecanismos, o clássico, arcaico, que dava ao Estado direito de vida e de morte sobre seus cidadãos, e o novo mecanismo organizado em torno da disciplina, da regulamentação, em suma, o novo mecanismo de biopoder, vem, exatamente, a coincidir. De sorte que se pode dizer isto: o Estado nazista tornou absolutamente coextensivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja - não só os outros, mas os seus próprios (...). Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida. Estado racista, Estado assassino, Estado suicida. Isso se sobrepõe necessariamente e resultou, e claro, ao mesmo tempo na "solução final" (pela qual se quis eliminar, através dos judeus, todas as outras raças das quais os judeus eram a um só tempo o símbolo e a manifestação) dos anos 1942-1943 e depois no telegrama 71 pelo qual, em abril

¹⁶ O conceito de biopolítica será explicado de modo mais aprofundado no próximo capítulo.

de 1945, Hitler dava ordem de destruir as condições de vida do próprio povo alemão. (2009, p. 311).

Embora os componentes desses dois poderes estejam presentes em seu modo mais extremado no Estado nazista, eles também podem ser observados nos demais Estados, acrescenta Foucault (2009, p. 312):

Apenas o nazismo, é claro, levou até o paroxismo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder. Mas tal jogo está efetivamente inscrito no funcionamento de todos os Estados.

Com esteio no processo de sujeição criminal dos adolescentes infratores, elaboramos a segunda hipótese de que não seria extrapolação alguma afirmar que os adolescentes das camadas populares são os *homo sacer* de nossa sociedade. Longe de se restringir a jovens apreendidos ou que estejam, por alguma razão, em conflito com a lei, a sacralidade estende-se também aos demais adolescentes, desde, evidentemente, que eles possam ser enquadrados nessa mesma categoria, seja pelo local em que vivem, seja pela classe social a que pertencem. A lista de exemplos é numerosa. Alguns, no entanto, parecem suficientes para demonstrar o que ocorre efetivamente com os adolescentes sacralizados.

Um adolescente de 17 anos foi assassinado, no fim da noite da última segunda-feira, a poucos metros de casa, na comunidade dos Barreiros, próximo à Cidade 2000. Conforme apurou a Polícia, Marcos Vinícius Monteiro da Costa, 17, foi executado com três tiros na cabeça. O rapaz não era usuário de drogas nem tinha passagens pela Polícia. Familiares do adolescente contaram que ele se encontrava passeando de bicicleta próximo de casa, na Rua Vitória da Conquista, quando surgiram dois homens. Eles foram logo atirando em Marcos Vinícius, que teve morte imediata¹⁷.

Mais um adolescente tomba sem vida nas ruas do 'Território da Paz', no Grande Bom Jardim. O crime ocorreu no fim da noite de segunda-feira passada, quando o garoto Francisco Arleson Soares, 15, foi fuzilado na Rua Itu, no bairro Bom Jardim. A Polícia trabalha com a hipótese de um erro de execução. Conforme a Polícia, o adolescente estava sentado na porta de casa. Comia um pedaço de pão, quando foi surpreendido por um homem em uma moto, que foi logo disparando sua arma. O garoto tentou correr para se livrar dos tiros, mas

¹⁷ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 jun. 10. Caderno Polícia, p.17.

não conseguiu. Segundo apurou a Polícia, Arleson não tinha nenhum envolvimento com drogas nem possuía antecedentes criminais. Contudo, foi levantada a hipótese de ele ter sido confundido com seu irmão, que vinha sendo ameaçado por traficantes da região¹⁸.

Em Manaus, um adolescente de 14 anos foi baleado com diversos tiros à queima-roupa por uma equipe de policiais militares em uma rua deserta. Ele não possuía antecedentes criminais nem estava armado. Ainda assim, foi alvo da brutalidade policial. Embora o caso tenha ocorrido em agosto de 2010, somente em março de 2011 ele veio à tona, por causa da veiculação das imagens da agressão em cadeia nacional. À época, os PMs alegaram haver sido recebidos a bala pelo adolescente. O quadro de assepsia social torna-se evidente na frase que o jovem ouviu dos policiais: a de que ele seria morto para “pagar pelos outros”¹⁹. Não há descrição melhor do *homo sacer* do que as cenas da vítima tentando em vão evitar ser baleada pelos seus agressores. No capítulo seguinte, serão apresentados os espaços nos quais o poder soberano exerce força sobre os *homo sacer*. Essa territorialização da sacralidade, como será exposto a seguir, não ocorre de maneira homogênea ou aleatória. Ela se encontra em algumas áreas da Cidade, às quais poderemos chamar de campos, de acordo com a terminologia agambeniana.

¹⁸ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 abr.11. Caderno Polícia, p.15.

¹⁹ **A Crítica**, Manaus, 23 mar. 11. http://acritica.uol.com.br/manaus/MPE-aguarda-PMs-envolvidos_0_448755603.html. (Acesso em 30/04/11).

3 O MAPA DOS ASSASSINATOS DE ADOLESCENTES EM FORTALEZA

Fortaleza é a quinta maior capital do País no que diz respeito à população. Nas duas últimas décadas, a cidade passou de 1,7 milhão de habitantes para 2,4 milhões, segundo o Censo Demográfico do IBGE. Esse crescimento populacional, contudo, não se deu de forma sustentada. O resultado pode ser observado por sua expansão urbana desordenada e por sua aguda concentração de renda, uma das maiores do Brasil. A mesma razão que regeu a expansão de Fortaleza nas duas últimas décadas pode ser encontrada em outras metrópoles brasileiras, como descrevem Ribeiro et al (2010, p.17-19):

A urbanização e o crescimento econômico brasileiro na segunda metade do século XX e a robustez do sistema urbano não foram capazes de garantir melhores condições sociais, sobretudo nas grandes cidades (...) A crise social transformou a geografia da pobreza urbana e da vulnerabilidade social, com impactos profundos na dinâmica da agregação societária do território popular e nas relações reais ou simbólicas que estabelece com o restante da cidade. Podemos afirmar que esses desequilíbrios também se reproduzem no interior dessas grandes cidades em forma de desigualdade intraurbana, visto que além da rapidez do processo de urbanização, os interesses do capital imobiliário e a fraca capacidade de regulação e distribuição do Estado contribuíram para conformação de cidades extremamente desiguais e injustas.

Uma das rotas de crescimento e Fortaleza é o leste. Bairros como Água Fria, Sapiranga, Edson Queiroz, Lagoa Redonda e Messejana viram suas populações aumentarem nos últimos 20 anos, seguindo a trajetória da avenida Washington Soares. De acordo com estudos realizados pela equipe do Plano Diretor e Participativo do Município de Fortaleza, entre 2000 e 2005, mais de 120 mil pessoas passaram a morar

nos bairros abrangidos pelas Secretarias Executivas Regionais II e VI. O mapa seguinte mostra o fluxo de intervenção do setor imobiliário formal em Fortaleza:

Figura 1 – Fluxo e concentração do setor imobiliário formal de Fortaleza



Fonte: Pequeno, 2006

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2010)

Como se pode ver nessa imagem, tal expansão abrange também o município vizinho de Eusébio, na Região Metropolitana, que assistiu a uma migração de pessoas e empresas para seu território, em uma nova onda de segregação social e espacial, conforme descrito por Caldeira (2000). Não à toa, uma unidade do condomínio fechado Alphaville foi construída na entrada daquele município. A proliferação desses tipos de condomínios - os “enclaves fortificados” segundo a terminologia da referida autora - é um fenômeno que marca a história habitacional recente de Fortaleza. Tais condomínios possuem entre suas características:

São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. (CALDEIRA, 2000, p.258-259).

O isolamento das classes médias e altas em fortificações desse tipo enseja repercussões em toda a Cidade:

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público aberto e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição. (IBIDEM, p. 259).

Construções seguindo esse mesmo padrão de segregação espacial podem ser encontradas no Parque Santa Filomena, no Jangurussu. Elas destoam frontalmente das habitações mais tradicionais do bairro. Além de condomínios privados, há ainda os enclaves erguidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Isso mostra que o processo de segregação espraia-se por toda a Cidade, não se concentrando apenas em determinadas regiões.

Um estudo da Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor (CPPD), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano e InfraEstrutura de Fortaleza (SEINF), aponta outros bairros cujo crescimento se dá de forma bastante acelerada. São eles: Dunas, Mucuripe, Varjota, Praia do Futuro I e II, Conjunto Ceará e novamente o Edson Queiroz. As causas para tal expansão variam. Enquanto a especulação imobiliária e comercial pode explicar o adensamento populacional de áreas como Dunas, Varjota e Edson Queiroz, as migrações bairro-bairro e das demais cidades em direção à Capital são a tônica da dinâmica de bairros como Conjunto Ceará e Mucuripe. Em contrapartida a toda essa expansão, uma região com infraestrutura montada ao longo dos anos, como o Centro, perdeu moradores nos últimos anos.

O crescimento populacional dos bairros de Fortaleza, no entanto, não se deu de forma planejada, com ações públicas direcionadas, seja por parte do Governo do

Estado, seja por parte da Prefeitura Municipal. Faltam moradia, infraestrutura e transporte público de qualidade para uma parcela significativa da população. Esse caráter desordenado é apontado como um dos principais responsáveis pelo processo de vulnerabilidade social que se abateu sobre segmentos inteiros da Cidade, assim como diversas capitais:

Em algumas cidades, as qualidades urbanísticas se acumulam em setores restritos, locais de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora, enquanto que para a grande maioria restam as terras que a legislação urbanística ou ambiental veta para a construção, ou espaços precários das periferias. (RIBEIRO et al, 2010, p. 18-19).

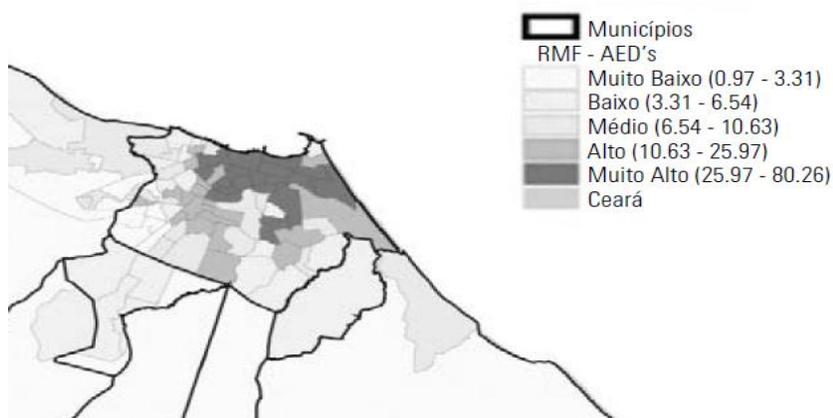
Dados da Habitafor de 2006 revelam que Fortaleza possuía 650 favelas. Naquele ano, havia 106 áreas de risco, de acordo com a Defesa Civil Municipal. O número caiu para 91 em 2011 graças a uma série de intervenções governamentais impulsionadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Há ainda um deficit habitacional de 140 mil moradias.

Embora destaque a expansão de benefícios estruturais, como água encanada, eletricidade, telefone e rede de esgotos na cidade de Fortaleza — fatores de melhoria da qualidade de vida para seus habitantes — o relatório Estado Mundial das Cidades 2008/2009, do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), ressalta que a Capital cearense, ao lado de Brasília, Goiânia, São Paulo e Belo Horizonte, possui um coeficiente de Gini (indicador que mede a desigualdade social) considerado bastante alto para os padrões internacionais.

A sequência de mapas elaborados pelo Observatório das Metrópoles sobre Fortaleza²⁰ traduz, de modo imagético, a concentração de renda existente na Capital cearense.

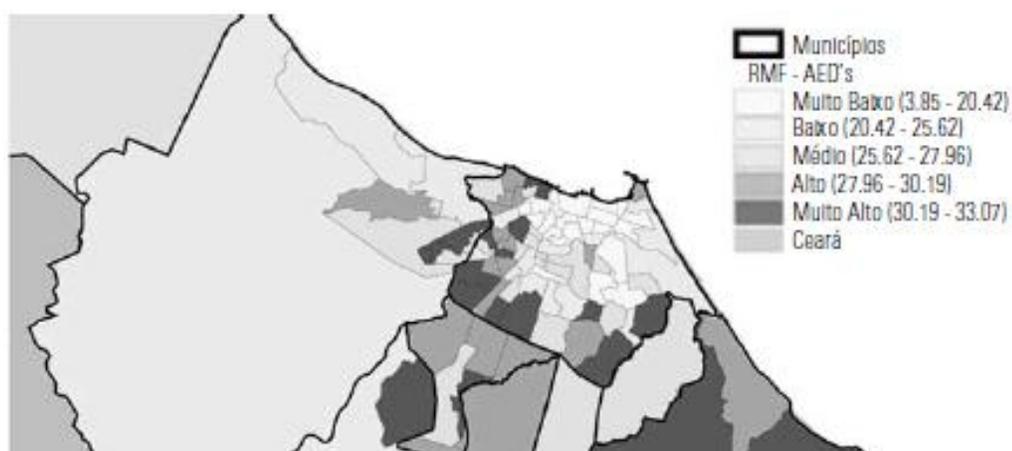
²⁰ Publicação Como Anda Fortaleza [on-line] Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufri.br/Vol5_como_anda_fortaleza.pdf .(Acesso em 29/04/11).

Figura 2 – Famílias com renda *per capita* de mais de três salários mínimos



Fonte: Observatório das Metrôpoles (2010)

Figura 3 – Famílias com renda *per capita* entre meio e um salário mínimo



Fonte: Observatório das Metrôpoles (2010)

Essa concentração reflete-se também no que diz respeito à distribuição dos homicídios em Fortaleza só que de maneira inversa. A maioria dos assassinatos concentra-se em alguns bairros da periferia. Em contrapartida, bairros mais bem servidos de itens como infraestrutura e serviços possuem menos casos de assassinatos registrados em suas áreas de abrangência.

3.1 Lógica territorial dos assassinatos dos adolescentes

O assassinato de adolescentes não ocorre de maneira homogênea do ponto de vista dos locais de ocorrência. Obedece a um padrão diferente do mapa geral de homicídios de Fortaleza. Na lista dos dez bairros mais violentos, apenas Messejana, Bom Jardim, Jangurussu e Barra do Ceará se repetem nos dois *rankings*.

Tabela 2 – Homicídios nos bairros de Fortaleza (2007-2009) – Todas as faixas etárias

Ranking homicídios por bairro em Fortaleza - Geral - 2007 a 2009				
	2007	2008	2009	Total
Bom Jardim	49	39	61	149
Messejana	46	63	52	161
Jangurussu	41	43	32	116
Barra do Ceará	27	28	40	95
Mondubim	26	22	26	74
Barroso	23	23	22	68
Jardim das Oliveiras	18	13	19	50
Passaré	18	13	15	46
Henrique Jorge	17	9	9	35
José Walter	17	10	15	42

Fonte: Cartografia da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (UECE/UFC/GMF).

Messejana, Bom Jardim e Jangurussu são os bairros de Fortaleza que lideram as estatísticas de homicídios cometidos contra adolescentes de 15 a 18 anos. Quando observamos a distribuição geográfica desse tipo de ocorrência, podemos perceber o impacto que essas três grandes regiões possuem na quantidade total de assassinatos cometidos contra adolescentes. No triênio 2007-2009, 370 adolescentes com idades entre 15 e 18 anos foram assassinados nos 116 bairros da Capital cearense. Desse total, 19% das vítimas (70 óbitos) foram mortas nos três bairros ora

citados, conforme o Mapa da Criminalidade e da Violência, desenvolvido pela UECE/UFC/Guarda Municipal.

Quando os homicídios cometidos contra adolescentes são dispostos no mapa de Fortaleza, percebe-se que os bairros mais violentos se concentram na região sul da Cidade, mais especificamente nas Secretarias Executivas Regionais (SERs) V e VI²¹. Dentre os cinco bairros mais violentos no que se refere ao assassinato de adolescentes, somente a Barra do Ceará (SER I), com 14 mortes, não se localiza em nenhuma das duas regionais.

Tabela 3 – Homicídios de adolescentes na faixa etária de 15 a 18 anos nos bairros de Fortaleza (2007-2009)

Homicídios de adolescentes por bairros - Fortaleza				
	2007	2008	2009	Total
Messejana	10	10	9	29
Bom Jardim	4	6	11	21
Jangurussu	7	5	8	20
Barra do Ceará	5	4	5	14
Alagadiço Novo	3	5	3	11
Conjunto Palmeiras	1	5	5	11
Siqueira	3	4	4	11
Cais do Porto	6	2	2	10
Quintino Cunha	1	8	1	10
Vicente Pinzon	5	0	5	10

Fonte: Elaboração própria, a partir da Cartografia da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (UECE/UFC/GMF).

²¹ Segundo a Prefeitura de Fortaleza, os 16 bairros da SER V são: Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança e Presidente Vargas. Os bairros da SER VI, por sua vez, são: Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista (unificação do Castelão com Mata Galinha), Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras (parte do Jangurussu), Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajerú, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar (antigo Alagadiço Novo), Messejana, Parque Dois Irmãos, Passaré, Paupina, Parque Manibura, Parque Iracema, Parque Santa Maria (parte do Ancuri), Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, São Bento (parte do Paupina) e Sapiroanga.

Alagadiço Novo, Quintino Cunha, Vicente Pinzón, Siqueira e Cais do Porto não fazem parte do *ranking* dos dez bairros mais violentos em números gerais de homicídio em Fortaleza, conforme a tabela 4:

Tabela 4 – Homicídios em geral e homicídios de adolescentes em Fortaleza - Quadro comparativo – Bairros com maior vulnerabilidade juvenil

Bairros	2007	2008	2009	Posição Ranking
Alagadico Novo	16	14	8	11º
Quintino Cunha	16	21	9	13º
Vicente Pinzon	16	17	22	14º
Cais do Porto	12	10	13	24º
Siqueira	12	17	17	25º

Fonte: Elaboração própria, a partir da Cartografia da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (UECE/UFC/GMF).

Os homicídios de adolescentes em Fortaleza não seguem a mesma razão territorial dos homicídios em geral. Isso implica dizer que, em determinadas bairros da Cidade, como os listados acima, os adolescentes podem-se encontrar em situação mais vulnerável do que os adultos. Essa afirmação tem maior respaldo no que diz respeito à situação vivida pelos bairros Cais do Porto e Siqueira, cujas classificações no *ranking* de homicídios são 24º e 25º posições, respectivamente. Neles, as mortes de adolescentes possuem maior repercussão no número geral de homicídios do que em outros bairros. Excetuando os homicídios juvenis, a quantidade de homicídio cairia quase que pela metade. A tabela 5 ilustra bem essa proporção entre os dez bairros mais violentos e o impacto dos homicídios de adolescentes no cômputo geral de óbitos:

Tabela 5 – Homicídios em geral e homicídios de adolescentes em Fortaleza - quadro comparativo - proporção

Bairro	Homicídios em Geral	Homicídio de Adolescentes	Proporção
Messejana	166	29	17%
Bom Jardim	139	21	15%
Jangurussu	116	20	18%
Barra do Ceara	95	14	15%
Alagadico Novo	38	11	31%
Conjunto Palmeiras	76	11	11%
Siqueira	25	11	45%
Cais do Porto	24	10	40%
Quintino Cunha	46	10	22%
Vicente Pinzon	55	10	18%

Fonte: Elaboração própria, a partir da Cartografia da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (UECE/UFC/GMF).

A lista de bairros que se segue diz respeito à quantidade de adolescentes entre 15 e 19 anos residentes nos bairros de Fortaleza, conforme o Censo 2010. Estes dados estatísticos servem precisamente para mostrar que os bairros com maior quantidade de adolescentes assassinados não correspondem plenamente aos bairros com maior número de pessoas nessa faixa etária, como se poderia pensar no primeiro momento. Dos dez bairros com o maior número de assassinatos cometidos contra adolescentes no período desta pesquisa (2007 a 2009), apenas três possuíam um elevado número de pessoas nessa faixa. A hipótese de os homicídios de adolescentes serem resultados necessários do crescimento demográfico vivido pelos bairros com maior população jovem não obtém sustentação uma vez procedida a comparação entre os dois dados.

Tabela 6 – População de 15 a 19 anos em Fortaleza (por bairro)

Bairros	População 15 a 19 anos
Barra do Ceará	7.382
Mondubim (Sede)	7.242
Vila Velha	5.696
Granja Lisboa	5.585
Jangurussu	5.264
Passaré	4.891
Quintino Cunha	4.799
Canindezinho	4.435
Pici (Parque Universitário)	4.380

Fonte: Censo 2010/IBGE

Esses números evidenciam, uma vez mais, que esse tipo de ocorrência criminal não sucede de forma aleatória, mas parece obedecer a uma lógica velada, que somente se torna perceptível no momento em que é feito um levantamento desse porte.

3.2 Da biopolítica à tanatopolítica

O emprego de dados estatísticos acerca da população de Fortaleza, sua divisão em bairros, bem como a contabilidade de homicídios, certamente, remetem a práticas pertinentes à esfera da biopolítica. Vejamos o percurso histórico desse conceito.

Ao longo da história, o direito do soberano, também conhecido como o direito da espada, era predominante. Ao soberano cabia o direito sobre a vida e a morte de seus súditos. Argutamente, Foucault (2003) percebe que tal poder, na verdade, é exercido de forma plena somente na determinação de quem iria morrer. Faltavam às civilizações mais antigas os meios eficazes de regular a existência da vida humana. Somente no momento em que mecanismos como a contagem dos óbitos, taxas de fecundidade e de mortalidade passaram a ser empregados como ferramentas das políticas governamentais, uma categoria emergente passou a entrar em cena: a população. É sobre ela que será exercida a biopolítica:

A biopolítica consiste de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc (...). Não se trata simplesmente do problema de fecundidade. Trata-se também do problema da morbidade (...). Outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de por indivíduos fora de circuito, de neutralização etc. (FOUCAULT, 2009, p. 291).

Surgem, nesse novo quadro, instrumentos como poupanças, seguros de vida, seguridade social etc. O objetivo é um só: assegurar a manutenção dos seres vivos que integram uma população, por meio de mecanismos reguladores. “Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade” (IBIDEM, p.293). Como se pode perceber, a ênfase agora recai na vida e não mais na morte:

A soberania fazia morrer e deixava morrer. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de *regulamentação* e que consiste, ao contrário, em fazer viver e *deixar morrer*. (IBIDEM, p.294, grifamos).

Neste ensaio, contudo, o que mais interessa é observar como ocorre a ação da biopolítica no seu avesso, ou seja, sob a forma de uma tanatopolítica, como assinala Agamben. A biopolítica trata do papel do Estado na preservação e na extensão da vida. E no que tange ao seu poder de exercer a morte? Sobre tal esfera, há sim um papel preponderante do Estado. Da mesma forma que cabe a ele preservar a vida, recai, sobre ele ainda, a decisão sobre a morte de determinados indivíduos.

Foucault argumenta que, no que concerne ao poder do Estado sobre a morte, o racismo surge como elemento norteador da ação estatal. O racismo é entendido por Foucault como “o meio de introduzir afinal, neste domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. (IBIDEM, p.304). Tal definição pode se basear na distinção de raças no interior do contínuo biológico da espécie humana, ao hierarquizá-las entre “superiores” e “inferiores”, ou seja, as que correm maior ou menor risco de serem dizimadas.

A segunda função do racismo é mais positiva e possui raízes no *ethos* guerreiro. Ela parte da relação “se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar”. Embora, segundo Foucault, tal conceito não tenha sido inventado nem pelo racismo e nem pelo Estado, ele ganha uma nova significação com a biopolítica, de caráter mais biológico do que militaresco:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (IBIDEM, p. 305).

Foucault emprega o conceito de racismo para pensar a criminalidade²². Em alguns países, a pena de morte cumpre esse papel. Um procedimento jurídico é montado para que se estabeleça se determinada pessoa deve ou não ser executada. No nosso caso, tal medida não se aplica. Em termos operacionais, no entanto, podemos perceber que segmentos específicos da sociedade estão mais sujeitos que outros a serem vítimas de homicídio. Conforme exposto anteriormente, esse papel cabe, principalmente, ao homem jovem, negro, com baixo nível educacional e pertencente às classes mais baixas da sociedade.

Há aqui certamente um paralelo entre a vítima do racismo e o *homo sacer*. Como exposto anteriormente, o adolescente, sujeito deste trabalho, parece ser vítima de sacralização em nossa sociedade. Ele está submetido, em seu cotidiano, a um estado de exceção permanente, ou seja, a um estado em que seus direitos podem ser suspensos em nome da segurança de toda a sociedade.

De modo formal, no plano institucional, conforme Agamben, cabe somente ao poder soberano proclamar o *estado de exceção* e suspender, por conseguinte, o ordenamento jurídico preexistente. No Brasil, por exemplo, esse papel é exercido pelo

²² "Se a criminalidade foi pensada em termos de racismo foi igualmente a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte de um criminoso ou seu isolamento". (FOUCAULT, 2003, p. 308).

presidente da República, conforme determina a Constituição Federal de 1988²³. Criado inicialmente para dar respostas rápidas a momentos de crise e amparado por uma teoria da necessidade²⁴, segundo Agamben (2004), o estado de exceção torna-se cada vez mais um “paradigma de governo dominante na política contemporânea”. O estado de exceção moderno seria “uma tentativa de incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indiferenciação em que fato e direito coincidem”. (AGAMBEN, 2004, p.42). A afirmação, certamente, merece ressalvas. A proposição teórica de Agamben sobre o estado de exceção encontra maior identificação na sociedade dos EUA. No Brasil, esse estado pode ser observado somente em seu caráter operacional, em determinadas áreas em que o Direito é exercido de maneira direta pelos agentes estatais sem qualquer mediação jurídica. Essa zona de indiferenciação possibilita “a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”. (IBIDEM, p.13).

O pano de fundo da reflexão de Agamben é o mundo pós-11 de Setembro, com suas numerosas restrições governamentais às liberdades individuais em nome da segurança nacional e o estabelecimento de uma incessante guerra ao terror na qual não existem meios ilícitos quando se trata de pôr fim ao “eixo do mal”. Essa mentalidade, que põe a manutenção da segurança em primeiro plano, em detrimento dos direitos individuais, bem como o *modus operandi* que disso resulta, podem ser

²³ Assim diz o texto da constituição: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...) IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio”. Vale ressaltar que estamos tratando do aspecto formal e institucional do estado de exceção. Não queremos menosprezar aqui o papel das organizações e dos indivíduos na reapropriação de tais determinações.

²⁴ A constituição brasileira, no entanto, denomina o estado de exceção como estado de sítio. De acordo com o filósofo italiano, “a teoria da necessidade não é aqui outra coisa que uma teoria da exceção (*dispensatio*) em virtude da qual um caso particular escapa à obrigação da observância da lei. A necessidade não é fonte de lei e tampouco suspende, em sentido próprio, a lei; ela se limita a subtrair um caso particular à aplicação literal da norma”. (AGAMBEN, 2004, p.41).

observados em diferentes graus, no entanto, em nossa realidade brasileira. No que se refere ao seu caráter territorial, o estado de exceção se realiza plenamente na figura do “campo”²⁵. Segundo Agamben (2010),

A essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na conseqüente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção, deveremos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independentemente da natureza dos crimes que são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica. (P.169-170).

O campo, portanto, tem limites difusos e uma estrutura amorfa. Ele pode ser representado pelos campos de extermínio onde milhões de judeus foram mortos ou uma zona do aeroporto, onde um viajante estrangeiro tenta obter o *status* de refugiado:

Um local aparentemente anódino delimita na realidade um espaço no qual o ordenamento normal é de fato suspenso, e que ali se cometam atrocidades depende do direito, mas somente da civilidade e do senso ético da polícia que age provisoriamente como soberana. (IDEM, IBIDEM).

Podemos dizer, ainda, ampliando esse conceito e trazendo à nossa realidade, que o campo pode ser representado por territórios inteiros localizados no interior de uma cidade, onde se é permitido eliminar os seres indesejáveis, nos quais o Estado cumpre de maneira indolente seu papel de garantir a segurança de todas as vidas e não somente das pessoas consideradas “cidadãos”. São áreas em que o Estado deixa morrer, como observa uma moradora do Bom Jardim: “Ali é lugar de matar gente”²⁶.

Quais seriam, então, os campos de Fortaleza? A nossa hipótese é de que são os bairros socialmente estigmatizados, nos quais adolescentes são assassinados com uma constância que já não mais causa surpresa aos demais moradores; são as

²⁵ O campo, segundo Agamben, possui uma significação bastante diversa daquela que é dada pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Importante fazer aqui essa observação, para não haver mal-entendidos e incompreensões.

²⁶ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 out. 2009. Caderno Polícia, p.15.

ocupações, as áreas de risco, os interstícios urbanos que se criam às margens de largas avenidas e grandes prédios. Todos eles são *locus* de circulação/reprodução de gerações inteiras de *homo sacer*.

É esteado nesses conceitos que buscamos compreender a região do Grande Jangurussu, na qual o número de adolescentes assassinados supera, e muito, os índices registrados na maior parte dos bairros de Fortaleza. Defendemos, nessa pesquisa, a hipótese que o bairro, no que se refere ao homicídio de adolescentes, tornou-se um território de exceção. Para embasar esse argumento, apresentamos a seguir um breve quadro social, histórico e econômico da região estudada.

3.3 Percorrendo o Jangurussu

A história do Jangurussu é uma história de lutas, mas, principalmente, de ausências: de equipamentos de saúde, educação, de trabalho e de espaços de lazer. Não raro, vemos notícias acerca de manifestações de seus moradores, reivindicando direitos tidos como básicos.

Em décadas anteriores, a mesma região havia abrigado imigrantes do Estado do Ceará fugidos da seca ou trabalhadores, na maioria das vezes, desempregados. O bairro, no seu modelo atual, formou-se dos arredores do aterro sanitário instalado em 1978, na estrada do Itaperi e às margens do Rio Cocó, pelo Governo do Estado²⁷. As atividades oficiais ocorreram até 1986, quando o lugar se tornou um lixão a céu aberto. Embora sua vida útil fosse de dez anos, o aterro continuou operando o dobro do tempo, recebendo uma média de 3.300 toneladas de lixo por dia. As reclamações de transtornos, casos de contaminação ambiental e

²⁷ As informações sobre a história do bairro baseiam-se nos seguintes artigos: SILVA, R.I.H. e SILVA, M.G.H. "PROJETO "JANGURUSSU, RECICLANDO A VIDA": UMA ANÁLISE SÓCIO-AMBIENTAL NA VISÃO DO CATADOR, apresentado no II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI) on-line: http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080212_092159_MEIO-029.pdf. (Acessado em 12/12/10).

doenças relacionadas ao acúmulo inapropriado dos resíduos sólidos eram uma constante. Somente em 1998, o espaço foi finalmente desativado. Atualmente, a região é um polo de reciclagem de resíduos sólidos. Ainda assim, cerca de 300 famílias vivem em condições precárias no entorno do aterro, em uma localidade conhecida como Conjunto Gereba, à espera de remoção para moradias em áreas com melhores condições de infraestrutura.

O Grande Jangurussu, por sua vez, possui cerca de 1.558 hectares. Segundo o Censo 2010, sua população é formada por 50.479 mil habitantes. Quando comparada ao Censo 2000, pode-se notar queda (63.201 habitantes). Isso decorre, no entanto, da formalização do Conjunto Palmeiras como bairro, em 2007. A população do Palmeiras é formada 36.559 pessoas, de acordo com o Censo 2010. Se fossem somadas, as populações dos dois bairros superariam a do Mondubim, o mais populoso de Fortaleza, com 80.303 habitantes.

O Jangurussu é o bairro com maior população da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI), uma das seis unidades administrativas da Prefeitura de Fortaleza. Messejana vem em segundo, com 41.689 habitantes (Censo 2010). Por sua grande extensão territorial, o Jangurussu, contudo, não é um dos bairros mais povoados da SER VI. Sua densidade demográfica é de 32,39 habitantes por hectare. O número é menor do que o de bairros vizinhos, como o Barroso (99,2 hab/ha) e a Messejana (62,2 hab/ha). Como bairro, o Jangurussu foi se formando desde o entorno do aterro sanitário. Com o passar do tempo, o núcleo populacional foi se expandido e incorporando novas comunidades, como: Parque Santa Maria, Parque Santa Filomena, Sítio São João, São Cristóvão, Barroso II, João Paulo II, Conjunto Palmeiras I e II²⁸.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município por Bairro (IDHM-B) é calculado levando em conta média de anos de estudo do chefe de família, a taxa de alfabetização e renda média (PIB *per capita*). Quanto mais próximo da média 1,0, mais

²⁸ Em 2007, o Conjunto Palmeiras tornou-se bairro oficialmente. Para efeito da presente pesquisa, contudo, o bairro será analisado juntamente com a região denominada de Grande Jangurussu, haja vista sua forte integração com as demais comunidades e pelo fato de nos referirmos a eventos e a dados que ocorreram antes de sua emancipação oficial.

desenvolvido é o bairro. O IDHM-B do Jangurussu é baixo: 0,421. Na lista dos melhores IDHM-B da Regional VI estão: Parque Iracema (0,696), Cidade dos Funcionários (0,657) e Cambeba (0,629). Os piores índices são: Curió (0,338), Pedras (0,352), Paupina (0,397), Ancuri (0,398) e Jardim das Oliveiras (0,413).

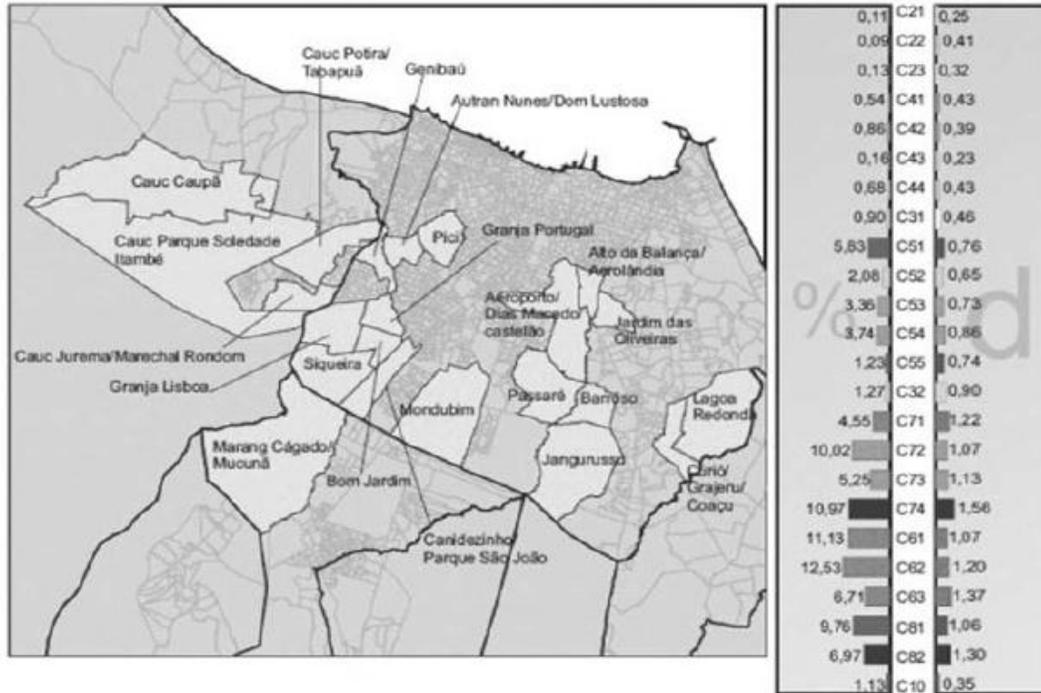
De acordo com a classificação de tipologias sócio-ocupacionais²⁹ existentes na Região Metropolitana de Fortaleza e elaborada pelo Observatório das Metrôpoles, o Jangurussu é enquadrado na tipologia inferior³⁰. Foram levados em consideração os seguintes itens: o percentual das diferentes categorias sócio-ocupacionais em cada tipologia; a densidade de cada categoria sócio-ocupacional na tipologia; as relações de contiguidade entre as diferentes áreas que compõem cada tipo socioespacial; e a relação do processo de desenvolvimento urbano recente com as tendências que se apresentam para a RMF. Segundo a definição do observatório, os bairros da tipologia inferior interligam "os espaços centrais da metrópole às franjas periféricas, tendo nos rios urbanos seus elementos estruturantes".

²⁹ A elaboração da estrutura sócio-ocupacional leva em conta os seguintes fatores: os usos do território da Região Metropolitana, os fluxos decorrentes deles e as ocupações daqueles que dele se apropriam.

³⁰ Conforme a mesma classificação, a Região Metropolitana de Fortaleza está dividida em sete tipologias: Superior, Média Superior, Média, Popular Operária, Popular Periférica, Inferior e Rural.

Figura 4 – Áreas de tipologia inferior em Fortaleza

FIGURA 5.14 – Tipologia Inferior na RMF, Percentuais e Densidades das CAT's



Fonte: Observatório das metrópoles – Núcleo Ceará

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2010)

Conforme a classificação, o Jangurussu apresenta-se como uma região “pouco densa nas franjas periféricas da metrópole”. Ainda de acordo com o Observatório das Metrôpoles,

Esta tipologia indica a interligação entre a condição de moradia precária e exclusão territorial. Além de concentrar favelas em situação de risco, apresenta as maiores densidades de trabalhadores da sobrevivência, sendo algumas de suas áreas reconhecidas como a origem e destino de rotas de catadores de lixo que simbolizam o extremo dos fluxos do circuito inferior da economia da metrópole. A ocorrência de mais de 10% das pessoas ocupadas no secundário tradicional, assim como de 11% no setor da construção civil, ambos considerados de baixa remuneração, fazem da carência de infra-estrutura e da mobilidade dificultada características desta tipologia, cujas áreas representam o locus da aglutinação de grupos mais empobrecidos. (PEQUENO, 2008, p.84).

A divisão territorial do Jangurussu pode ser compreendida por meio de suas principais vias. A primeira delas é a Perimetral, que corta o Grande Jangurussu ao meio. Do aterro sanitário até as margem esquerda da avenida, tem-se as comunidades do Barroso II e do João Paulo II, divididas pela avenida Castelo de Castro. Em geral, elas são formadas por casas simples, divididas por estreitas ruas e vielas. Muitos dos moradores já vieram de outras ocupações, estimulados por ações governamentais de matizes diversos:

A turma toda inicial era do Tranquedo Neves e veio por causa do alagamento. A defesa civil jogou a gente aqui, né? Jogou, jogou. “Taqui as lona, cês se vira aí. Cês faz os barraco de vocês, ninguém sabe qual o dia que cês vão ganhar a casa”. Aí todo mundo só vivia perguntando pra liderança comunitária: “Quando é que vai sair as casa?” “Não, vai ter reunião, sei o quê, tal ano, tal ano”. Enganando a gente né, de várias forma, que a gente não sabia, não entendia de nada, na época do Tasso Jereissati né. Aqui foi na época do governador, do Tasso Jereissati. Da antiga COHAB né, não sei se existe hoje. Hoje é HABITAFOR. Eu acho que não era na época do Juraci não, viu. Que eu não me lembro na época quem era prefeito, que eu era pequeno. Sabia que o governador era o Tasso Jereissati, né? O presidente, que mais pra frente foi o Fernando Henrique. Quando foi inaugurado mesmo, já era o Fernando Henrique. Na época do real. Aí em 95 fizemo as casa tudim. A gente mermo pagava o cara pra fazer. O material foi dado pelo governo. Só que nós tinha que construir a própria casa da gente. Por exemplo: eu não morava nessa casa, eu morava nessa casa aqui, naquela outra casa lá do muro azul. A gente se matou pra construir aquela casa, na época o meu tio sabia fazer tudo. Naquela época que eu trabalhava na cidade dos funcionários, casa de família, em jardim, jardineiro, minha mãe trabalhava também, aí eu se juntei mais a minha mãe, a gente pagava ele, pagava um servente pra ir construindo a casa. Todo mundo tava construindo, do seu jeito. (Morador do Barroso II).

Construções de maior porte, como casas *duplexes*, podem ser vistas no local. O valor estipulado por elas é baixo, haja vista o estigma social que se abate sobre aquela região, conforme relata um morador do Barroso II:

Você pega uma casa dessa de esquina aqui [referindo-se a dois duplexes existentes no seu quarteirão]. Cê vê uma casa dessa aqui, num vale 12 mil, 10 mil cê compra uma casa dessa aqui. Cê faz o que você quiser. Ela não tem valor, muito valor. Tem valor pra quem mora dentro, né? (Morador do Barroso II).

À direita da avenida Perimetral, no sentido praia-sertão³¹, localiza-se a comunidade do São Cristovão, atravessada pela avenida Castelo de Castro, o grande centro comercial do bairro, com suas lojas, farmácias, igrejas e escolas. Seguindo na avenida Castelo de Castro em direção oposta ao aterro sanitário do Jangurussu, chega-se ao Conjunto Palmeiras I e II. A quantidade de estabelecimentos começa a diminuir. Em contrapartida, o número de terrenos baldios só aumenta.



Avenida Castelo de Castro, que une as comunidades do São Cristovão ao Conjunto Palmeiras I

³¹ Para efeito de maior clareza, esse mesmo sentido pode ser considerado como norte-sul. O problema deste referencial é que a zona norte se localizaria no Oceano Atlântico.



Vista aérea do São Cristóvão. Foto: Google Maps.

A avenida Castelo de Castro termina no Conjunto Palmeiras II, em um terreno descampado, com duas vias carroçáveis que se bifurcam. Seguir por qualquer uma delas, no entanto, não é recomendado pelos moradores daquela avenida. O vigilante de um equipamento da Prefeitura Municipal informou que uma das estradas leva ao bairro Ancuri, mas que nem os policiais do Ronda do Quarteirão tinham coragem de trafegar por lá. A segunda estrada, por sua vez, dá acesso ao Conjunto Habitacional Maria Tomásia, do qual iremos abordar adiante. O trecho também seria perigoso, de acordo com o relato do vigilante e de moradores que vivem no segmento final da Castelo de Castro.



Fim da avenida Castelo de Castro. Caminho bifurcado dá acesso ao Ancuri e ao Maria Tomásia

A avenida Valparaíso une o Conjunto Palmeiras I e o II. Subindo por ela, em direção à saída de Fortaleza, temos a comunidade Sítio São João, à direita, e o Parque Santa Filomena, à esquerda.



Avenida Valparaíso, que liga as comunidades Sítio São João, Palmeiras e Santa Filomena

O Parque Santa Filomena, ponto central de nossa pesquisa, localiza-se entre as avenidas Castelo de Castro, Valparaíso, Perimetral e a Estrada do Ancuri. Cerca de 20 mil pessoas vivem no local. De acordo com seus moradores mais antigos, a comunidade começou a ser ocupada no início dos anos 1970.



Vista aérea do Parque Santa Filomena. Foto: Google Maps.

Cada uma das comunidades citadas anteriormente possui um núcleo de formação distinto, não necessariamente ligado ao aterro sanitário. São famílias vindas de outras localidades do Ceará, de outros bairros, de áreas de risco da Capital e que buscam uma vida melhor por meio de ocupações. Um painel dessa diversidade e da dificuldade que os moradores têm de mensurar os demais habitantes do bairro pode ser observado na descrição que segue de uma moradora:

O João Paulo II talvez tenha aí uns 17 mil habitantes, uma comunidade que praticamente vai sumir agora na Copa. O Barroso, não. É uma comunidade independente, ela fica dentro do João Paulo, que tem o Barroso e o Barroso II, e tem toda aquela área que fica ali em volta da rampa, da favela do rato, o perimetral mermo onde era ali, onde de primeiro o pessoal chamava de infernim, que agora é o Perimetral. E tem o São Cristóvão. Agora tudo ali é uma coisa só, aí tu chega no Palmeiras, o Palmeiras tem 32 mil habitantes, aí o restante soma, que o restante é o Jangurussu. O Santa Filomena tem 22 mil habitantes.

O número de habitantes não cessa de crescer. Em 2009, a Prefeitura transferiu mais 1.126 famílias para o bairro (um total de 5.630 pessoas). Moradores das comunidades da Lagoa da Zeza e da Vila Cazumba agora passaram a residir no Conjunto Habitacional Maria Tomásia, um conglomerado de casas erguido em uma área de 207 mil metros quadrados³². A chegada de novos habitantes, no entanto, não veio seguida de melhorias na infraestrutura do bairro. Pelo contrário, de acordo com o relato de uma moradora, o que se vê no espaço é uma mostra de que em meio a um espaço de vulnerabilidade social pode haver uma área ainda mais excluída, cujos habitantes se encontrem em uma situação de degradação mais extremada. Para retomar um conceito de Agamben (2004), foi criado um campo no interior de outro campo maior:

A maior maldade que a prefeitura já fez foi o conjunto Maria Tomásia. É no Sítio São João. Eles botaram esse pessoal lá ó, eles num tem posto de saúde, eles num tem escola. Na primeira vez que a gente teve visitando lá, *a gente achou muito parecido com aqueles campo de concentração*. Do Hitler, né? Um monte

³² Segundo a Prefeitura, as duas áreas de risco passarão por um processo de urbanização, por meio de limpeza, drenagem, implantação de anéis sanitários, construção de calçadões e áreas de esporte e lazer, além do plantio de árvores. O custo, estimado em R\$ 29 milhões, foi bancado pelo Governo Federal em conjunto com o Poder Municipal.

de casinha pregada uma na outra. *Lá não é bom da gente entrar.* Que é que eles fizeram lá estrategicamente? Eles fizeram uma separação. Da rua tal, até a rua tal, é a vila Cazumba. Da rua tal até a rua tal é a lagoa da Zeza. Daqui até ali é Santa Filomena que a gente botou vinte família aqui do Santa Filomena pra lá também, ficava perto do posto de saúde. Aí sei que todas as comunidade tão estrategicamente, quer dizer, *eles mesmo fizeram a separação, já pra não misturar, que eu não acho que isso seja bom, que é uma comunidade, ela tem que interagir, pra você gerar um bom relacionamento.* Conheço gente que mora lá, conheço a dona Ana, conheço as família que a gente colocou aqui do conjunto Santa Filomena. A gente tem tentado fazer um trabalho lá dentro, a gente entrou lá, mas a prefeitura mesmo não deixava. Lá era um terreno afastado lá pra dentro. Aí eles cortaram toda uma barreira enorme, fizeram assim tipo um caixão quadrado, aí dentro desse caixão eles construíram um monte de casa, é casa pra perder de vista. Todas casinhas pregadas umas nas outras, que agora alguém já fez pra cima, já mudou o cenário. Lá dentro, no projeto, era lindo. Só que na prática mermo, lá quando a gente chegou lá que viu as família serem colocada lá, não tinha estrutura de calçamento, a água não chegava pra algumas famílias, porque é muito longe, a rede de água não chegava. E se tinha a água não chegava nas torneiras. Energia também. Não tinha escola. As escolas daqui já tão todas saturadas, aí como é que tu traz mais 125 família, se tu multiplicar cada família por quatro, que tem mãe que tem é nove? (Líder comunitária do Jangurussu).

Assim como o Maria Tomásia, outros seis conjuntos habitacionais — constituídos de apartamentos e com pessoas residentes de diversos pontos de Fortaleza — foram construídos no Jangurussu com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Ao contrário do Maria Tomásia, contudo, eles estão inseridos na comunidade, provocando, à primeira vista, um contraste³³ com as habitações existentes em seu entorno. As novas moradias são conhecidas como “condomínios”. As relações sociais dos moradores dos condomínios com as pessoas mais “antigas” do bairro podem ser compreendidas a partir dos conceitos de “estabelecidos” e “outsiders”, de Elias E Scotson (2000). Certamente, trata-se de um tema fecundo de estudo. No entanto, por causa da limitação deste trabalho, não nos atrevamos a aprofundar essa análise. Fica, contudo, um registro dessa nova interação social:

³³ Essa, pelo menos, foi a impressão ao vermos tais condomínios incrustados em meio a construções mais simples e antigas. A análise teórica da dinâmica que rege a construção de tais condomínios foi exposta no início do capítulo. Esse, certamente, foi um dos numerosos pontos de encontro entre o trabalho de campo e as análises teóricas que se pode observar neste trabalho.

Hoje a gente tem medo dos condomínio, que o condomínio veio, e dentro dele veio também a droga, um monte de coisa de gente de dentro do condomínio pra cá, pra fora. Aumentou muito isso aqui, que veio moradores que mexiam lá com a maldita também aí acabou que misturou-se o condomínio com as comunidade. Não tem divisão entre as pessoas, eles frequenta aqui, frequenta muito a associação e tal. São pessoas de baixa renda também, também é arrendamento. Esse povo vem de todo lugar. Vem da Vila União, vem do Mucuripe, vem da banda acolá do Tancredo Neves. Tem de várias comunidades. Já são seis. Tem o Santa Filomena que é perto do campo do Curitiba, tem o Recanto das Flores, que é aquele outro do lado, que é até desabitado, nunca veio morar ninguém. Tem o chácara Sol Poente, o São Francisco, o Alto da liberdade e o Sagrada Família. A prefeitura traz, mas não reorganiza o espaço, continua desordenado. (Líder comunitária do Jangurussu).

Diante de tantos desafios, em 2007 foi criada a Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (Reajan), formada por 25 entidades, movimentos populares, igrejas e órgãos do Poder Público Municipal presentes nas comunidades. Uma das primeiras ações da entidade foi uma caminhada na qual era denunciado o abandono em que viviam os moradores da região. Já na época, Paulo Uchôa, coordenador da organização não-governamental Conselho Nova Vida (ConVida), sediada no Santa Filomena, destacava a falta de oportunidades para os jovens. "O problema não é falta de policiamento, mas falta de projetos sociais do poder público que dêem uma ocupação a esses jovens", explicou Uchoa à época³⁴.

Por causa disso, naquele mesmo ano, um grupo de moradores realizou um protesto em frente à sede da Prefeitura Municipal de Fortaleza para cobrar pavimentação das ruas, "a construção de um posto de saúde, a conclusão das obras da quadra de esporte da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Vereador José Barros de Alencar, a urbanização do campo de futebol comunitário (campo do Curitiba) e a implantação de projetos de esporte e lazer na comunidade".

O então ouvidor geral do Município, Antônio Carlos Freitas, garantiu que uma nova escola seria entregue e que as obras de uma nova creche estavam sendo

³⁴ **O POVO**, Fortaleza, 30 mai. 07. Caderno Fortaleza, p.9.

finalizadas. A rua Nunes Feijó, por sua vez, seria pavimentada. "Quanto à implantação de projetos sociais, no próximo dia 13 de junho será feita uma nova reunião com os moradores e a ConVida, no Parque Santa Filomena, e serão apresentadas as propostas da Prefeitura. Já em relação ao campo, o terreno já foi adquirido pela Prefeitura e deverá ser urbanizado em breve", disse o ouvidor. Quatro anos depois, esse é o balanço feito por uma das moradoras. O trecho é extenso, mas bastante esclarecedor acerca da atual situação da comunidade:

Nem um campim de futebol, nem uma pracinha, um parque nada, não tem nada. Se você achar uma áreazinha de lazer aqui você vai pra pracinha do Santa Maria, porque ela é uma pracinha mas tem uma quadra de futebol lá no meio, toda quengada, mas tem, e o campo do Curitiba. Pronto, é o que tem de lazer aqui nessa área toda, que pega Santa Maria, Santa Filomena, Santa Fé e todas as comunidades porque, por exemplo, dentro do Santa Filomena são 32 ocupações de terra, praticamente todo parque Santa Filomena é ocupado. Eu cheguei aqui em 93 e já tava povoado (...) Nós tamo com as escola tudim no ministério público. Ainda ontem o promotor de justiça da educação tava dentro da escola no Santa Filomena. A gente trouxe porque num tinha mais jeito. Tudo a gente fez, convocatório, fomo bater lá de frente à prefeitura, comunicou a secretaria, ninguém fez nada. Se o ministério público não conseguir fazer alguma coisa pra gente, aí só apelando pra Deus mesmo, entendeu? (...) A escola (Vereador José Barros de Alencar) tem vinte anos que não tem uma reforma, os bebedouros dão choque, dia que chove não tem aula, porque os telhado lá fica mermo que uma piscina. O Blanchard Girão é uma escola nova de um ano e meio mais ou menos, porque ela é do orçamento participativo né, que é de 2005 pra cá. [Por meio do orçamento participativo] foi feita a escola e a creche. O posto tá lá só a laje. A escola nova é só até a quarta série. Aí o diretor disse que só vai atender até a quarta série, e ele atende só até a quarta série. E os alunos que não tem onde estudar, que fazem pra lá da quinta série e o José Barros não atende, aí ele vai pro Demócrito Rocha, vai pra Messejana, pra outra escola aqui que pode atender, mas infelizmente a gente não pode fazer nada. A Blanchard Girão tem muitas salas, que ela é de dois andares, ela tem toda a parte de baixo né, toda a parte de cima parecida com o Liceu. Ela tá sendo subaproveitada. Ela tem grandes salões, auditório, tem quadra coberta. Ela é uma escola própria pra ensino médio, até pra ensino médio. (Líder comunitária do Santa Maria).

É em meio a essa realidade que os adolescentes do Jangurussu estão sendo assassinados. Atribuir a causa de tantas mortes somente a conflitos originados pelo tráfico, sem levar em consideração tal contexto, apresenta-se como uma explicação reducionista e incapaz de dar conta de um quadro social tão multifacetado. No próximo capítulo, buscaremos compreender essa situação a partir da constatação da

emergência de uma sociabilidade distinta, cujo esteio são as relações baseadas na violência e cujo critério de reconhecimento é o emprego da força.

4 O JANGURUSSU COMO TERRITÓRIO DE EXCEÇÃO

“Os filho enterrava os pai,
agora o pai tá enterrando os filho
por conta dessa violência”.
(Pai de um adolescente morto no
Santa Filomena em entrevista à TV).

No que se refere à violência, o Grande Jangurussu é costumeiramente associado pelos meios de comunicação como um dos “territórios da morte” da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o que só reforça o estigma da população sobre tais áreas:

Locais de crimes, "territórios da morte". Na Capital cearense e sua Região Metropolitana, pelos menos dez comunidades sofrem com a escalada da violência. Nesses bairros e distritos, tornaram-se comum cenas de assassinatos, tiroteios e pessoas feridas por balas perdidas (...) O levantamento comprovou que, pela ordem, os bairros ou distritos com maiores índices de assassinatos, nos nove meses de 2009 (janeiro a setembro) são: Bom Jardim (com 34 assassinatos), Pajuçara, em Maracanaú (31), São Miguel (28), Conjunto Palmeiras (28), Messejana (22), Planalto Ayrton Senna, o antigo "Pantanal" do José Walter (19), Jangurussu (17), Praia do Futuro (10), Conjunto Rosalina (9) e Conjunto São Cristóvão (07). Grande parte desses assassinatos não foi ainda esclarecida pela Polícia Civil, por tratar-se de "acertos de contas" entre traficantes e usuários de drogas, além, de vingança³⁵.

³⁵ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 out. 2009. Caderno Polícia, p. 15.

Wacquant (2005) classifica essa denominação do bairro como uma área perigosa de um *estigma territorial impregnado*, resultado de um processo de marginalização avançada, que

Apresenta uma tendência distinta em conglomerar-se e aglutinar-se em torno de áreas “barras-pesadas”, “proibidas”, que são claramente identificadas – não só por quem é de fora, mas por seus próprios residentes – como antros urbanos em privação, imoralidade e violência, onde apenas os párias suportariam viver. (WACQUANT, 2005, p.195).

As consequências negativas que esse estigma traz à comunidade são diversas:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva. (IBIDEM, p 33).

Certamente, o estigma territorial que se abate sobre o Jangurussu foi um dos motivos de o bairro ter sido escolhido um dos cinco primeiros a receber o programa Ronda do Quarteirão, principal promessa de campanha do então candidato a governador, Cid Gomes, em 2006. Uma dona de casa, na comunidade do Barroso II, foi uma das primeiras pessoas a receber a visita dos novos policiais, logo no primeiro ano de governo, em 2007. Segundo ela, o tratamento dispensado aos moradores mudou muito no decorrer do projeto:

A polícia passa muito aqui. Aí pára. Pra bater, pra espancar. Quando é o Ronda, a polícia da boa vizinhança... Num sei que boa vizinhança é essa, só de bater. Se pegar roubando né, vendendo droga tudo bem. Mas às vezes [a pessoa] num tá fazendo nada, tá só ali sentado. Aí bate, humilha, aquela putaria. Se pega com maconha, bate, leva a maconha e deixa o menino aí. Eles passam todo dia do mermo jeito. Qualquer hora.

Morador há dez anos no Parque Santa Filomena, um auxiliar de serviços gerais possui uma visão bem distinta acerca do trabalho dos policiais:

Hoje tá muito bom. Questão de quatro, cinco minutos a polícia já chega (...) Quando começou o Ronda para cá é uma perseguição medonha. Hoje melhorou muito. Hoje você pode dormir mais à vontade, de repente a polícia passa. Antes você não conseguia. A polícia trata a gente bem (...) Eles [os adolescentes que traficam] estão agora em casa depois que começou esse negócio da polícia. Não quiseram mais ir pra esquina. Eles não ficam mais na esquina. Dificilmente eles vão pras esquinas, vão ali pra bodega, disfarçados.

Embora destaque a atuação dos policiais, o morador revela que os homicídios são uma constante:

Não tem hora para eles fazerem isso. É qualquer hora, se der certo. Se tiver marcado para morrer, não marca hora nem nada. Se tiver alguém perto, pode levar uma bala perdida. Chegam de carro, atiram e não deixam pista. É o que mais acontece. Há dois anos, minha vizinha foi atingida por uma bala perdida. Levou um tiro na perna.

Para este trabalho, centraremos nosso esforço de reconstituição sócio-histórica na comunidade do Parque Santa Filomena, um dos epicentros das práticas de violência cometidas e sofridas pelos adolescentes do Jangurussu. É no Santa Filomena que conceitos como *homo sacer*, campo, estado de exceção e sujeição criminal unem-se sob a forma de um *território de exceção*, adquirindo corpo e nomes próprios. É nele que trajetórias de vida surgem e, ao mesmo tempo, se apagam sob o silêncio de toda uma comunidade.

A primeira onda de violência juvenil abateu-se sobre o Parque Santa Filomena em meados da década de 1990 motivada pelos conflitos entre duas gangues de comunidades rivais. De acordo com o relato de um jovem que participou daquela geração, os adolescentes do Santa Filomena faziam parte dos Demônios do Xarpi (DX) enquanto os do Palmeiras integravam a Revolução Rebelde (RR).

Os jovens, de um lado e de outro, costumavam se reunir em uma quadra na comunidade vizinha do Sítio São João, em dias de festa, para se desafiarem. No início, as brigas ocorriam somente com os punhos. Aos poucos, contudo, os jovens

começaram a se armar e as primeiras mortes começaram a surgir. O cotidiano violento e a vontade de vivenciar uma “conduta por excesso”³⁶, elementos bastante presentes naquele contexto de conflito entre gangues, podem ser observados no seguinte trecho:

Eu convivía com a galera. A droga rolava solta e tudo. Eu usava muito álcool. Eu comecei a sentir prazer por pancada, por bater, levar porrada, eu comecei a sentir prazer por isso e assim a gente formou uma galera (...) A gente começou esse confronto, aí passou-se o tempo, a gente começou a fazer pequenos furtos pra poder comprar spray, pra poder comprar arma. Aí teve um certo tempo que a gente começou a se gladiar com tiro né, aí a galera da gente começou a morrer. Eu e o M. a gente ficou com medo de morrer. Porque a gente era um dos cabeça, os cara queriam matar os cara que comandavam. (Ex-integrante da Demônios do Xarpi, 28, morador do Santa Filomena).

Diógenes (1998, p.165) retrata muito bem essa relação entre violência, gangues e a formação da identidade juvenil:

A violência entre as gangues, recorrentemente, não se coloca como meio, não tem uma natureza estritamente instrumental; *a violência é por si só um acontecimento, expressivo e sem objetivo*. Com isso não se quer dizer afirmar que a delinquência esteja isolada das ações ensejadas pelas gangues; afirma-se apenas que, embora ela seja praticada, não é ela o centro das experiências vividas entre as gangues. Se é que existe um objetivo central nos agrupamentos de gangues, ele pode ser identificado como a vontade de uma conduta por excesso.

No que tange à divisão territorial entre as gangues, Diógenes (1998, p.166) ressalta que esse processo não se restringe apenas à definição de áreas de segurança e domínio, conforme a explicação mais recorrente, mas sim à instituição de um lugar social, de uma luta pela constituição de uma identidade.

O perfil dos conflitos armados entre jovens e adolescentes no Parque Santa Filomena, no entanto, alterou-se uma década depois, com a inserção de muito deles em atividades relacionadas ao tráfico de entorpecentes, que começava a despontar com maior relevo naquela comunidade. A lógica de funcionamento das gangues, então, perdeu espaço para o modelo de competição entre traficantes rivais. Mais do que um ato performático, o uso da violência passou a se tornar um instrumento exercido por

³⁶ Conceito extraído de DUBET, F. La galère: jeunes en survie. Paris: Fayard, 1987..

jovens e adolescentes da comunidade a serviço do tráfico local ou dos seus próprios interesses, tendo em vista a busca de reconhecimento entre pares mediante o emprego da força (ZALUAR, 2004). Os relatos de assassinatos no Parque Santa Filomena atingem seu ápice nesse período, mais precisamente entre 2005 e 2007. Nesses dois anos, estima-se que 30 pessoas foram mortas, somente no Santa Filomena, por causa de conflitos relacionados ao tráfico, conforme o relato de moradores e da Reajan. Há ainda casos de assassinatos relacionados a essas mesmas disputas no Parque Santa Maria, Conjunto Palmeiras, Sítio São João e Ancuri. Por causa da dificuldade em identificar a origem desses óbitos, eles não serão listados aqui.

4.1 Anatomia do microtráfico no Jangurussu

De acordo com relatos ouvidos para este trabalho, a espiral de homicídios teve início com a dissolução de um grupo formado por adultos e adolescentes que praticavam roubos e que, pouco depois, migrou suas atividades para o tráfico de entorpecentes. Ao contrário do modelo adotado comumente pelas gangues juvenis, o grupo não possuía qualquer tipo de identificação. A organização era conhecida apenas como os “43” em razão do número aproximado de seus integrantes³⁷. Segundo dois de seus ex-membros, no entanto, a disputa por armas e pelo dinheiro obtido com o tráfico foi fundamental para a irrupção de uma série de divergências internas, o que levou à fragmentação do grupo maior em unidades menores conflitantes:

Conheci muitos adolescentes que foram mortos. Vários do que eu conheci, a metade já se foi e outros tão presos. No tempo aqui tinha 43. Aqui nesse bairro, Santa Filomena, desses 43 quando eram juntos, num entrava nada aqui. Num entrava farmácia, nada. Era 43 adolescentes, adulto, tudo numa gangue só,

³⁷ O ano de origem desse grupo maior remonta a 2005. Após o seu esfacelamento, diversos grupos menores surgiram. Uma dificuldade encontrada neste trabalho foi exatamente a de precisar quando os adolescentes falavam de um grupo ou de outro, o ano em que se deu determinado fato e, principalmente, a data em que os homicídios ocorreram. Essa imprecisão pode ser constatada até mesmo no testemunho de uma mãe acerca da morte do filho de 13 anos que não sabia o ano em que o jovem morreria.

tudo unido. Isso foi em 2007, se não me engano. De 2007 pra 2008. Aqui dentro ninguém entrava, ninguém saía. Quem entrava aqui dentro era assaltado, e ficava aquela “putaria”, ninguém podia mais “bem dizer” trabalhar. Todo mundo quando saía daqui era roubado, e quando entrava era roubado também (...) Eu era um deles [da gangue]. Tinha os cabeça, que eu não vou citar nomes né? Um tá preso, e três “foi morto”. Era quatro. Eles mesmo se mataram, entre si. Tinha aquele grupo de dez que sempre ficava junto, quando ia pras praia, pra algum canto. Mas tinha um canto. Sempre tinha a casa de um cabeça que dava um bocado, na casa de outro que dava outro bocado. Eram tudo amigo. Eu tava no meio. (...) Quando foi num tempo agora não foi mais negócio de assalto, começou o tráfico. Aí do tráfico começou aquela ganância, um querendo ganhar mais que o outro, aí por causa de um revólver, um pegou o revólver “dum” aí foi roubar em outro bairro, perdeu o revólver, aí começou essa briga, por causa de um revólver. Quando a gente viu que não dava mais pra roubar porque a polícia já tava fechando mesmo, foi através de alguém de fora, alguém de outro bairro que veio pra trazer a droga, começou o tráfico e até agora tá assim, do mesmo jeito. (Adolescente,17, ex-integrante dos 43).

Conheço muitos adolescentes que morreram. Uns 15 a 20, por aí, aqui dentro do Santa Filomena. Isso foi de 2009 pra 2010. Eles era tudo junto, aí começaram aquelas “putaria” de um usar a droga do outro, aí não pagava, aí começava uma gangue contra outra, e começava a se matar entre eles. Tudo amigo, eles era tudo amigo. A gangue não tinha nome não, chamava tudo pelo apelido, só apelido mesmo. (Adolescente,16,ex-integrante dos 43).

Esses relatos encontram um paralelo no quadro histórico do tráfico no Rio de Janeiro do início da década de 1980 traçado por Batista (2003). O período é marcado pela então recente introdução da cocaína no mercado de entorpecentes:

A disseminação do uso da cocaína traz como contrapartida a especialização da mão-de-obra das comunidades periféricas na venda ilegal da mercadoria. Começam a aumentar nas delegacias, no juizado de menores, nas unidades de atendimento a jovens, as infrações relacionadas a posse, consumo ou venda de cocaína. Aos jovens de classe média que a consomem, aplica-se o estereótipo médico, e aos jovens pobres, que a comercializam, o estereótipo criminal. (BATISTA, 2003, p.84).

Dados da Unidade de Recepção Luís Barros de Montenegro, que realiza o primeiro atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei, mostram claramente essa evolução nos registros. Enquanto os números do Conjunto Palmeiras mantêm-se relativamente estáveis, as ocorrências no Santa Filomena crescem repentinamente, entre 2006 e 2007, para cair logo em seguida. A possibilidade de que essa redução decorra da onda de homicídios não pode ser descartada.

Tabela 7 – Apreensões no Grande Jangurussu

Apreensões no Grande Jangurussu				
	2005	2006	2007	2008
Conj. Palmeiras	71	65	70	72
Jangurussu	5	4	11	12
João Paulo II	15	9	11	16
Santa Filomena	0	12	10	4
Sítio São João	0	5	3	1

Fonte: Unidade de Recepção Luís Barros de Montenegro

Em seu surgimento, o tráfico de cocaína no Rio de Janeiro não possuía a organização e o poderio que desfruta hoje, pelo menos no imaginário produzido pelo Estado e pelos meios de comunicação. Algumas de suas características embrionárias podem certamente ser observadas no Parque Santa Filomena:

A própria violência das relações de coerção (assassinatos, ameaças de morte etc.) sinalizam para uma forma bem distinta do conceito de “crime organizado” que começava a ser difundido naquele momento na mídia e no imaginário. O que vemos é o crime desorganizado, pulverizado em pequenas unidades nas favelas e conjuntos, recrutando seus jovens moradores para uma alternativa de trabalho certa e rápida (embora letal e embrutecedora). (IBIDEM, p.98).

Há indícios de que essa nova configuração existente no Parque Santa Filomena, após o declínio do modelo de gangues juvenis, assumiu a forma de um microtráfico, no qual o traficante também faz uso do entorpecente e a droga é vendida e armazenada em porções pequenas. O conceito de microtráfico, no entanto, é mais comum em países como Chile e Colômbia. No Chile, há até uma legislação específica para esse tipo de ocorrência criminal: a Ley de Drogas nº 20.000³⁸, que prevê uma pena

³⁸ No Brasil, Pedro Abramovay, que ocupava a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), deixou o governo em janeiro de 2011 após se mostrar favorável a um projeto que respaldava o uso de penas alternativas para a Lei de Entorpecentes. Abramovay defendia o fim da prisão para traficantes de pequeno porte, que fossem réus primários e não tivessem vínculo com o crime organizado.

de prisão menor para pequenos traficantes. Enquanto a lei anterior determinava reclusão de cinco a 15 anos, independentemente da quantidade comercializada, com a lei nº 20.000, a pena de prisão passou a variar de 541 dias a cinco anos.

No Brasil, o tráfico é mais comumente associado às grandes organizações criminosas lideradas por “megatraficantes”. O papel dos jovens e adolescentes é sempre visto apenas como o de intermediários do usuário com o traficante de maior porte na figura de “vapores” ou “aviões” (ZALUAR, 2004). Possivelmente, isso é resultado de um imaginário do tráfico fortemente influenciado pela realidade existente nos morros cariocas. Lessing (2008) traça interessante paralelo entre esses dois modelos de tráfico:

Até onde foi possível verificar, os mercados mais competitivos e fragmentados observados pelos pesquisadores são aqueles compostos por “microtraficantes” nômades em áreas urbanizadas, como a Cracolândia, em São Paulo. A triste realidade desses casos — revendedores individuais autônomos, vivendo à beira da extinção, operando com margens de lucro ínfimas e incapazes de gerar qualquer superávit para investir em estoques, armamento, funcionários etc.— na verdade aproxima-se das características de mercados competitivos, uma vez que não há participante capaz de se expandir e ganhar a fatia dominada por um concorrente. No outro extremo, no Rio, os donos das empresas de tráfico desfrutam de um verdadeiro monopólio local na grande maioria dos casos: é impensável um novo concorrente surgir dentro de um morro já dominado. Ademais, de uma perspectiva de concentração de mercado, esses monopólios permanecem relativamente estáveis com o passar do tempo, pois mesmo quando um dono é substituído por outro (seja da mesma facção ou de outra), o controle do comércio local conserva-se nas mãos do novo chefe. (2008, p.46).

Com esta pesquisa, contudo, podemos observar um papel mais ampliado dos jovens e adolescentes no que se refere ao tráfico. Conforme relatos, atualmente droga é fornecida por um traficante de maior porte e que reside fora do bairro, cujo nome é sempre protegido — seja por medo, seja pela própria estratégia de manter-se em anonimato. O dinheiro obtido com a venda do entorpecente é dividido, sob o risco de retaliação. A droga então é comercializada por jovens e adolescentes no interior de suas residências ou de pontos comerciais.

O ponto de partida, quase sempre, é um chamado. O recrutamento de jovens e adolescentes se dá por meio de um convite, de uma proposta de “trabalho”, feita

quase sempre por outros jovens e adolescentes que passam a repercutir o mesmo chamado ouvido por eles em outros tempos:

Tinha 12 anos quando eu entrei. Quem me ofereceu [a droga] a primeira vez foi o (inaudível). Ele tinha 22, 23 anos. Comecei pegando de pouquinho, depois fiquei pegando de muito. A única droga que eu não usei mesmo foi pedra e maconha, mas pó... Eu num estudava não, fiz só até a 5ª série e parei. Eu ficava no meio do rua, esse cara me chamou, e disse: “Ei, cabeça, tu não quer passar nada pra mim não?”. Eu disse: “Rapaz, eu quero”. Eu comecei vendendo pedra, depois passei pro pó. Mas pedra eu não usava não, só o pó mesmo. Aí esse cara morreu [o traficante que o chamou para vender], morreu de bala. Isso faz tempo, tá com uns dois anos já. Eu já cheguei a chamar outros caras. Falei: “Ei má, tu num quer ver nada pra mim aí não?”, e ele dizia que queria. Quando ele num queria eu num falava nada, num insistia não (...) Eu tinha uns 13 pra 14 anos quando eu conheci esse cara do Edson Queiroz. Eu quis vender porque achei que não tinha trabalho pra mim, meu pai não me dava nada, nem minha mãe. (Adolescente, 16, Santa Filomena).

Quando eu entrei, eu acho que tinha 16 anos. Como eu era de uma família pobre, e não tinha condições de ter uma roupa bonita, um tênis massa, andar de kenner [marca de sandália bastante apreciada pelos adolescentes], porque na época kenner era a moda aqui. Dois caras “me chamou” e ofereceu. Da primeira vez eu dei a fita [vigiar o local em que a gangue irá agir, tanto antes quanto durante a ação]. Eu fui lá, olhei, e depois começou. Depois que eu olhei ele me deu um certo dinheiro, aí pronto, aí “se aviciou” já. No tempo eu não usava droga. Aí comprei camisa, comprei chinela (...) Quem me chamou pra droga foi eles mesmos, os próprios amigos. Tinha alguns adultos, outros adolescentes. Mas no tempo era tudo da minha idade, eu acho que o mais velho tinha 20 anos. (Adolescente, 17, Santa Filomena).

O relato a seguir mostra de forma didática o percurso da droga no Jangurussu, a obtenção do produto em outro bairro, a estratégia de aliciamento e a punição exemplar a quem não consegue cumprir as metas semanais de venda de entorpecente estabelecidas pelo traficante de maior porte.

Eu usava muita droga de primeira. Usava pó, cocaína. Pó é caro, mas nós roubava, fazia as coisa aí nós conseguia pra usar, né? Eu comprava dum cara lá no Alvorada, lá perto do Edson Queiroz. Mas ele fazia só vender (não usava), que era o traficantezão forte mermo. Ele passava pra mim vender, aí o dinheiro dele eu dava, o meu eu usava. Num dia ele me dava 25g e eu tinha que dar quinhentos real. Eu fazia mil real de lucro pra mim. Vendia aqui no Santa Filomena. Eu ganhava mil reais, mil e duzentos. Eu encontrava ele lá onde ele morava, num sei nem explicar que já faz muito tempo, numa casa. Eu ligava pra ele, ele ia ficar lá na esquina me esperando pra ir deixar. Eu conheci ele em volta dos outros meninos. Eles falavam: “o cara lá, tem da boa num sei o quê”, aí eu pegava dele (...) Já chegou um dia que eu não tinha dinheiro, aí minha mãe pegou e me deu pra inteirar, mas ele não fez nada comigo. Aí eu dei o dinheiro, e peguei de novo. Foi só essa vez que eu não consegui. Quando eu

via que não ia vender, eu usava. Dava o dinheiro dele, e usava o meu. Eu e os meninos que eu andava, que eu chamava de parceiro, mas agora logo vi que amigo só Deus mermo. Isso foi em 2009. Eu passei três anos na vagabundagem, aí saí agora. (Adolescente,16, Santa Filomena).

Ao contrário do grande traficante que só fazia vender e não consumia a droga, o adolescente pode ser caracterizado como um pequeno traficante e, ao mesmo tempo, usuário. Esse duplo papel, como ele próprio reconhece, irá lhe custar os rendimentos que poderia obter com a cocaína. Paralelo a isso, a capacidade de autonomia ante o fornecedor torna-se reduzida. Ainda assim, para os parâmetros de riqueza do bairro, o negócio apresentava-se como bastante lucrativo:

Eu cheirava de 100g, 50g. Era um pacotão assim. Se eu fosse vender dava quase cinco mil de lucro. Só que nós cheirava, num fazia dinheiro não. Mas nós tinha dinheiro, tinha roupa, tinha era tudo. Eu comprava coisa pra casa, só que minha mãe num queria não, que ela era da igreja e num aceitava não. Primeiro eu dizia que eu trabalhava, só que depois ela descobriu aí num quis mais o dinheiro não. (Adolescente,16, Santa Filomena).

No depoimento seguinte, o adolescente que comercializava crack demonstra preocupação em obter o valor estipulado pelo traficante de maior porte. Por temor ou mesmo pela estratégia de fornecimento da droga, o contato com o fornecedor é mínimo. O movimento de compradores na residência dele, como se pode perceber, é intenso.

Eu vendia por R\$ 5,00 a pedra. Nunca eu fiquei sem dinheiro pra dar pro cara, sempre eu tinha. Eu só fazia vender, não tinha contato com os cara. Era direto. A noite toda. Às vezes eu dormia, a pessoa chamando lá fora e eu cochilando. Meu irmão não via, ele tá junto com uma mulher agora. Eu ficava sozinho em casa. Um dia eu fui preso e parei. Desde aquele dia eu parei. (Adolescente, 18, Santa Filomena).

A divisão dos locais de venda se dá pelas ruas da comunidade. Qualquer tentativa de transgredir essa área de influência é passível de punição.

Não tem rivalidade, mas não pode ter dois vendendo na mesma rua. Cada rua é de um. Se o cara de uma rua for vender na outra, aí os cara manda matar. Ninguém nunca tentou vender na minha rua. Mas já teve caso do cara chegar pra vender na outra rua e o traficante mandar matar. O cara mandou ele sair fora, aí se num saísse o jeito era matar, o menino dizia. Ele manda recado por alguém. Os cara sabe porque já manda ficar um lá pastorando. Tem sempre dois. O que fica pastorando, e o que fica dentro da casa. Acho que tem uns sete

ou oito meninos vendendo no Santa Filomena. (Adolescente, 18, Santa Filomena).

A afirmação anterior corresponde plenamente ao conceito de sociabilidade violenta citado anteriormente:

Todos os agentes obedecem apenas porque sabem, pela demonstração de fato em momentos anteriores, que são mais fracos, com a insubmissão implicando necessariamente retaliação física. No limite, pode-se dizer que não há “fins coletivos” nem “subordinação”; todas as formas de interação constituem-se em técnicas de submissão que eliminam a vontade e as orientações subjetivas de demais participantes como elemento significativo da situação. (MACHADO DA SILVA, 2004, p.40).

Os jovens e adolescentes da comunidade do Santa Filomena fazem parte do primeiro nível de criminalidade no que se refere aos tipos de organizações criminosas. Fazendo uma releitura da classificação dos sete níveis de criminalidade de Condell (2008), podemos asseverar que os roubos a mão armada e o microtráfico são característicos do primeiro nível. A ação criminosa costuma se desenvolver de modo mais brutal e violenta. O modo de associação é impulsivo e descontínuo. Sua forma de acumulação de capital é primitiva.

Os traficantes que revendem as cargas maiores aos adolescentes, como descrito nos relatos anteriores, podem ser enquadrados em um nível superior ao que estão os adolescentes. Nesse estágio, as atividades criminosas passam a ser organizadas, contínuas e duráveis. O tráfico é feito local, mas também regionalmente, abrangendo mais de um bairro. Cabe a esses traficantes a função de adquirir o carregamento de drogas, proveniente na maioria dos casos da Bolívia e da Colômbia, e distribuí-lo em menores frações pelos bairros da Cidade. Nesse sentido, localizar-se próximo às vias de acesso à Capital, como as rodovias federais, é uma vantagem. Uma das portas de entrada para chegar ao Santa Filomena situa-se na BR-116, uma das portas de entrada para chegar a Fortaleza. A hierarquia no segundo nível é mais estruturada, tendo em vista a administração de territórios de poder. Venda de carros roubados, roubos a mão armada e exploração de máquinas caça-níqueis também são artifícios usados para obtenção de recursos financeiros.

Para que toda essa prática criminosa se mantenha sem interrupções, corrupção, intimidação e violência são alguns dos meios utilizados pelos criminosos. Embora Condell (2008) estabeleça o terceiro nível para traficantes de maior porte — aqueles que têm uma vida luxuosa e gostam de ostentar — cremos que a segunda e a terceira esferas de atuação possam ser compreendidas de maneira indiferenciada, em um mesmo nível de classificação³⁹.

4.2 Sociabilidade violenta

Pelo que pudemos apreender no decorrer das entrevistas e das idas ao campo de estudo, do ponto de vista das relações sociais, o princípio regulador que torna possível a existência de um território de exceção como o existente no Jangurussu, baseia-se uma sociabilidade distinta da que ocorre em um contexto de institucionalidade/legalidade. Machado da Silva (2004, p.39) denomina essa sociabilidade “paralela” de sociabilidade violenta. Seus principais traços são

A transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de regulação das relações sociais estabelecidas. Uma vez que o princípio que estrutura as relações sociais é a força, não há espaço para a distinção entre as esferas institucionais da política, da economia e da moral etc (...) O que caracteriza a sociabilidade violenta é que as práticas se desenvolvem monocordicamente como tentativas de controle de um ambiente que só oferece resistência física à manipulação do agente. O que “une” essas condutas em um complexo organizado de relações sociais é justamente o reconhecimento da resistência material representada pela força de que podem dispor os demais agentes, produzido pela reiteração de demonstrações factuais, e não por acordo, negociação, contrato ou outra referência comum compartilhada.

Sobre o processo de socialização, Bourdieu (2001, 201) se pergunta: de que maneira se efetua a passagem de uma organização narcisista da libido, na qual a criança toma a si mesma como objeto de desejo, para outra organização na qual ela se orienta para outra pessoa em busca do reconhecimento? Parafraseando esse

³⁹ A título de informação, os dois maiores níveis de criminalidade, segundo Condell (2008), são formados pelas organizações criminosas transnacionais (6º nível) e pelas sociedades secretas, como a máfia (7º nível).

questionamento, perguntamos: de que maneira isso ocorre em um contexto em que as famílias vivem uma situação de vulnerabilidade social e a presença do Poder Público, como instituição socializadora, é precária e quase inexistente?

Diversamente dos modelos tradicionais de socialização descritos por Bourdieu (2001), como a família e a escola, os jovens e adolescentes do Jangurussu veem a inserção no mercado ilegal do tráfico como uma forma de dar vazão à sua fonte de energia vital. Essa, como pude observar por meio das entrevistas, é a regra do jogo no Santa Filomena, é a sua *illusio*, como define Bourdieu (1996):

A illusio é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar [...] Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a illusio é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. (p. 139-140).

Mais do que uma questão meramente econômica, a inserção nesse mundo da violência e da droga apresenta-se como um componente definidor e estruturador de identidades. Talvez resida aí a razão de muitos adolescentes não conseguirem explicar por que se envolvem com esse tipo de atividade e, principalmente, por que não a deixam. Sua adesão ocorre quase que sob o efeito de uma força gravitacional irresistível. Retomando o conceito desenvolvido por Zaluar (2004), poderíamos dizer que o que ocorre no Santa Filomena é uma *illusio* perversa.

Sem levar isso em consideração, acreditamos ser muito difícil compreender as relações sociais nesse território. Um ponto comum nos relatos dos adolescentes ouvidos para esta pesquisa é a ausência ou pouca influência dos pais em suas ações cotidianas, aliada à insignificância da instituição escolar em suas vidas. Como exposto no capítulo anterior, a presença do Poder Público é quase nula no Jangurussu. Por causa disso, seu poder de socialização torna-se pouco irrelevante. As famílias deixam de ter influência sobre esses jovens muito cedo, conforme o relato de muitos deles.

Em determinado momento de suas trajetórias, esses adolescentes abandonam essas duas instituições rumo a um mundo novo marcado pela

autoafirmação constante e mediado pela violência. Conforme a terminologia usada por Bourdieu, as regras do jogo social de uma parcela significativa dos adolescentes do Santa Filomena são adquiridas em meio a grupos secundários de socialização, como os amigos e, mais adiante, criminosos mais experientes que passaram, muitas vezes, pelo mesmo processo de socialização. Como será exposto mais adiante, o ingresso no mundo do crime ocorre sempre após um chamado, uma proposta que oferece, de certa maneira, um propósito à vida daquela pessoa em formação. Do ponto de vista da constituição de identidade, que outras *illusios* existentes no bairro possuem tanta força, a ponto de se opor a essa trajetória?⁴⁰ Evidentemente, não se trata aqui de afirmar que todos os adolescentes do Santa Filomena têm suas identidades constituídas por meio dessa socialização secundária. O que queremos ressaltar é que, pelas razões já expostas, eles se encontram bastante suscetíveis a isso.

Para os jovens ouvidos nesta pesquisa, a possibilidade de um tempo livre dedicado ao estudo e ao lazer aparece como inexistente. Eles não tiveram direito à “moratória social”, conceito desenvolvido por Margulis e Urresti (1996). Segundo os dois autores, não se pode falar de juventude sem levar em consideração a desigualdade nas condições sociais em que os jovens se encontram. Enquanto os jovens das classes médias e altas podem postergar seu ingresso no mundo de responsabilidades da vida adulta, preparando-se melhor por meio do estudo e tendo a chance de constituir família em uma idade mais avançada, o mesmo não ocorre com os jovens das classes mais baixas, que são forçados a entrar antecipadamente no mundo do trabalho, estando

⁴⁰ Cabe aqui destacar o trabalho realizado pelo movimento Meninos de Deus, no Santa Filomena. Sua criação foi uma reação à série de assassinatos cometidos contra adolescentes da comunidade. Adotando uma linguagem religiosa e práticas esportivas, a entidade se propõe oferecer uma *illusio* alternativa ao do tráfico de entorpecentes. Os Meninos de Deus gozam de boa reputação no bairro e muitos de seus participantes deixaram de praticar crimes. Segundo seu coordenador, Paulo Uchôa, diversos jovens estavam sendo ameaçados de morte no bairro e só não foram assassinados porque ingressaram no movimento. Como o Poder Público poderia obter resultado semelhante sem recorrer à religião é tarefa ainda a ser pensada e, evidentemente, foge ao escopo deste trabalho.

sujeitos a tarefas mais duras e menos atrativas. As obrigações familiares (casamento e filhos) também são contraídas cedo. Tais jovens

Carecen del tiempo y del dinero - moratoria social - para vivir un período más o menos prolongado con relativa despreocupación y ligereza. (P. 17).

Muitas vezes, a diferença de um tempo de preparação profissional e educacional maior para um tempo mais reduzido pode ser observada nos salários recebidos pelos representantes de cada classe social. Muitas pesquisas apontam a existência de um considerável incremento na renda individual, relativo a cada ano estudado a mais. A evasão escolar surge, em diversos casos, justamente pela perda, por parte do jovem, da referência imediata entre estudo e obtenção de renda.

Ainda que alguns dos adolescentes das classes mais baixas possam desfrutar de tempo livre porque não trabalham, esse período não é vivido de forma tranquila e inconsequente. Segundo Margulis e Urresti (1996), esse tempo não é “festivo”, mas sim repleto de sentimentos como “culpabilidade, impotência, frustração e sentimento”. Assiste-se, então, a um processo de encurtamento do período de tempo de vida conhecido como infância, haja vista o ingresso cada vez mais precoce no mundo do crime (infância abortada ou criminalidade antecipada)⁴¹, ou seja, em um mundo regido e controlado por adultos, com todos seus atrativos e consequências.

4.3. Do “Zé Mané” ao “Cara”. Do “Cara” ao “Zé Mané”

Em relação ao tipo de entorpecente ilegal comercializado no Parque Santa Filomena, tudo começou com a maconha. Depois vieram a cocaína e o *crack*, provocando mudanças no que se refere aos perfis da criminalidade local e dos usuários. No que se refere a quem consome, sai de cena o “usuário” de maconha e cocaína. Em seu lugar, surgem as figuras do “drogueiro” e do “viciado”, nomes dados a

⁴¹ Agradeço ao professor doutor César Barreira por essa observação, quando da minha qualificação referente a este trabalho.

quem consome *crack* em demasia. Em uma escala de reconhecimento social, o adolescente pode ser visto pelos outros como um “Zé Mané”, por não se adequar ao modelo de sociabilidade violenta. Quando se insere no tráfico, no entanto, ele se torna o “Cara”.

A passagem para o mundo do microtráfico pode ser observada por meio de mudanças no comportamento e no modo de se vestir, despertando a atenção de pessoas da própria comunidade:

Aí ele vai e aparece com uma caixinha, uma caixinha que toca música, que bota o pen drive. Uma caixinha é R\$ 70,00 e o pen drive é R\$30,00. Onde é que tu acha que ele tirou esse dinheiro? Começou com um. Numa semana tinha uns dez aqui na rua que tinha a caixinha, e o cabelo com luzes. Aí um chega: “Rapaz, onde é que tu tá conseguindo?”. [Ele responde]: “Tal canto”. E leva os outros. Ele leva, ele recruta. Tem o primeiro que chama, o primeiro que vai. Aí ele compra uma bicicletinha, ele compra uma caixinha com pen drive, ele ajeita o cabelim, ele faz uma tatuagem, ele compra uma camisa de marca, um calçãozim de veludo né, que é R\$ 80,00, compra uma kenner que é R\$ 52,00 por aí. Assim, com uma caixinha tocando na mão, aí quem é que não quer? Uma caixinha, uma camisa da pena, um calção de veludo né, e botar uma sandália kenner no pé. O pai num compra de jeito nenhum, que num vai deixar e comer pra comprar. (Líder comunitária, Santa Maria).

A nova vestimenta é um sinal de poder. Mais do que econômico, esse poder é exercido na esfera do simbólico, como expressa Bourdieu (2001, p.296):

O capital simbólico nos livra da insignificância, como ausência de importância e de sentido. Ser conhecido e reconhecido também significa deter o poder de reconhecer, consagrar, dizer, com sucesso, o que merece ser conhecido e reconhecido.

É a sandália da moda, a bermuda ao estilo surfista, o modo de andar com os braços abertos e balançando-os. Tão importante quanto o dinheiro obtido e os bens que se podem adquirir com eles, o *ethos* da masculinidade, como conceituado por Zaluar (2004, p.62-63), surge como um fator a mais de atração a este novo mundo:

Para conseguir o respeito de seus colegas e a admiração das mulheres, o jovem necessita estar com dinheiro no bolso que lhe permita consumir rapidamente o que conseguiu ganhar facilmente. Seguem-se a exibição constante da disposição para a briga e a orgia de consumo interminável, nas quais o jovem cria para si mesmo um círculo vicioso, do qual não consegue sair.

É preciso estar repetindo sempre o ato criminoso para ganhar o dinheiro fácil que sai fácil do seu bolso.

A mesma descrição pode ser ouvida por um jovem que integrava uma gangue de bairro e, depois, passou a comercializar armas de fogo no Santa Filomena:

Se você for um Zé Mané, dificilmente você vai pegar uma gata. Dificilmente os caras vão te reconhecer como os caras, então pra isso cê tem que se firmar. E pra isso, pra você ser um dos caras bons, cê tem que ser melhor do que os bons que tã. Então o que acontece, é você enfrentar os caras, pra ser um dos caras. Na época que eu tava no auge tinha era tudo. A gente montava casa de praia. Era muita mulher, muita bebida, muita droga pra quem usava. Eu num vendi droga. Vendi arma, droga não. (Jovem, 29, ex-integrante de gangue e traficante de arma).

A lição é clara em um universo regido pela sociabilidade violenta. Para deixar de ser um “Zé Mané” é preciso lutar, é preciso vencer o mais o forte. Uma história contada, não sem certo orgulho, pelos adolescentes do Santa Filomena é a de um jovem que apanhou de um adulto quando era criança e, depois de crescido, vingou-se, matando-o. Vê-se, então, o que foi preciso para ele virar um “dos caras”.

O vício em entorpecentes, no entanto, pode fazer com que o “Cara” desça ao menor nível do reconhecimento social. Ao contrário do “usuário”, aquele que usa a droga sem maiores prejuízos à saúde, o “drogueiro” e o “viciado” ocupam a escala mais baixa entre quem usa entorpecente por causa do nível de degradação moral e social a que estão submetidos.

No tempo era só maconha. Em 2008 começou o crack. Chegou o crack, e eu comecei a usar droga. Mudou demais depois que chegou o crack. Aqui antes não tinha, como se chama na gíria, drogueiro. [Antes] não tinha viciado nem drogueiro, [só] tinha usuário. Mas agora tem viciado. Usuário é aquele que trabalha pra sustentar o seu vício. O drogueiro e o viciado é do mesmo jeito. É aquele que não tá mais nem aí pra nada. Não toma banho, não usa mais roupa, só de bermuta, não anda de chinela, fica pedindo dinheiro uns e outro. O usuário trabalha. O viciado é quem vai roubar, vai atrás de alguma coisa, vai furtar. Muitos dos viciados não têm coragem de roubar, porque não tem revólver, não tem nada, aí vai atrás dos furto, que é pular muro atrás de camisa, roupa pra vender em algum canto. Depois do crack foi mais drogueiro, viciado. A maconha não é aquela droga que vicia, que faz o cara vender tudo, porque a maconha ela é muito mais barata do que o crack. O crack tem de R\$10,00, tem de R\$5,00. Agora a maconha tem mais barato. No tempo tinha maconha de R\$1,00 e R\$2,00. Agora tá mais difícil. Eu nunca usei crack, mas os amigos que eu ví que usava, eles todo ficaram viciado, ou então tinha que ir pra alguma

clínica pra se tratar, porque o bicho era forte, eles dizia. (Adolescente,17, Santa Filomena).

As mudanças causadas ao indivíduo pelo *crack* são descritas em detalhes pela irmã de um usuário assassinado no Barroso II:

Ele entrou no pó através dos amigo dele do Tancredo. Começou a cheirar pó lá. Aqui [no Jangurussu], ele fumava só maconha. Aí do pó ele foi pro mesclado, do mesclado passou pra lata. Mas a perdição dele foi a pedra mermo. Ele teve uma dívida lá com um traficante, foi só aumentando. Ele vendia também, só que aí começou a usar né? Ele teve muito dinheiro com isso. Antes, quando ele num usava pedra, ele me ajudava. Só num dava pra minha mãe porque minha mãe não queria o dinheiro dele. Dava as coisa à mulher dele. Era muito bom pros amigo também (...) Quando ele começou a usar pedra, ele ficou todo desconfiado pro meu lado. Ele num queria que eu soubesse, né? Eu soube através da minha mãe, aí eu fui lá onde ele tava morando. Dei uns carão nele lá. Droga a gente ganha dinheiro com ela, num gasta com ela não. Ele foi burro. É tanto que ele chegava aqui em casa: “Me dá cinco reais”. [Eu respondia]: “Eu faço merenda pra ti. Pra comprar droga eu num lhe dou não”. Dizia as coisa com ele, ele ficava só calado, num dizia nada não. Ele: “ta certa”, “tô certa mermo, essa vida aí num dá pra você não”. Aí pronto, aí acumulou a dívida, acumulou, acumulou. Cinco mil é muito dinheiro, ninguém quer perder nem um real, quanto mais cinco mil. O cara que ele tava devendo é lá do Tancredo, primo da gente. Ele num fuma nem cigarro, só vende. [Meu irmão] tinha abuso de cigarro. Quando eu vi ele fumando cigarro, disse: “Tá fumando pedra macho?”. “Não, tô não”. “Tu num fuma cigarro, tá fumando cigarro agora, começou a comer as unha, começou a comer as unha tá fumando pedra, macho”. Aí começou. Ele tinha muita roupa, muita roupa de marca, aí começou a andar aqui todo molambento. (Dona de casa, 28, Barroso II).

Essa migração da comercialização de um tipo de droga para outra é recente. Há dozes anos, assim Chesnais (1999) descrevia o contexto em que ocorriam os assassinatos em Fortaleza:

Numa cidade, como Fortaleza, onde a cocaína está pouco presente, o crack ainda ausente e a qualidade da administração pública é relativamente boa, a frequência de homicídios continua baixa. Nessa cidade, os assassinatos estão ligados com frequência a circunstâncias banais: brigas em consequência do álcool e violência doméstica. A maioria das vítimas é morta com faca e não com arma de fogo; o crime permanece individual, artesanal (P. 59-60).

Os incessantes relatos de crimes motivados por dívidas de tráfico e acerto de contas nos meios de comunicação, no entanto, levam a crer que o quadro vivenciado em 1999 foi alterado radicalmente. Creditar somente ao tráfico de drogas a responsabilidade pelo elevado número de assassinatos cometidos contra adolescentes

nessas regiões seria simplificar um fenômeno demasiadamente complexo. O problema também remete à necessidade de avaliar o papel dos agentes públicos sobre esse tema, levando-se em consideração a existência de uma sociabilidade violenta naquele território capaz de formar identidades e, por causa disso, reproduzir-se de forma bastante consistente.

4.4. Polícia não falta, falta investigação

Nesse ponto, talvez até mais do que as precárias condições socioeconômicas, o papel da polícia foi de fundamental importância para que os crimes se avolumassem, conforme o relato dos moradores. Em quase todas as vezes que estivemos no Jangurussu - entre novembro de 2010 e junho de 2011 – sempre vimos uma viatura do Ronda do Quarteirão ou de qualquer outra companhia da Polícia Militar dando voltas pelo bairro. Somente em uma ocasião não vimos a presença da polícia naquela área. Como relatou um morador: “polícia não falta, polícia aqui tem”⁴².

Conquanto cerca de 30 pessoas tenham morrido no período de dois anos, no ápice da violência naquela comunidade, as pessoas entrevistadas para esta pesquisa não souberam identificar qualquer pessoa que tenha sido presa no bairro por causa de tais assassinatos. A primeira hipótese para que isso tenha ocorrido é o fato de que, em diversos casos, o assassino da vítima também ter sido assassinado. A segunda, também provável, é que a polícia não tenha investigado os crimes de forma eficaz. Segundo depoimentos de adolescentes envolvidos com o tráfico e de moradores da

⁴² MACHADO DA SILVA (2004, p.41) confirma essa afirmação: “As reiteradas menções à ‘ausência do Estado’ nas áreas pauperizadas, ou ao crime organizado como um ‘Estado dentro do Estado’, devem ser consideradas como simples exagero retórico, pois não têm qualquer sustentação factual: são maciças as evidências da presença rotineira das mais variadas agências estatais em todos os rincões do território urbano”. Vale aqui uma ressalva: embora possam ser identificados, os agentes públicos atuam de forma precária e fragmentada no Jangurussu. Em ordem de interação com a comunidade, certamente a face do Poder Público para quem mora no bairro é a polícia.

comunidade, contudo, mais do que investigar os homicídios, coube à polícia o papel de instigar o conflito, de fazer com que ele recrudescesse:

A polícia não só deixava eles morrer, como ataçava um matar os outros. Ele pegava um, e invadia uma bocada, uma casa onde a galera se abrigava e dizia: “Ó, a gente veio aqui porque fulano de tal, lá de cima, disse que tinha arma aqui, e cadê as arma? Foi o outro lá de cima que disse que aqui tinha arma”. Eles ataçavam a briga. Como até a polícia temia entrar aqui, eles mediavam o conflito entre os dois e saía, quando tinha um morto eles chegavam pra resguardar o corpo e fazer todo o procedimento, mas em termos de agir não. A polícia invadia a casa dos meninos e no outro dia tava do mesmo jeito. As armas tava tudo lá. Até recolham, mas não aparecia em reportagem, num aparecia em nada. Recolhia e num sei se eles ficavam pra ele ou faziam outra coisa, sei que os meninos adquiria mais arma. Até a própria polícia chegou a vender arma pra gente há um tempo atrás, até hoje ainda rola mas eles num vende quando eles tão trabalhando. (Jovem, 29, ex-integrante de gangue e ex-traficante de armas de fogo).

Tinha um certo policial aqui que pegava um e aí dizia que tinha “cabuetado” o outro. O policial disse: “Eu não vou matar ninguém não, vocês que vão se matar entre si mesmo”. Ele queria que nós “se matasse entre si mesmo”. Ele pegava dois aqui, por exemplo, e dizia: “Quem te cabuetou foi fulano de tal”. Aí o cara já ia lá, e já ia ter aquela intriga. Ele era da civil. (Adolescente, 17).

A polícia sabe, mas não tão nem aí. Já me abordaram, mas nunca me pegaram com nada não. Só com dinheiro. Eles falam: “bota a mão na cabeça”. Aí eu boto a mão na cabeça, eles dão o “baca”. Um dia eu tava com setecentos e pouco, aí num levaram não. Chamei minha mãe, ela foi lá. (Adolescente, 16, Santa Filomena).

Ainda de acordo com informações de alguns entrevistados, somente alguns policiais eram capazes de impor medo aos adolescentes em decorrência do seu modo brutal de atuação, por meio de agressões no meio da rua e constrangimentos. Essa intervenção, porém, não resultava necessariamente em apreensões, mas em manifestações explícitas de violência, conforme pude perceber pelos relatos colhidos. Segundo os depoimentos, o veículo usado por esses policiais era descaracterizado. Para os entrevistados, a falta de pinturas oficiais no carro dificultava a associação do agressor com a instituição policial, garantindo maior liberdade de ação. Ao mesmo tempo, contudo, isso levava à identificação do policial, de acordo com o veículo que ele possuía. Nas entrevistas, dois personagens mereceram destaque: o do Celta e o da Parati. Isso pode ser observado no trecho que segue:

No tempo, o único que prendia aqui era o Celta. O Celta é da civil, era o único que botava terror. O Celta e a Parati vermelha, porque o resto aqui ninguém num pega ninguém não. O ronda num pega, os PM num pega. Parece que tem é um convênio com a malandragem. Muitos traficante aqui dá pedágio pra policial. Se eles quisesse prender os cara eles prendia. Porque tem muitas vez aqui que deram tiro em policial aqui, e esse Filomena ficou pequeno pra polícia. E prendeu, levou, deu baculejo. Quando mexe com eles, eles prende, mas quando num tá atingindo com ele, ele tá deixando rolar solto (...)Tinha um que gostava mermo de bater no pessoal (caceteiro). Ele perdeu a farda, mas ainda tá na polícia (...) Esse daí num tinha pena não. Fizeram várias denúncia, fizeram um baixo assinado (abaixo-assinado) um tempo. Quem fazia a denúncia era os pais, os familiares dos adolescente que apanhava. Também apanhava adolescente que não tinha nada a ver. Quando foi num dia ele deu um tiro, pegou numa criança, aí ele perdeu a farda dele, n'outo bairro. (Adolescente,17, Santa Filomena).

Mesmo a identificação de possíveis suspeitos parece não ser capaz de fazer com que os autores de homicídio sejam punidos, como no caso ocorrido com um jovem em conflito com a lei na comunidade do Barroso II:

Ele morreu no dia 9 de setembro do ano passado. Ele tava lá na casa da minha tia, aí chegou uma ex-mulher dele lá e chamou ele. Ele escutou e se levantou. Foi até uma esquina assim, acho que uns 10 metros da casa que ele morava. Quando ele chegou, ficou em pé na esquina. Ela foi, se afastou um pouco, aí eram dois caras. Um já atirou logo na espinha dele, ele já caiu. Quando ele caiu deram mais 10 tiros nele. Os dois caras tava a pé. Um ainda foi em cima dele, enfiou os dedos nos buracos das balas pra infeccionar. Só que ele já tava morto (...) A gente foi chamada lá no 13º [Distrito Policial]. Aí perguntaram se nós sabia quem tinha matado ele, aí eu disse: “rapaz se o senhor que é polícia, que foi lá, num sabe, imagine nós”. Só que depois a gente soube né, quem matou ele. Mas eu acho que esse menino que foi preso, que dizem, eu acho que não foi ele não. Ele tá preso, foi preso por outra coisa, por um negócio de uma moto roubada. Aí no dia da audiência pra ele ser solto, estourou o homicídio do meu irmão. Ele assumiu, disse que era ele mermo. Mas num foi ele não. Ele é novo, tem 14 anos. É menino réi. Ele tá preso ainda, de lá botaram ele lá pro Cecal [Centro Educacional Dom Aloísio Lorscheider]. O outro é ex-cunhado dele, o outro não acharam não. É de maior. É irmão da mulher que chamou ele. Esse tá sumido. Ele tinha rixa lá com meu irmão. Meu irmão foi matar ele, aí a mãe do cara pediu pra ele não matar e ele desistiu. A burrice dele foi ter desistido, porque quem puxa a arma pra um homem tem que matar ele. Senão ele mata você. Foi burro. Matou tanto pai de família por nada. Aí uma dessa, ele deixou passar. (Dona de casa, 28 anos, irmã de um jovem morto, residente na comunidade do Barroso II, Jangurussu).

A mãe de um adolescente de 13 anos assassinado por asfixia revelou que o filho quase foi enterrado sob a alegação de morte por causas naturais. Isso só não

aconteceu pela intervenção de um repórter de TV. A investigação do crime, contudo, não seguiu adiante. Restaram a ela apenas indagações e suspeitas:

Aí fizeram o laudo. Tá agora como asfiziado e eletrocutado. Tá como isso. E eu também ainda andei investigando assim, uma véa dessa né. Porque que mataram o meu menino. Só que disseram que mataram essa pessoa que matou ele né, um tal de João Paulo. E assim eu ainda fui no 30º né, eu sozinha, sozinha, sozinha. No 30º [Distrito Policial – São Cristovão] tinha uma pessoa que tava me atendendo, só que saiu parece esse delegado, entrou outro e acabou. Encerrou. [O novo delegado] nem sabia que ele tava morto, ninguém sabia que ele tava morto. E assim acabou em nada, num sei quem matou. (Mãe de adolescente morto).

Um episódio narrado pela mãe, no entanto, desvenda uma faceta pouco conhecida dos homicídios cometidos contra adolescentes:

Chegou uma pessoa na minha casa e me disse que eu dormisse direito, que eu dormisse sossegada que tinham matado quem matou meu filho. Isso depois de umas duas semanas [que ele havia sido assassinado]. Era uma pessoa que eu conhecia. E também um policial chegou perguntando se tinham matado um filho meu e eu disse: “sim”. Ele disse: “Olhe, nós vamos pegar esse cabra”. Mas aí quando deu cinco dias, esse menino [suspeito de ter cometido o crime], essa pessoa já tava morta. (Mãe de adolescente morto).

O relato junta-se à afirmação de moradores, no Barroso II, da existência de um “matador de vagabundos”. “Ele veve por aqui. Todo mundo conhece ele. Que eu tenha descoberto mermo, esse matador de vagabundo matou só dois. Mas deve ter mais né. Que do meu conhecimento foi só dois, mas ele já tem a fama né. Ele foi preso, mas é solto. Tem costa quente”, alega uma moradora. Outro morador, por sua vez, informa que o tal matador já teria cometido mais de dez assassinatos no local.

Aliado a isso, conforme relatam os moradores do Barroso II ouvidos nesta pesquisa, a rampa do antigo aterro sanitário do Jangurussu está sendo usada como local para espancamentos por parte de policiais militares. Essa é mais uma ação ilegal, cometida em um dos territórios de exceção de Fortaleza, que ocorre à margem do conhecimento da maior parte da população. No próximo capítulo, será exposto o modo como o adolescente (de forma individualizada ou incluído na categoria juventude) foi tematizado pelas políticas públicas do Governo do Estado do Ceará nos últimos anos.

5 ESTRANHOS NO PARAÍSO – A AUSÊNCIA DOS ADOLESCENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO TIPO EXPORTAÇÃO

Para pensar o modo como as políticas públicas lidaram, nos últimos anos, com a questão do adolescente no Ceará, partimos da seguinte hipótese: a de que o foco prioritário das ações governamentais se concentrou na elaboração de uma imagem externa do Estado voltada à sua inserção na Modernidade e em suas belezas naturais, com o intuito de se estabelecer como um destino turístico privilegiado. Nesse período, contudo, a mesma atenção não foi dada aos jovens (incluindo-se aí os adolescentes), que tiveram de se contentar com projetos e iniciativas descontínuas. As políticas governamentais atuaram, então, nesse duplo aspecto: ao mesmo tempo em que buscavam mostrar o Estado como um espaço moderno e global, com um foco em ações concentradas em sua área turística, elas ocultavam/não enfocavam a crescente escalada na quantidade de homicídios cometidos contra jovens e adolescentes, refugos, na prática, de todo esse processo de desenvolvimento (in) sustentável.

O início desta reflexão remonta a meados da década de 1990, uma etapa histórica marcada pela tentativa de inserção do Ceará em uma economia globalizada que transcendesse os limites regionais. Para tanto, adotamos aqui a metáfora do paraíso tropical.

Tropicaliente, exibida em 1994, não foi uma novela de grande sucesso para a Rede Globo. Em termos de roteiro, trama e interpretação, não possuía muita diferença em relação a outros produtos do gênero. Sua banalidade faria, certamente, com que fosse esquecida em meio à enxurrada de programas exibidos naquele ano. Para os cearenses, contudo, *Tropicaliente* tinha um atrativo a mais, algo raro de se ver em uma novela das sete: ela foi rodada parcialmente no Estado, em Fortaleza e na praia de Porto das Dunas, no Município de Aquiraz. Por cerca de sete meses, os brasileiros

puderam assistir aos encantos de nossa natureza (quase) selvagem, de nosso povo acolhedor, e do caricato “exotismo nordestino”, marcado de forma explícita pelo sotaque carregado e pela exibição de imagens paradisíacas para turista ver (e consumir).

Mais do que uma mera escolha de algum diretor global, a exibição de uma novela em solo cearense foi resultado de uma bem-sucedida articulação política que pretendia apresentar um novo Ceará ao Brasil. Mais do que uma telenovela, *Tropicaliente* pode ser considerada como mais um sintoma da busca pela inserção do Estado na economia globalizada. Além de provocar mudanças nas estruturas socioeconômicas, era preciso modificar a imagem cristalizada que havia sobre o Estado. No lugar do sertão, a praia. No lugar do sertanejo, a bela musa praiana *made in* Leblon.

Costa (2005) mostra-nos um exemplo de como essa imagem era forjada pelos arautos da Modernidade. A autora usa como ilustração a feira Mostra Nordeste, realizada durante a I Rodada de Negócios Nordeste/Mercosul, em 1996. O evento buscava mostrar uma região atrativa, “livre do estigma do flagelo e, mais que isso, um lugar abundante em facilidades de multiplicação de riqueza dos que aqui vêm para investir”, como assinala:

Consideramos a Mostra Nordeste como discurso polissêmico, mas organizado para destacar um significado especial: a idealização de uma imagem-síntese do Nordeste a simbolizar um local altamente promissor para o mundo dos negócios. Definido como um dos principais centros de investimento mundial, seria ideal à multiplicação da riqueza e à sofisticação da qualidade de vida dos que aqui viessem investir, em razão da existência de recursos naturais ainda intocados e mão-de-obra abundante, de boa qualidade e de custo incomparável à existente na maioria do resto do mundo. (P. 264).

Um dos marcos mais representativos, contudo, desse “Ceará globalizado” é a reinauguração do Aeroporto Pinto Martins, em 1998, que passara a ser de categoria internacional já no ano anterior. A reforma possibilitou um incremento notável no turismo local, com a ampliação na capacidade de receber passageiros, estimada em cerca de três milhões de pessoas/ano. Em 1994, por exemplo, o Estado recebera 716.098 turistas, segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR). Sete anos depois, em 2001, esse número aumentou para 1.629.422 pessoas.

O setor de turismo, no período entre 1997 e 2003, aumentou sua participação no PIB estadual, passando de 5% para 8,7%. Em 2006, o impacto da demanda turística sobre o PIB cearense chegou a 11,7%, ou seja, dobrou em dez anos.

Em contrapartida, Fortaleza tornou-se uma escala relevante na rota internacional do tráfico de drogas, tanto por sua posição geográfica quanto pela facilidade encontrada pelos traficantes em burlar a fiscalização. Em 2009, a Capital cearense registrava o maior número de apreensões de cocaína realizadas pela Polícia Federal no Nordeste. Nacionalmente, ficou atrás apenas da cidade de São Paulo (SP). Os resultados desta equação drogas/violência foram explicitados no capítulo anterior.

Esses exemplos dão conta de mudanças significativas no capitalismo nas quatro últimas décadas e que são descritas em Harvey (1993) como uma passagem do modo de produção fordista ao modo de acumulação flexível. Tais transformações datam do início da década de 1970, mas suas consequências foram sentidas de modo desigual ao redor do globo. No Brasil, essa nova realidade passa a ganhar contornos mais definidos no governo Collor (1990-1992).

O conceito de *acumulação flexível*, segundo Harvey, estende-se aos processos trabalhistas, à oferta de mão de obra, à geração de produtos e às novas tendências de consumo. Esses fenômenos estruturaram-se por meio de uma série de inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais que redefiniram a face do capitalismo no fim do século. Os conglomerados transnacionais foram beneficiados com a desregulamentação de um lado, enquanto as nações que possuíam uma política de bem-estar social tratavam de cortar direitos e benefícios sociais, de outro. Essas medidas, como não poderiam deixar de ser, foram deveras amargas. De acordo com o autor, a acumulação flexível é uma combinação específica, e acaso nova, de elementos fundamentalmente antigos dentro da lógica de acumulação do capital. Ante a esse “novo mundo”, o Estado encontrou-se seriamente debilitado como poder autônomo, muito embora Harvey ressalte a atuação estatal na disciplina das forças trabalhistas e no poder de intervenção haja vista a regulação dos fluxos e dos mercados financeiros. Para os trabalhadores, no entanto, o quadro foi desolador: arrocho salarial, desemprego estrutural e flexibilização radical dos contratos trabalhistas.

No Brasil, essa situação só começou a ser alterada no início da década passada, com uma combinação de políticas sociais e econômicas, aliada ao cenário econômico externo favorável, que fez com 13 milhões de postos de emprego fossem criados desde 2003. Paralelamente a isso, de 1995 a 2010, 12,8 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza e 13,1 milhões deixaram de ser miseráveis. O período marcou ainda a retomada da presença estatal em diversas esferas da vida econômica e social do País.

Como um dos efeitos da acumulação flexível, o setor de serviços passou a ocupar um espaço de destaque na geração de riquezas em detrimento dos setores primários. O sistema financeiro ganhou, desde então, uma autonomia inédita ante os estados nacionais, assumindo a condução das políticas econômicas. A fábrica perdeu espaço para as novas tecnologias de informação como referencial, tanto no que se refere à produção quanto no que se refere ao imaginário social.

Essa mudança de paradigma também não ocorreu de forma integrada e sem danos. Em 1999, um relatório do Banco Mundial afirmava, de forma categórica, que, isoladamente, o “crescimento industrial só conseguirá absorver um número insuficiente de pobres”. Uma redução mais ampla da pobreza estaria ligada às áreas de serviço, como o turismo. Daí essa preocupação em vender o Ceará como um espaço atrativo, um ponto de parada para o estrangeiro que quer mudar de vida e se instalar nos trópicos.

Na área da cultura, os baques provocados por esse rearranjo econômico não tardaram a chegar. Em um mundo marcado pela instabilidade como única certeza, o efêmero, o transitório, a moda e a diferença são as grandes referências para tudo o que a indústria cultural produziu do fim da década de 1970 para cá. Em meio a tanta instabilidade, tem-se o que Sennett (1999) denomina de a *corrosão do caráter*, ou seja: as drásticas transformações ocorridas no mundo do trabalho repercutiram diretamente na imagem que o trabalhador passou a ter de si, nos seus valores, ensejando resultados contraditórios:

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar

metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? Estas as questões sobre o carácter impostas pelo novo capitalismo flexível. (SENNETT, 1999, p.10-11).

Zaluar (2007) aponta ainda outro efeito colateral da assimilação plena da sociedade brasileira à economia de mercado:

De fato, uma revolução nos modelos de consumo também chegou ao Brasil. Uma pletera de bens de consumo, estilos de consumo sempre renovados e imensos centros de lazer e de consumo foi a principal mudança visível. Os valores culturais acompanharam tais mudanças nas formações subjetivas: valores individualistas e mercantis selvagens se disseminaram durante os anos 1970 e 1980, traduzidos pelas expressões corriqueiras “fazer dinheiro fácil” e “tirar vantagem de tudo”. Ou seja, a sociedade brasileira, pode-se dizer, foi colonizada pelo mercado que passou a carecer dos limites morais usualmente fornecidos pelo social. Como uma atividade ilegal e invisível, que favorece isso, o comércio de drogas faz parte desse novo ambiente social, econômico e cultural. (ZALUAR, 2007, p.34).

Como qualquer grande capital brasileira, Fortaleza não está imune a essa situação. A cultura, a cordialidade e os costumes tradicionais, heranças interioranas, são gradualmente varridas para debaixo do tapete de uma cidade cada vez mais hostil e hidrocéfala. A melhor tradução da sociabilidade fortalezense, hoje, pode ser representada por seu trânsito. Milhares de carros disputam as mesmas vias, em um vale-tudo que vez por outra resulta em agressões, xingamentos e até mesmo mortes⁴³.

Levantamento feito para a cartilha do Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza constatou um elevado incidência de mortes em bairros cortados por estradas federais, como Messejana e Aerolândia. Quando analisadas em detalhe, foi observado que grande parte dos óbitos naquelas regiões decorreu de acidentes de trânsito.

⁴³ A política de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) agravou a situação, ao estimular o crescimento da frota de veículos automotores em cerca de 40% em três anos. A expansão na quantidade de carros e motos não foi seguida por melhorias na infraestrutura urbana e em investimentos em meios coletivos de transporte, como ciclovias, vias exclusivas para ônibus e metrô.

Em entrevista ao *O POVO*, o psicólogo do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Wagner Paiva, ressalta que o frequente desrespeito aos limites de velocidade é apenas mais um de uma série extensa:

Há uma ausência de consciência cidadã no sentido de respeito às leis em geral, não só em relação às leis específicas de trânsito. Isso, logicamente, passa pela questão da educação. Não é só para o trânsito, mas para as questões de respeito à vida, à natureza, às leis que regem a convivência em sociedade⁴⁴.

Os espaços públicos, abandonados por sucessivas gestões, tornaram-se áreas de risco para os cidadãos – seja por causa da insegurança ou do estado precário de alguns equipamentos públicos — o que só reforça a busca por segurança e comodidade existentes (ou pelo menos prometidas) nos *shopping centers* e em algumas barracas da Praia do Futuro, verdadeiros miniparques aquáticos em areias públicas privatizadas informalmente e sob a supervisão de empresas de segurança 24 horas.

Não se pode negar, contudo, que as camadas mais pobres da população também estão inseridas nesse paraíso tropical, embora por vezes de modos bastante distintos, seja como consumidores ou como mão de obra essencial para o funcionamento de toda essa máquina. Ao mesmo em que essa população não pode ser integrada de forma plena no modelo do Paraíso Tropical, ela também não pode ser excluída de maneira definitiva, haja vista a imensa necessidade de serviços de baixa remuneração em todos os níveis dessa cadeia produtiva voltada a atender o público externo. Essa relação entre estabelecidos e *outsiders*, ou melhor, entre os *novos* estabelecidos e os antigos *outsiders*⁴⁵, retomando a terminologia de Elias e Scotson (2000) citada anteriormente, ao mesmo tempo em que é complexa, também possui elevado grau de tensão que, na maioria dos casos, passa despercebido.

⁴⁴ **O POVO**, Fortaleza, 20 fev. 10. Caderno Fortaleza, p.10.

⁴⁵ A inversão ocorre por causa da relativa situação de bem-estar vivida por quem vem de fora do Estado, seja de férias ou seja pela obtenção de um emprego, em oposição às condições desfavoráveis de vida de quem nasceu no Ceará, situação essa vivida por milhares de pessoas. Conforme a expressão bíblica: “são estrangeiros em sua própria terra”.

Nesse espaço em comum, em que consumidores do paraíso se encontram com os “nativos”, cenas de agrupamentos de jovens correndo atrás de turistas em plena avenida Beira Mar com o objetivo de furtá-los são consideradas impróprias. Em 2008, matéria exibida no Jornal Nacional sobre o assunto rendeu diversas críticas de políticos e empresários sobre a forma como um dos principais cartões postais da Cidade foi apresentado nacionalmente. Das sete pessoas que faziam parte do grupo, quatro eram adolescentes, com idades entre 15 e 16 anos, e foram apreendidos.



Turista foge correndo de adolescentes na avenida Beira Mar (Reprodução: TV Verdes Mares)

5.1 O adolescente como foco da política pública

Certamente, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foi o principal marco no que se refere ao desenvolvimento de políticas voltadas para esse segmento social. Conforme muitos autores e técnicos que atuam na área observam, somente a existência de uma legislação não garante, por si, a implementação dos direitos básicos previstos na lei. É preciso que as ações, programas e iniciativas destinadas a esse públicos estejam inseridas na programação governamental para que possam ter mais eficácia e garantia de cumprimento.

Segundo Novaes (2009), as Políticas Públicas de Juventude (PPJs) podem ser classificadas sob três formas: universais, atrativas e específicas. As políticas

universais podem ser descritas como as destinadas a toda a população, incluindo aí os jovens. Fazem parte desse universo as políticas educacionais, de trabalho e emprego, de assistência social, de saúde, de cultura e de combate à violência. São consideradas estruturais. As políticas atrativas não são direcionadas somente aos jovens, mas possuem especial incidência sobre eles. Seja por afinidade com a natureza da política, seja porque abrem oportunidades ou porque lidam com questões territoriais, mas que afetam diretamente a população jovem. Determinadas políticas de combate à violência, programas de ação cultural e de regulação de fluxo migratório podem ser listadas como exemplos. Por fim, temos as políticas específicas. São aquelas voltadas para o público de 15 a 29 anos. Sua área de abrangência é bastante ampla, estendendo-se sobre educação, trabalho, desenvolvimento social, saúde, cultura, migração e segurança. Conforme a autora, tais políticas “constituem-se em programas e ações emergenciais para jovens excluídos ou em situações de exclusão desfavorável”. (P.19).

O modo como as PPJs são executadas varia conforme a especificidade dos aspectos ideológicos, políticos e econômicos de cada gestão. Sposito (2008) avalia que as políticas públicas executadas na década de 90 levavam mais em consideração os “problemas” da juventude, como saúde, violência e desemprego, do que suas demandas e necessidades, tendo em vista uma concepção do jovem como sujeito das ações governamentais. Dois modelos de programas podem ser observados no período, conforme a autora: o de protagonismo, nos quais o jovem tem uma participação um pouco mais ativa em todo o processo, e o de inclusão, que visava a reduzir os efeitos danosos do desemprego e da exclusão social, subprodutos das mudanças estruturais descritas no início deste capítulo. A autora destaca dois traços em comum em ambos os modelos:

A ausência de uma proposta clara do governo federal para a população juvenil do país e seu lugar no modelo de desenvolvimento pretendido (...) a ausência de canais de interlocução com os próprios jovens, destinatários de algumas das propostas, mas jamais tidos como parceiros relevantes no seu desenho, implementação e avaliação. (P.66).

Em 2004, segundo Aquino (2009), essas duas passaram a ser objeto de um diálogo que reuniu os poderes públicos, os partidos políticos, ONGs e atores estratégicos atuantes naquele setor. Os primeiros resultados puderam ser observados logo no ano seguinte, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e de um programa de “emergência” para jovens entre 18 e 24 anos fora da escola e do mundo do trabalho.

Esse esforço coletivo buscou ordenar as PPJs, tentando evitar assim a dispersão, a fragmentação e a sobreposição de ações, fatores muito comuns de ocorrerem quando se tem um mesmo público atendido por diversas secretarias e ministérios.

Em 2007, após avaliação feita sobre os resultados da primeira leva de ações e políticas sistematizadas voltadas ao público juvenil, foi proposta uma reformulação da política nacional destinada a esse segmento, levando-se em consideração agora a ampliação do público-alvo — formado agora por jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalhavam e viviam em moradias com renda *per capita* de até meio salário mínimo — e uma maior integração entre as ações emergenciais e de cunho estrutural (AQUINO, 2009).

Embora todas as ressalvas possam ser feitas à adequação ou não de determinadas ações e programas destinados aos jovens, pode-se dizer que a temática juvenil se encontra inserida na agenda pública do Governo Federal pelo menos desde meados da década de 1990. A avaliação, no entanto, da eficácia dessa agenda transcende os objetivos deste trabalho.

5.2.1 O adolescente visto pela gestão Lúcio Alcântara (2003-2006)

Feita a apresentação do quadro nacional recente das políticas públicas de juventude, passamos a nos deter agora sobre o panorama estadual, realidade mais próxima do objeto estudado. Por questão de limitações do presente trabalho, vamos fazer uma análise sobre as linhas norteadoras gerais de ação das duas gestões estaduais mais recentes: o governo Lúcio Alcântara (2003-2006) e o primeiro governo

Cid Gomes (2007-2010), haja vista que o segundo governo se encontra em atividade. A iniciativa, longe de esgotar o assunto, busca levar em consideração o que foi proposto pelas políticas públicas sobre a temática juvenil, visando, assim, ao entedimento da percepção que tais governos tiveram sobre a juventude.

Em comum aos dois está o fato de os adolescentes e jovens terem sido tratados de forma fragmentada em ambos os Planos Plurianuais (PPA). Eles ora vêm sob o eixo de assistência social, ora se encontram presentes nos eixos de segurança pública e de educação. Não há um eixo ou diretriz que integre e concentre os esforços governamentais para esses dois segmentos da sociedade. Como ressaltado anteriormente, a inclusão de uma determinada temática em um plano plurianual governamental assume importância estratégica, haja vista sua maior possibilidade de ser executada de forma eficaz, abrangendo as secretarias de forma cooperativa e sem descontinuidade.

Descrição completa da política de juventude concebida pelo governador Lúcio Alcântara pode ser lida no anexo. Nesta seção, destacamos seus conceitos centrais e principais diretrizes. Ela traz um breve diagnóstico, uma lista de ações e a missão da então Secretaria do Esporte e da Juventude (SEJUV).

O Programa de Juventude do Governo do Estado do Ceará, denominação dada ao conjunto de propostas e ações do Governo Lúcio Alcântara, divide-se em quatro seções: Cenário Atual da Juventude, Programas Atuais para a Juventude, Missão da SEJUV e Consolidar ou criar canais de diálogo.

O Cenário Atual faz uma espécie de diagnóstico sobre as políticas da juventude executadas até ali, ressaltando os desafios a serem superados. O primeiro deles, já exposto por Sposito (2008), é o de o Poder Público compreender a juventude como um problema. Um cenário como esse é campo fértil para propostas norteadas pela ideia de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiriam a juventude. Exemplo disso é "a grande proliferação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens e destinados particularmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades", como observam Andrade da Silva e Andrade (2010, p.49). Levantamento feito no *site* da

extinta secretaria mostra como isso ocorre de forma clara: das 371 notícias produzidas pela equipe de comunicação da SEJUV, 351 referiam-se a atividades esportivas, enquanto 21 faziam referência às políticas de juventude⁴⁶. Não à toa, o órgão foi reformulado com o fim da gestão Lúcio Alcântara, como será exposto na próxima seção.

Além disso, o documento reconhece que os programas desenvolvidos pelo Governo são desarticulados e possuem pequena participação dos jovens. Outros problemas destacados são a ineficácia no acompanhamento e avaliação das políticas, bem como a baixa cobertura e centralização das ações nos grandes centros urbanos; ou seja, o documento diz de forma implícita que não se podia precisar com eficácia os impactos e resultados dos programas e que eles se distribuía de forma concentrada no Estado, deixando descoberta a população de cidades menores e mais distantes da Capital. Vale ressaltar que o Governo Lúcio Alcântara surge como continuidade do governo Tasso Jereissati. À época, ambos eram filiados ao mesmo partido: o PSDB.

A seção “Programas Atuais” enumerava as ações desenvolvidas conforme a orientação do partido. Pelos títulos de alguns programas, é possível perceber concepções ligadas à prevenção e à inserção no mercado de trabalho: Amor à Vida, Escola Viva, Vivendo e Aprendendo, Agente Jovem em Desenvolvimento, Serviço Civil Voluntário e Embarque Nessa. A preocupação com o acesso do jovem aos meios digitais também é descrita, por meio de projetos como o Ilhas Digitais.

A preocupação em integrar o jovem ao planejamento e execução dos programas e projetos da Secretaria de Juventude (SEJUV) é demonstrada mais uma vez na missão da Secretaria: "Promover o desenvolvimento da Juventude cearense através da articulação e execução de programas e projetos, e da criação de canais de diálogo, participação e comunicação entre o Governo e a Sociedade Civil".

⁴⁶ A título de informação, seguem algumas manchetes das ações desenvolvidas pela SEJUV que se destinavam a ocupar o tempo livre dos jovens com atividades esportivas: “Projeto Xadrez na Escola será lançado no Ceará”, “Abraço Amigo reúne crianças em atividades esportivas” ou “Esporte Massa vai beneficiar 860 crianças”.

Para tanto, duas linhas de ação foram desenhadas: uma vertical, que privilegiava o programa de protagonismo, e uma horizontal, que tinha como meta uma ação intersetorial com objetivo de potencializar as PPJs. A busca do diálogo e da interação com o público jovem é reforçada no documento por meio da descrição de um conjunto de ações a serem executadas pelo Governo. A iniciativa cobria medidas que, na teoria, romperiam com o modelo de política juvenil anterior, como: abrir canais de diálogo com a juventude, divulgando as ações do Governo, propondo parcerias e recebendo sugestões; criar um órgão de referência para institucionalizar o processo de diálogo com a juventude cearense, garantindo a representação plural e paritária entre Governo e Sociedade; e reunir jovens de vários movimentos e tribos, no sentido de encorajá-los na constituição de relacionamentos e realização de atividades diversas.

Tais ações, contudo, não ocorreram conforme o planejado. O Conselho de Políticas Públicas de Juventude (CONJUCE)⁴⁷, que poderia ser esse órgão de referência com participação de representantes da sociedade civil, só veio a sair do papel em dezembro de 2010, no fim do primeiro mandato de Cid Gomes. O colegiado é composto por 28 cadeiras (seis do Executivo estadual, um da Assembleia Legislativa, um do Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude do Estado do Ceará, um da APRECE, dois de jovens clientes dos programas executados pelo Governo e 18 relativos aos representantes da sociedade civil).

Vale ressaltar, no entanto, que no período analisado três instâncias foram criadas para tratar de questões relativas à juventude: o Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude, que congrega gestores municipais do segmento; a Câmara de Políticas de Juventude, órgão que reuniria o Poder Público, as organizações de juventude e parceiros num processo de unificação das políticas do setor; e o Comitê Intersetorial de Políticas de Juventude, que funcionou sob a coordenação da SEJUV e contava com representantes das Secretarias da Educação Básica, Saúde, Ação Social,

⁴⁷ O órgão é ligado diretamente ao governador do Estado. Cabe a ele elaborar, planejar e implementar as políticas públicas voltadas para a juventude, além de monitorar e avaliar a execução dessas políticas. O Conselho deverá ainda organizar as conferências estadual e municipais de juventude.

Trabalho e Empreendedorismo, Justiça e Cidadania, Segurança Pública e Defesa Social, Cultura, Ouvidoria Geral e Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Turismo, Inclusão e Mobilização Social, e Desenvolvimento Local e Regional. As reuniões do comitê eram quinzenais. Como se pode perceber, tais iniciativas, embora buscassem integrar esforços entre diferentes segmentos, não conseguiram transcender a esfera governamental⁴⁸. Prova disso é que no fim da gestão Lúcio Alcântara entidades e representantes de movimentos juvenis entraram com um pedido formal de criação de um Conselho Estadual de Juventude na Assembleia Legislativa.

Se, no plano destinado à juventude, há sinais de mudanças em relação à gestão anterior, no que se refere ao plano plurianual, contudo, os eixos do PPA do Governo Lúcio Alcântara seguem, em linhas gerais, o PPA anterior, elaborado pelo governo Tasso Jereissati, como podemos ver a seguir:

Tabela 8 – PPAs Governo Tasso e Governo Lúcio

PPA Tasso Jereissati (2000-2003)	PPA Lúcio Alcântara (2004-2007)
Opção Estratégica I: Capacitar a População para o Desenvolvimento	Eixo 1 - Ceará Empreendedor
Opção Estratégica II: Avançar no Crescimento Econômico	Eixo 2 - Ceará Vida Melhor
Opção Estratégica III: Melhorar a Qualidade de Vida da População	
Opção Estratégica IV: Garantir a Oferta Permanente de Água e o Convívio com o Semi-Árido	Eixo 3 - Ceará Integração
Opção Estratégica V: Aperfeiçoar a Gestão Pública	Eixo 4 - Ceará, Estado a Serviço do Cidadão

Fonte: Seplag.

No PPA 2000-2003, um item da Opção Estratégica III — Melhorar a Qualidade de Vida da População faz menção à infância e adolescência de forma bastante genérica e vaga: "Assegurar os direitos da família, da criança e do adolescente". No PPA 2003-2007, por sua vez, logo no primeiro eixo temos o seguinte objetivo estratégico: "Preparar o Ceará como destino preferencial do turismo". Este item

⁴⁸ Embora a análise da constituição, articulação e desenvolvimento dessas três instâncias seja um tema de pesquisa deveras relevante, por motivos de limitação pessoal, a tarefa não será realizada neste trabalho.

reforça a discussão anterior acerca da constituição do Estado como um espaço turístico. Certamente, a atividade turística gera emprego e renda, no entanto, quando se observam os indicadores sociais apresentados pelo próprio Governo do Estado ao fim do período analisado no presente capítulo (2000-2007), é possível perceber que a ação estatal obteve avanços no que diz respeito à taxa de mortalidade infantil e ao abastecimento de água em domicílios, mas resultados ainda pouco expressivos no que se refere a indicadores importantes, como renda domiciliar *per capita*, proporção de pessoas pobres e proporção de pessoas em extrema pobreza:

Tabela 9 – Indicadores Sociais 2007 – Ceará, Nordeste e Brasil

Indicadores Sociais 2007 - IPECE	Ceará	Nordeste	Brasil
Renda domiciliar per capita real (R\$)*	293,28	312,6	527,48
Renda domiciliar per capita real dos 40% mais pobres (R\$)*	75,17	76,52	128,85
Proporção de pessoas pobres	44,17	43,54	22,7
Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	18,53	17,55	7,95
Grau de Urbanização (%)	76,4	71,8	83,5
Proporção de Domicíl c/ abastecimento de água regular (%)	78,8	75,7	83,3
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	29,7	35,6	24,3
Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	19,1	19,9	10
Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,6	5,5	6,9
Perc. da pop. (15 anos ou mais) c/ pelo menos o ens. Fund. Completo	44,3	40,8	52,3

Fonte: IPECE.

Os resultados referentes à exclusão social também não são favoráveis. De acordo com o Índice de Exclusão Social (IES)⁴⁹, as médias do Ceará, entre os anos 2001 e 2006, são piores do que as da Região Nordeste e a do Brasil. Somente em 2002 e 2003, os resultados do Estado foram inferiores ao da Região:

⁴⁹ A expressão exclusão social adotado pelo índice refere-se à parcela da população socialmente excluída, ou seja, sem acesso a água encanada, serviços de saneamento básico (ou fossas sépticas), coleta sistemática de lixo (direta ou indireta), privação de educação e privação de renda. Para tanto, o IES se utiliza em vez de três indicadores desenvolvidos na aferição do IDH, cinco indicadores, com pesos diferentes.

Tabela 10 – Índice de Exclusão Social – Ceará, Nordeste e Brasil

Índice de Exclusão Social – IES						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ceará	40,33	39,1	35,12	37,05	36,98	36,34
NE	39,37	39,96	35,78	36,52	36,07	35,44
Brasil	22,22	22,91	20,36	21,51	21,68	21,57

Fonte: IPECE.

O Eixo 2 - Ceará Vida Melhor do PPA 2003-2007 refere-se à situação da juventude no Ceará, reconhecendo a vulnerabilidade em que parte dos jovens se encontra e assegurando que o Estado desencadeará políticas públicas que priorizem:

A atuação do jovem na sociedade, estimulando-o ao protagonismo e visando minimizar as consequências daquelas poucas oportunidades, que se traduzem em inacessibilidade ao primeiro emprego, à formação escolar e profissional; em violência, em drogas, em gravidez precoce, em prostituição e em outros fatores de risco. (CEARÁ; SEPLAN, 2003, p. 15).

De forma inconsciente, o próprio PPA expõe a existência de um modelo excludente desenvolvido pelos governos anteriores e das lacunas existentes da gestão à época no que diz respeito à juventude. Mais uma vez os problemas relacionados à faixa etária são sublinhados, assim como a ênfase no protagonismo como solução para a falta de oportunidades.

Se, no entanto, o foco principal de atuação do Estado é o turismo e o mercado externo, que papel esses jovens poderiam ter em todo esse processo? Os objetivos estratégicos do eixo 2 são vagos. Lemos itens como: promover e incentivar o lazer e o desporto como prioridade para a juventude, promoção de ações educativas e de prevenção à violência, melhoria da segurança pública e assegurar direitos de defesa e acesso à Justiça.

5.2.2 O adolescente visto pela gestão Cid Gomes (2007-2010)

No primeiro PPA do Governo Cid Gomes, que cobre os anos 2008 a 2011, os eixos reduzem-se para três: Economia para uma Vida Melhor, Sociedade Justa e Solidária, e Gestão Ética, Eficiente e Participativa.

A preocupação com o turismo também pode ser observada no plano plurianual 2008-2011, em seu primeiro eixo, ainda que permeada por conceitos impostos pela contemporaneidade, como "sustentabilidade": "Tornar o Ceará um dos principais destinos do turismo de eventos e negócios do Brasil e ampliar a competitividade do turismo de nível internacional são desafios para o setor, sem comprometer, no entanto, sua consolidação em base sustentável" (CEARÁ; SEPLAG, 2007, p. 32).

Ao contrário dos PPAs anteriores, a criminalidade surge desta vez como um problema em destaque no Eixo Sociedade Justa e Solidária. O homicídio de jovens e adolescentes, no entanto, não é mencionado de forma expressa no documento. A solução para o problema da criminalidade, violência e a melhoria do sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses estaria em "investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança estaduais e nacional". (IDEM, p.34). O aumento no efetivo policial, a aquisição de equipamentos e a colaboração da comunidade, por meio dos conselhos comunitários de segurança pública e defesa social são apresentadas como estratégias eficazes no combate ao crime.

De maneira genérica, há uma referência aos direitos humanos: "O governo fortalecerá as ações para o exercício da cidadania e assegurará o respeito aos direitos humanos" (IDEM, IBIDEM).

A infância e a juventude reaparecem pouco depois, incluídas na área da Proteção Social Básica, por meio da "prioridade de melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes, com base na família". Na seção que detalha os programas previstos no plano, há apenas uma menção mais clara a esse segmento, sob uma rubrica generalizante: "Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude".

Há diferenças substanciais entre o PPA 2008-2011 e o Plano de Governo do governador Cid Gomes. O documento de campanha trazia as seguintes diretrizes no que diz respeito às políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente: "Cuidar da

criança e do jovem como prioridade absoluta no atendimento; Mudar a atitude para com a criança no sentido do acolhimento das diferenças; e Implantar uma cultura de paz”.

Alguns dos objetivos estratégicos eram:

- Revitalizar a Política Estadual de Atenção à Criança e ao Adolescente pela inserção de uma visão de futuro, com novos valores de compreensão da vida e da cidadania, em consonância com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Buscar o sentido do cuidar, numa visão da transdisciplinaridade na rede de serviços e na mudança de atitude para com a criança, focando no cuidado com o acolhimento das diferenças;
- Incrementar a Rede Estadual de Serviços de Atendimento à Criança mediante o incentivo e a cooperação com os municípios no estabelecimento desses serviços;
- Viabilizar a formação de consórcios intermunicipais de atendimento à infância;
- Criar serviços regionalizados de atendimento às crianças vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, incluídos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS;
- Incrementar campanhas estaduais para capitalização dos Fundos da Criança e do Adolescente e dinamização do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Promover a capacitação continuada dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, para qualificar suas ações e dar conhecimento efetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que se refere à Juventude, os objetivos eram os seguintes:

- Considerar a juventude como público prioritário das políticas públicas, numa perspectiva transversal, integrada ao processo produtivo e à rede de serviços públicos, em especial a de educação básica e profissional, científica e tecnológica, a de cultura, esporte e lazer, e aos programas de primeiro emprego;
- Instituir a Política Estadual da Juventude com o propósito de promover a transversalidade desse segmento com as demais políticas públicas.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Criar núcleos de Cultura da Paz como espaços vivenciais e de intercâmbio de gerações (jovens e idosos), nas áreas urbanas e rurais, para o surgimento de novos valores e atitudes de respeito às diferenças, rompendo com as condutas de banalização da vida e da violência na Escola, na Família e na Comunidade;
- Instituir o Observatório Permanente da Juventude, em parceria com as organizações da sociedade, tendo como principal atribuição conhecer a realidade da juventude cearense para subsidiar a implementação das respectivas políticas públicas;
- Realizar a Conferência Estadual da Juventude, a partir de Conferências Municipais, interligando as ações dos Conselhos da Juventude e fortalecendo a participação destes segmentos com fóruns e plenárias juvenis;

- Incentivar empresas públicas e privadas e as universidades, a fim de assegurar a capacitação, qualificação profissional científica e tecnológica e inserção no mercado de trabalho do jovem em busca do primeiro emprego;
- Criar cursos profissionalizantes de ensino médio nas escolas estaduais;
- Criar estágio remunerado em empresas privadas para os jovens sem experiência, com bolsa paga pelo governo estadual;
- Construir áreas de lazer e cultura com quadras, pistas de skate, anfiteatro e para outras atividades esportivas e culturais;
- Implantar ilhas digitais de acesso grátis à Internet;
- Criar, em parceria com as prefeituras, uma rede de pontos de encontro para a juventude nas áreas urbanas e rurais, considerando os já em desenvolvimento pelo Ministério da Cultura;
- Incrementar o Programa Estadual de Educação Sexual e Reprodutiva voltado para a Juventude;
- Instituir um programa preventivo e de atendimento aos jovens dependentes de substâncias psicoativas e suas famílias;
- Criar serviços regionalizados de atendimento aos adolescentes vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, incluídos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS⁵⁰;

Dessas propostas, muitas ficaram pelo caminho, como a implantação de observatórios da juventude, enquanto algumas foram efetivamente realizadas, como a construção de pistas de *skate*. O principal questionamento, no entanto, a se fazer seria acerca da falta de prioridade da juventude nas políticas públicas da atual gestão, um dos objetivos descritos no Plano de Governo, mas que, durante o primeiro mandato, foi relegado a um plano secundário no que se refere às principais ações governamentais.

Essa falta de prioridade pode ser observada na reestruturação da Secretaria do Esporte e Juventude (SEJUV), que passou a ser apenas a Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE), após o governo Cid Gomes. No seu lugar foi criada uma assessoria, depois transformada em coordenadoria, em 2010. Ambas, contudo, não possuem *status* de secretaria.

Em 2011, no entanto, uma secretaria estadual com temática esportiva foi criada - a Secretaria Especial da Copa do Mundo - tendo em vista a realização do Campeonato Mundial de Futebol daqui a três anos. Pensando na Copa, foi anunciada ainda a criação de um centro de excelência de comando, planejamento e inteligência de

⁵⁰ O texto completo pode ser encontrado no site da Secretaria de Planejamento:

http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/seplan/downloads/DIRETRIZES_PARA_O_PLANO_DE_GOVERNO.pdf . (Acessado em 28/02/11).

operações policiais, com o objetivo de “integrar vários setores de segurança como Bombeiros, Polícia Militar, Civil e serviços de urgência⁵¹”.

Cerca de R\$ 9,4 bilhões deverão ser gastos tanto pelo Governo do Estado quanto pela Prefeitura Municipal em ações relacionadas à Copa do Mundo. Apenas uma fração desse valor, no entanto, foi destinada a ações voltadas para a infância e adolescência. De acordo com o PPA 2008-2011, R\$ 1 bilhão deverá ser gasto, no período destinado, nas áreas de Trabalho, Assistência e Segurança Alimentar, incluindo todas as faixas etárias.

Por coincidência, o Jangurussu localiza-se muito próximo ao local em que ocorrerão os jogos da Copa do Mundo, o Estádio Castelão. Não se sabe até o momento, com detalhes, quais ações previstas para as comunidades que residem em torno do estádio, muitas delas em elevado estado de vulnerabilidade social. Em 2011, alguns sinais começaram a ser dados, como o início do processo de remoções de famílias que ocupam o entorno do estádio de novas vias a serem abertas. O valor das indenizações (R\$ 20 mil, em alguns casos), contudo, está longe de garantir a aquisição de uma residência no mesmo bairro, de acordo com os afetados pelas desapropriações. Assim como ocorreu historicamente com moradores de áreas vulneráveis em Fortaleza, a Cidade parece assistir a uma nova onda de remoções cujo destino são áreas ainda mais distantes do “paraíso tropical”.

No próximo capítulo, serão destacadas as políticas levadas a termo pelos agentes públicos, no plano operacional, no tocante aos adolescentes e membros de suas famílias que vivem em um território de exceção. Pontos de interseção podem ser traçados em relação às famílias que terão seus imóveis destruídos por causa da Copa do Mundo 2014.

⁵¹ **O POVO**, Fortaleza, 14 dez. 2010. Caderno Fortaleza, p.5.

6 POLÍTICAS DO ESQUECIMENTO E DE EXCEÇÃO

Tão nociva quanto falta de recursos e de prioridade para políticas públicas ligadas à infância e juventude é a percepção socialmente constituída de que o adolescente pobre e morador em áreas socialmente estigmatizadas é um infrator em potencial e que, por causa disso, deve ser neutralizado a todo custo sob o risco de subverter a própria sociedade. A hipótese apresentada neste capítulo é que este pré-conceito se manifesta entre os agentes estatais sob duas formas: por meio da aplicação, em um nível operacional — na esfera do atendimento aos usuários e da execução dos serviços — e não formal, de um direito paralelo às normas oficiais; e, no segundo caso, por meio de um discurso que busca abafar as vozes das vítimas diretas e indiretas desse tipo de violência, envolvendo-as em um manto de proscricção e invisibilidade. É assim que a consciência estatal se vê livre de todo um segmento social deixado à margem e desprovido do direito de ter as próprias narrativas.

6.1 Direito penal do inimigo

Aliado à sujeição criminal, descrita no segundo capítulo, podemos perceber uma estratégia diferenciada para se lidar com adolescentes e jovens considerados como de alta periculosidade. Adotamos aqui o conceito de direito penal do inimigo (JAKOBS, 2009), se não no seu modelo formal (como empregado nas diversas alterações feitas à legislação haja vista a luta contra o terrorismo e o crime organizado), mas, ao menos, em seu aspecto operacional, como uma diretriz implícita da conduta de alguns agentes da lei ao lidar com determinados tipos de situação. Para ficar mais claro

o que está sendo exposto, seguem as três características básicas desse ordenamento jurídico, com base na reflexão feita por Meliá (2007).

1) O direito penal do inimigo observa um amplo adiantamento da punibilidade, ou seja, ele se instaura desde uma ação futura (proativa) e não como resposta ao delito cometido (retrospectiva).

2) As penas previstas são desproporcionalmente altas.

3) Determinadas garantias processuais são relativizadas ou até suprimidas.

Longe de ser uma prática restrita aos órgãos de segurança, o direito penal do inimigo encontra forte respaldo na sociedade, especialmente por parte de uma parcela da população que costuma atribuir as causas da violência aos ditos “vagabundos”, ou seja, às pessoas que estão à margem da sociedade de consumo e que, por esse motivo, são vistas como um risco em potencial. Na terminologia de Bauman (1998), tais pessoas são os consumidores falhos ou os jogadores incapacitados. Ainda segundo Meliá (2007), o direito penal do inimigo cumpre uma função bastante determinada nesse âmbito, que é o de coibir

comportamentos delitivos que afetam, certamente, os elementos essenciais e especialmente vulneráveis da identidade das sociedades questionadas. Porém, não no sentido entendido pela concepção antes examinada – no sentido de um risco fático extraordinário para esses elementos essenciais -, mas antes de tudo, como antes se tem adiantando, em um determinado *plano simbólico* [...]. Desta perspectiva, toda infração criminal supõe, como resultado especificamente penal, a quebra da norma, entendida esta como a colocação em dúvida da vigência dessa norma: prevenção geral positiva. (P.77)

Prossegue o autor:

O Direito penal do inimigo praticamente reconhece, ao optar por uma reação estruturalmente diversa, excepcional, a competência normativa (a capacidade de questionar a norma) do infrator; *mediante a demonização de grupos de autores*, implícita em sua tipificação – uma forma exacerbada de reprovação – da propagação de seus atos. Em consequência, a função do Direito penal do inimigo provavelmente tenha que ser vista na criação (artificial) de *critérios de identidade entre os excludentes, mediante a exclusão*(...) Mediante sucessivas ampliações se tem alcançado um ponto no qual “estar aí” de algum modo, “fazer parte” de alguma maneira, “ser um deles”, ainda que só seja em espírito, é suficiente (P.80-81, grifamos)

Tal afirmação leva o autor a constatar que o direito penal do inimigo é na verdade um direito penal do autor do crime, em que sua inculpação já está dada de antemão e, mais grave ainda, seu processo de execução da pena é diferenciado. À primeira vista, a argumentação ora exposta pode parecer exagerada. As várias tentativas de redução da maioria penal existentes no Congresso Nacional; as propostas recorrentes de endurecimento das medidas socioeducativas; a distorção, de modo geral, da política de ressocialização, que resulta na criação de verdadeiros minipresídios; e o toque de recolher instaurado em 60 municípios e 15 estados brasileiros mostram que não. Há, sim, um solo fértil para que conquistas no que se refere à ampliação da cidadania juvenil obtidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) possam ser suprimidas em prol de um relativo ganho na segurança e ordem públicas.

Veremos, agora, como as três características principais do direito penal do inimigo se apresentam em nosso cotidiano.

6.1.1 Culpa por antecipação

A cena é comum: grupos de jovens reunidos conversando animadamente em uma esquina. Dependendo da cor da pele e do modo como se trajam, eles podem ser tornar alvos preferenciais da abordagem policial. Todos os dias, as composições policiais realizam abordagens contra suspeitos. Não é preciso ir muito longe para saber quem são os escolhidos de sempre. Uma ideia subjaz a todo esse procedimento: a de que determinados jovens estão prestes a cometer algum ato delituoso e que, por causa disso, precisam ser detidos.

A função da polícia, como principal mediadora do processo de incriminação, é fundamental para que o direito penal do inimigo deixe de ser uma discussão restrita apenas a juristas e criminólogos e passe a ser uma realidade efetiva e plenamente inserida no cotidiano de milhares de jovens e adolescentes de Fortaleza. O exemplo que se segue é esclarecedor no que se refere ao modo como os agentes da lei veem os jovens e adolescentes:

Os números impressionam e mostram cruelmente a realidade da violência praticada no dia a dia por adolescentes nas ruas de Fortaleza. Em menos de 90 dias, a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) realizou, nada menos, que 600 procedimentos, sendo, em sua maioria, apreensões em flagrante delito. São todos procedimentos nos quais adolescentes foram autores de crimes os mais variados. Entre os comuns, porém, estão o roubo (assalto), furto, assassinato e também latrocínios (mortes praticadas durante assaltos). Some-se a isto, a Especializada tem em mãos aproximadamente mil mandados de apreensão para cumprir, isto é, capturar adolescentes que cometeram crimes e fugiram, ou deixaram de se apresentar à Justiça. Para completar, todas as unidades correcionais que abrigam adolescentes em conflito com a Lei, situadas em Fortaleza, estão superlotadas (...) Segundo a delegada [titular da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) à época], *a Polícia já detectou que em praticamente todos os assaltos contra restaurantes e 'arrastões', há menores entre os autores do crime. "E tem mais um grave componente. Eles são bem mais violentos que os adultos e, quase sempre, empunham as armas, ameaçando, lesionando ou mesmo matando suas vítimas", admitiu.* (DIÁRIO DO NORDESTE, 22 mar. 2005, Caderno Polícia, p.15, grifamos).

Mais à frente, no mesmo texto, a presença de adultos nos crimes é ressaltada, mas a ênfase recai mesmo nos autores menores de idade:

Nos recentes casos de ataques contra restaurantes, a Polícia fez investigações e descobriu que os autores são todos menores de idade, adolescentes residentes em favelas dos bairros Papicu e Dunas. No caso do ousado assalto ao restaurante 'Flamboyant', na Avenida Dom Luiz, os autores já estão identificados. "São quatro adolescentes", informou a delegada. *Por trás deles, estariam bandidos adultos (maiores de idade), que fornecem as armas, facilitam a fuga e a ligação com os receptadores, que compram os objetos roubados durante as ações, como jóias e celulares.* (DIÁRIO DO NORDESTE, Fortaleza, 22 mar. 2005, Caderno Polícia, p.15, grifamos).

Em outra reportagem, sobre o aluguel de armas de fogo para a prática de crimes, um escrivão da Polícia Civil reforça essa associação entre juventude e violência, ampliando a sensação de insegurança causada por esse segmento social e, principalmente, justificando uma ação de caráter preventivo contra esse tipo de ameaça:

Vinte e uma armas de fogo e sete armas brancas foram apreendidas no período de um mês pela Polícia na área do Grande Bom Jardim. Dos últimos dias de junho até sexta-feira (25), 18 revólveres calibre 38, um calibre 32 e dois calibre 22, foram retirados das ruas. Muitas armas não possuem registro e segundo a Polícia são alugadas por traficantes aos bandidos. *A maioria delas estava em poder de jovens e adolescentes, que foram presos e apreendidos pelos crimes de assalto, porte ilegal de arma e homicídio.* De acordo com o delegado titular

do 32º DP (Bom Jardim), as investigações realizadas pelos policiais daquela distrital apontam para um novo tipo de artifício dos criminosos. Segundo Barbosa Filho, sem poder comprar uma arma, os assaltantes alugam revólveres de traficantes para cometer os mais diversos crimes. (DIÁRIO DO NORDESTE, Fortaleza, 22 jul. 2008, Caderno Nacional, p.8, grifamos).

Mais uma vez há o reconhecimento, por parte da polícia, de que outras pessoas atuam nessa espécie de “cadeia produtiva” do crime, em especial adultos, como responsáveis pela aquisição e aluguel das armas para práticas criminosas. Em um relato ouvido para este trabalho, um jovem revelou que as armas vendidas por ele eram adquiridas pelos próprios policiais:

A história da feira da Parangaba é enrolação. É um discurso que pegou. Se eu lhe vendo uma arma e você me cabueta, eu lhe mato. Se eu compro na feira da Parangaba eu não sei quem me vendeu. Por isso que a negada diz que foi na feira da Parangaba, porque na feira vende muita coisa. Mas feira da Parangaba é mito. É a polícia que fornece a arma. Por exemplo, se eu sou policial, eu te abordo, tu tá armado, eu te dou umas tapa e te solto, fico com a arma. Passo pra outro cara que tem dinheiro. (Se eu levar a arma pra delegacia, ela vai ficar lá. Com certeza. Você tem que deixar a arma pra fazer toda aquela perícia e inquérito e tudo. Então é melhor dar umas lapadinha nele, ou então vez em quando saber quem ele é, quem chega lá. Se ele possui uma arma, ele possui duas, três, sabe onde é que tem mais. Fica mais fácil trabalhar desse jeito (...). Enquanto a polícia tiver fornecendo bala, arma, isso num para não, é só um ciclo que vai se formando.

Este ciclo envolve quem rouba, quem vende a arma, quem prende e quem produz, como se fosse uma cadeia produtiva do crime, ensejando emprego e renda, ainda que na ilegalidade. Marx (1980, p.383), em um trecho que demonstra bem sua tradicional ironia, destaca a relação entre a prática criminosa e a arregimentação de pessoas para o mercado de trabalho. Ele se dirige a economistas que realmente percebiam o crime que favorecia a expansão do capitalismo:

O crime retira do Mercado de trabalho parte da população supérflua e por isso reduz a concorrência entre os trabalhadores, impede, até certo ponto, a queda do salário abaixo do mínimo, enquanto a luta contra o crime absorve parte dessa população. O criminoso aparece com uma daquelas “compensações” naturais, que restabelecem um equilíbrio adequado e abre ampla perspectiva de ocupações “úteis”. Pode-se comprovar, descendo-se a pormenores, a influência do criminoso sobre o desenvolvimento da produtividade.

No interior dessa rede de relações criminosas, porém, são os jovens, e mais especificamente os adolescentes, que estão no *front*, na linha de fogo em combate direto com a autoridade policial. Enquanto são apreendidos e expostos na mídia, os responsáveis pela locação das armas de fogo, que certamente lucram muito mais com esse negócio ilícito, permanecem às sombras, fora do alcance da investigação policial. Essa condição de ocultamento faz com que o alvo preferencial da abordagem policial seja sempre o mesmo, parte de uma estratégia de ação viciada incapaz de ir além do “policiamento de superfície”.

Ramos e Musumeci (2005) oferecem uma amostra disso em análise sobre os principais “tipos” abordados pelos policiais militares no Rio de Janeiro. A conclusão é a seguinte: “Sem exceção, todos admitiram que jovens do sexo masculino, especialmente em grupo, chamam a atenção do policial”. Um oficial citado na publicação revela o *modus operandi* da polícia nessas ocasiões:

Os jovens principalmente, por serem jovens, imaturos, eu diria que eles tentam pelo comportamento, não seja desprestigiar, mas eles... isso se dá muito pela noite, pelas madrugadas, por falta de uma educação... ele trata o policial como ele trata normalmente a mãe e o pai, com extrema falta de respeito. Então acontece justamente isso, o policial, por sua vez, também, talvez não tem muito trato nessa questão, questiona aquele comportamento, e ele, o jovem, não está acostumado a ser questionado, aí há aquele choque. O policial tem que usar a força, a farda... (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.40).

Em janeiro de 2010, um episódio ocorrido no Município de Caucaia ilustra claramente como a culpa por antecipação ocorre no cotidiano, com todas as suas repercussões. Um adolescente suspeito de ser o assassino de um policial militar foi apreendido com um revólver 38 que teria sido usado no crime. O modo como se deu a detenção, contudo, foi motivo de protesto por parte de vizinhos do jovem. Eles denunciaram que o adolescente e o pai foram vítimas de agressões policiais. Além disso, a permanência de uma equipe de reportagem à frente da residência foi proibida por um PM com uma carabina na mão. Esse é o relato da ocorrência:

Populares se revoltaram com a situação. A dona-de-casa DCS foi uma das pessoas que denunciaram a suposta violência policial. "Eles pegaram o homem errado. Estão batendo nele para que ele confesse o crime", ressaltou. Os PMs negaram que o adolescente ou seu pai tenham sido agredidos. "Fizemos a

prisão e estamos conduzindo o adolescente para a delegacia da área. Não houve violência", afirmou o sargento Gilberto. *Em determinado momento da operação, repórteres ouviram gritos, vindos do interior da casa.* Com a agitação do lado de fora, um policial engatilhou a arma e houve correria dos populares. Indagado sobre o que teria gerado os gritos, o comandante da patrulha do Cotam, sargento Santos, também negou qualquer agressão aos suspeitos. "Não procede essa informação de violência". O suspeito foi levado para o 23º DP (Nova Metrópole), onde foi lavrado, pelo delegado Elzo Moreira, um Boletim de Ocorrência Circunstanciado (B.O.C) contra o adolescente pela posse ilegal da arma. *Moreira afirmou que, a princípio, não acredita na participação do garoto na morte do soldado.* (DIÁRIO DO NORDESTE, Fortaleza, 30 jan. 10. Caderno Polícia, p.18, grifamos).

O adolescente apreendido fez o exame residuográfico e foi liberado em seguida. Até hoje, não foi descoberta a identidade da pessoa que matou o PM. Mais que policiais, os responsáveis pela ação realizada em Caucaia representavam o Estado naquele momento, possuindo, portanto, uma série de responsabilidades institucionais. Como Benjamin (1986) salienta, no entanto, nem sempre os fins das ações policiais correspondem aos fins do Direito:

O "direito" da Polícia é o ponto em que o Estado – ou por impotência ou por devido às inter-relações imanentes a qualquer ordem judiciária – não pode mais garantir, através da ordem jurídica, seus fins empíricos, que deseja atingir a qualquer preço. Por isso, "por questões de segurança", a polícia intervém em inúmeros casos, em que não existe situação definida, sem falar dos casos em que a polícia acompanha ou simplesmente controla o cidadão, sem qualquer referência a fins jurídicos. (P.166).

Essa intervenção traz implícita forte carga de poder simbólico. O modo como é realizada pode servir para ampliar ou diminuir a própria noção de dignidade do indivíduo que é alvo da abordagem. Tal valor integra, segundo a terminologia de Bourdieu, seu capital simbólico, exemplificado da seguinte maneira:

Ser esperado, solicitado, assoberbado por obrigações e compromissos, tudo isso tem o significado não apenas de ser arrancado da solidão ou da insignificância, mas também de experimentar, da maneira mais contínua e mais concreta, o sentimento de contar para os outros, de ser *importante* para eles (...) o capital simbólico nos livra da insignificância, como ausência de importância e de sentido. (2001, p.294).

O capital simbólico, de acordo com Bourdieu, é distribuído de maneira muito desigual, causando diversos infortúnios a quem não o tem. Dentre outros agentes, cabe ao Estado “nomear e distinguir”, ou seja, produzir e distribuir esse capital por todo o mundo social por meio de ritos de instituição (coroação, lição inaugural, ordenação, casamento etc.).

Quando um policial, ou qualquer agente estatal, não reconhece o adolescente como um sujeito de direitos e portador de uma dignidade própria, ele está invertendo os valores subjacentes ao capital simbólico. O adolescente alvo dessa inversão não se torna uma pessoa insignificante, mas passa a ser (re) conhecido por meio de um valor negativo, que lhe é francamente desfavorável. O jovem passa então a possuir uma espécie de “anticapital simbólico”, resultado de um ato de (des) instituição. O resultado desse processo de expropriação é assim descrito por Bourdieu (2001):

Não existe pior esbulho, pior privação, talvez, do que a dos derrotados na luta simbólica pelo reconhecimento, pelo acesso a um ser social socialmente reconhecido, ou seja, numa palavra, à humanidade (P. 295)

Para sair desse estado, uma solução encontrada é assumir esses valores de forma radical, opondo-se aos valores então predominantes na sociedade. Foi assim que Ednaldo Evangelista tornou-se Mel. Foi assim que sua trajetória ficou registrada para sempre na literatura de cordel e na memória de um grande número de pessoas que o viam como um herói. Seu “anticapital simbólico”, no entanto, só lhe permitiria ser um “herói incriminado”⁵². O capital social negativo também pode ser encontrado nas raízes de outras organizações criminosas. Matos (2009) descreve esse processo da seguinte maneira:

O capital social negativo tende a ocorrer em contextos de desigualdade, de prevalência de poder assimétrico, acentuando as vulnerabilidades dos atores diante de relações de dominação. O que pode se desenvolver em ambientes como esses é uma forte coordenação e cooperação intragrupal, mas cujos objetivos são particularistas e prejudiciais à coletividade. A máfia e o crime organizado ilustram essas relações. (P.178)

⁵² Agradeço à professora doutora Glaucéria Mota Brasil pela sugestão do conceito, que de imenso bom grado utilizamos aqui.

Embora a análise do uso que se faz do capital social negativo como fator de visibilidade e de autoafirmação seja um campo de estudos bastante fecundo, ela deverá ser feita em reflexões futuras, que transcendam o escopo desta dissertação.

6.1.2 Detenção como principal recurso

Em dez anos, entre 1996 e 2006, o número de adolescentes internados em centros educacionais cresceu 363%, segundo a pesquisa Política de Atendimento a Adolescentes em Conflito com a Lei, divulgada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. A quantidade de internações passou de 4.245 para 15.426. Segundo matéria da Agência Brasil, “o levantamento alerta que a privação de liberdade nem sempre tem sido usada em situação de excepcionalidade e por breve duração, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na média nacional, há cerca de nove jovens em internação para cada adolescente em semiliberdade”⁵³.

No Ceará, entre 2001 e 2008, o número de adolescentes internados passou de 1957 para 3189, o equivalente a um crescimento de 62%. Entre 2003 e 2004, podemos observar uma elevação acentuada nas ocorrências.

Tabela 11 – Internações de adolescentes no Ceará

Internações de adolescentes no Ceará									
Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Quantidade	1957	1774	1975	2195	2636	2808	2744	2985	3189

Fonte: Unidade de Recepção Luis Barros Montenegro

Levantamento realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) em 2011 revelou que o Estado do Ceará possui o maior índice

⁵³ Site Agência Brasil 25/02/2007 [on-line]:

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/02/25/materia.2007-02-25.7841602580/view>.

Acesso 14/08/10.

de superlotação do País em centros educacionais voltados para jovens em conflito com a lei. As unidades cearenses têm 67,81% mais reclusos do que sua capacidade. Segundo a Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), o Ceará dispõe hoje de 1.050 jovens em 14 centros educacionais. O próprio Governo diz que deveriam ser apenas 640. Segundo o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente no Ceará (CEDECA-CE), as internações provisórias cresceram 30,77% no Estado de 2009 para 2010. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prega a internação somente em delitos de grave ameaça (homicídio e roubo com arma, por exemplo) ou casos de descumprimento de medida. Em novembro do ano passado, eram 1.074. O estudo constatou a existência de 12.041 adolescentes cumprindo medida de internação no Brasil em novembro de 2010. Em internação provisória, eram outros 3.934 e, em regime de semiliberdade, 1.728⁵⁴.

Em seminário realizado sobre o tema, em junho de 2006, Oscar Vilhena Vieira, diretor-executivo da ONG Conectas Direitos Humanos, abordou o problema. “Ainda prevalece em diversos setores da sociedade a ideia de que esses jovens sob custódia do Estado devem ser tratados com maior rigor e de forma negligenciada. É necessário fazer com que o ECA se transforme em uma realidade dentro das instituições do Estado”, disse⁵⁵. Na mesma reportagem, o então ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do governo Lula, Paulo Vannuchi, alertou para um efeito colateral que pode ocorrer com a permanência desse quadro: “É preciso conceber uma revisão para que o sistema socioeducativo reincorpore, para que não haja a possibilidade de que estejamos construindo um manancial de recrutamento para o crime organizado”.

Além do exemplo citado anteriormente sobre o adolescente executado em pleno Centro de Triagem, mais dois casos de morte por causas externas foram

⁵⁴ **O POVO**, Fortaleza, 06 jul.11. Caderno Cotidiano, p.7.

⁵⁵ Site do Pnud 05/06/2006. [on-line]: <
<http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=2043&lay=cid>>. (Acessado em 14/08/10).

registrados nos centros de internação do Estado do Ceará em menos de um ano. Em outubro de 2008, uma adolescente de 15 anos foi encontrada morta nas dependências da mesma unidade de recepção. Segundo a polícia, ela foi assassinada pelas companheiras de quarto. Em janeiro do ano seguinte, um adolescente de 17 anos foi morto a bala por PMs durante um confronto envolvendo grupos rivais no interior do Centro Educacional São Francisco, no bairro Passaré. As ocorrências foram alvo de protestos promovidos por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

6.1.3 Direitos desrespeitados

Veza ou outra, medidas mais severas são propostas por parlamentares e implementadas pelo Poder Público para tentar resolver o problema dos delitos cometidos por jovens e adolescentes. Isso é mais comum de ocorrer no rastro de casos de grande comoção social e midiática. A restrição à circulação para pessoas de até 18 anos, no Município de Canindé, no Sertão Central cearense⁵⁶, é uma delas. O trecho que segue ilustra bem a ideologia subjacente a algumas políticas públicas e a percepção que os agentes governamentais têm sobre o público a quem elas se destinam.

O Toque de Recolher que está em vigor desde o dia 9 de junho deste ano, mas que em Canindé ganhou novo nome, comemora resultados positivos e elogios da sociedade. Agora é "Toque de Acolher", uma medida tomada em conjunto com pais, crianças e adolescentes tornou-se modelo o Estado. De acordo com a portaria, quanto menos idade o jovem tiver, menos tempo poderá ficar nos logradouros públicos. *A norma delimita que crianças de até 12 anos incompletos podem ficar nas ruas até as 20 horas, desacompanhados dos pais ou responsáveis. Já os adolescentes de 12 à 16 anos incompletos até 22 horas e os jovens com idade entre 16 e 18 anos incompletos, até 23 horas.* Em casos restritos, pode haver tolerância de mais 30 minutos para os alunos que estudam à noite. "Antes de começarmos esse trabalho, havia muitos atos infracionais durante a noite, como roubos, assaltos, principalmente, furto de celulares, além de muitos adolescente usando drogas. *Com a portaria em vigor, não se ouviu*

⁵⁶ Até fevereiro de 2011, as prefeituras de Quixadá e Eusébio tentavam implementar o toque de recolher em seus municípios. Nos dois locais, contudo, a resistência está sendo maior. Em Quixadá, busca-se ampliar a restrição para além dos muros da Feira de Animais da cidade, enquanto no Eusébio, faltam voluntários para que a medida possa ser operacionalizada.

falar mas nisso", frisou [o magistrado]. (DIÁRIO DO NORDESTE, Fortaleza, 7 dez. 2009. Caderno Regional, p.13., grifamos).

Ainda segundo a matéria, o projeto foi muito bem recebido pelos pais, graças a sua "rigidez":

Para a moradora Socorro Marçal, o projeto é maravilhoso. "Essa ideia mudou o comportamento dos jovens e adolescentes em casa e na escola. Vejo como o projeto do ano", elogia a mãe de família que agora tem amparo para tomar decisões em relação aos filhos. Já Petronilia Santos, que trabalha o projeto "Amor à Vida", na Secretaria de Educação Infantil e Fundamental de Canindé, o *Toque de Acolher tem melhorado bastante o comportamento dos adolescentes*. "Nas conversas com as famílias, os pais estão elogiando bastante o projeto. A rigidez da portaria levou menores a uma maior responsabilidade", observa. *Depois da implantação do projeto em Canindé, as infrações praticadas por menores diminuíram em até 90%. E por mais que seja uma medida para evitar que os jovens permaneçam em situações de risco, a portaria proporciona, também, uma mudança nos hábitos da comunidade* (IDEM, IBIDEM, grifamos).

Além disso, o que se pode constatar, com suporte em diversos relatos, é a precarização no atendimento dispensado às crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei. Embora essa temática fuja do objetivo central de nosso trabalho, este registro do fenômeno é mais um exemplo de como os direitos desse segmento social são desrespeitados cotidianamente. Em 2010, o Cedeca-CE publicou um relatório sobre o monitoramento da política para a infância e adolescência de Fortaleza⁵⁷. A conclusão foi a seguinte:

O que se constatou foi uma política para poucos, precarizada, com lacunas, não articulada com as demais políticas públicas do Município e voltada para crianças e adolescentes pobres das periferias. Essa relação entre políticas precarizadas e a população mais pauperizada, mostra-nos uma visão estigmatizante e de uma política que não promove o empoderamento do público atendido e que não o vê, de fato, como sujeito de direitos exigíveis. Não há que

⁵⁷ Assim o CEDECA descreve o alcance do monitoramento realizado naquele ano: "Neste monitoramento voltamos nosso olhar para a política pública destinada a crianças e adolescentes no município de Fortaleza. Não de todas as políticas voltadas para este segmento, o que abrangeria todas as Secretarias de governo, mas de alguns programas/projetos geridos pela Coordenadoria da Infância da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e um que, este ano, passou à Secretaria Municipal de Assistência Social, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil" (CEDECA CEARÁ, 2010, p.26).

se falar, deste modo, em Prioridade Absoluta de crianças e adolescentes no município de Fortaleza. (CEDECA CEARÁ, 2010, p.28).

6.2. Vidas invisíveis

Se os casos relatados na seção anterior podem ser vistos como degradantes, por que a mesma situação se mantém por anos e anos? Para alguns autores, os adolescentes infratores vivem em um estado de invisibilidade. Sales (2007) tematiza a representação dos jovens infratores como uma metáfora da violência em nossa sociedade, em um jogo constante de visibilidade/invisibilidade.

Isto se deve, entre outros, ao fato de que a existência do ECA não foi reconhecida ainda suficientemente pelo conjunto da população como um bem simbólico e jurídico capaz de agregar a todos na construção de alternativas sociais para a juventude *extraviada* de direitos. Logo, como não há heróis e é preciso tempo para fazer avançar a construção social, é preciso que haja aqueles que possam assumir o papel de “*malvados*”: nesta etapa sociohistórica, são os adolescentes infratores das classes populares, elevados à condição de metáforas da violência. (P.315).

A autora classifica os atos violentos cometidos pelos jovens como uma tentativa de romper o véu da *invisibilidade perversa* que os rodeia. As revoltas, as rebeliões, são o momento mais dramático dessa ruptura normativa:

Os adolescentes autores de ato infracional, portanto, quando participam de eventos como as rebeliões, reagem, à *produção social da violência*, pondo em evidência também a forma assassina com que muitos são tratados pela polícia, neste e em outros contextos. Não podem, portanto, ser responsabilizados pelo absurdo da desigualdade e da indiferença sociais, também mutiladoras e assassinas. Elas apenas as denunciam. Constituem, assim, aportes *particulares* e locais da história da revolta, aqui e alhures, os quais comportam, no fundo, elementos arquetípicos, subjetivos e culturais de todas as outras expressões de revolta metafísica, porque não vinculadas imediatamente a um projeto social e coletivo, muito embora as suas consequências engendrem sentidos e realidades nessa direção. (SALES, 2007, p. 328).

Luiz Eduardo Soares (2004) elabora uma tentativa de explicação dessa invisibilidade baseada no medo e no preconceito:

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. Há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. No caso de nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito (...) Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente. (P. 132-133).

Tais seres invisíveis têm sua existência marcada por um contexto de vulnerabilidade social associada à segregação juvenil, de acordo com Abramovay *et al* (2002). Mais que uma causa, a violência juvenil é uma resposta a esse estado de socialização precária:

Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos. A violência juvenil, nesse contexto, tem emergido sob diversas lógicas. *Por um lado, tem representado uma forma de os jovens quebrarem com sua invisibilidade e mostrarem-se capazes de influir nos processos sociais e políticos da América Latina. Em relação mais direta com a crise das instituições socializadoras e de orientação normativa, a violência tem-se prestado como um eficiente mecanismo de resolução de conflitos e obtenção de recursos.* (ABRAMOVAY et al, 2002, pg. 56-57, grifamos).

A invisibilidade social está intimamente ligada à invisibilidade nos meios de comunicação. Esta é outra forma de tornar invisíveis segmentos inteiros: negar suas vozes. Diariamente, nos jornais, rádios e programas policiais exibidos na TV, vemos relatos de assassinatos de adolescentes e jovens das mais diversas formas e nos mais variados lugares. O tom de indignação e de lamentação é a tônica nesses casos. A pronúncia sobre o fato feita pelos agentes da ordem, no entanto, ocupa um lugar predominante nessas narrativas. São eles, em última instância, que detêm o poder de definir o que ocorreu. Os familiares, os adolescentes apreendidos, amigos quase nunca são ouvidos. E, quando o são, suas falas vêm se juntar a um roteiro pré-estabelecido, onde sabemos, de antemão, as motivações e o *modus operandi* de tais crimes. O modelo narrativo empregado diz respeito sempre a um acerto de contas, a um conflito

entre gangues ou a uma dívida de tráfico preexistente. No interior de tal campo de força discursivo, não haveria oportunidade de versões divergentes, de explicações que possam ir além do registro oficial ou que produzam alguma espécie de crítica ao modelo de sociedade em que vivemos. Segundo Rondelli (2000):

A definição do crime não é dada somente pelos jornalistas que os relatam, mas também pelas suas fontes de informação – pessoas ou representantes de instituições que aparecem nos noticiários através da fala direta ou indireta [...] Mais do que uma atitude soberana e impositiva de uma certa visão de mundo, os meios – mediadores – negociam com estas diversas instâncias sociais e discursivas, de modo a produzir consensos. E é daí que decorre sua força hegemônica. (P. 153).

É neste sentido que a análise apressada feita sobre um ser imaterial e homogêneo chamado “mídia” torna-se incompleta. O que há, na verdade, é uma complexa confluência de discursos, entre eles o do poder instituído, que se tornam capazes de pautar determinados assuntos e temas à sociedade. A publicação da versão da “autoridade” de uma maneira acrítica e em caráter de verdade incontestada pode ter efeito desastroso em meio ao intenso fluxo de circulação de matérias que se sucedem a cada instante:

No jornalismo, em função da agilidade do processo de montagem, circulação e apreensão de informações, a versão dos fatos, o relato – quando abandonado o trabalho de investigação e checagem em várias fontes – recai na exposição de depoimentos. O “opinionismo” sustenta as versões da realidade baseadas na autoridade, não nos fatos em si. Muitos equívocos já foram cometidos com essa prática de transferir aos relatos oficiais a centralidade dos argumentos. (COSTA, 2002, p.146).

Esse processo deve ser encarado com um cuidado ainda maior haja vista o que afirma Rondelli (2000):

A exposição dos fenômenos pela mídia ganha importância porque, por vezes aparentemente isolados, ao obterem ressonância fundam práticas e políticas outras que os extrapolam, não só denunciando aquele conflito imediato, mas fazendo emergir toda a situação social que o envolve [...] A mídia é um dos atores sociais com grande potencialidade de convocar os demais atores a um posicionamento, e o faz com grandes gestos dramáticos. (RONDELLI, 2000, p. 156).

O poder de convocar é frequentemente bem usado quando a vítima da violência pertence aos mesmos círculos sociais, econômicos e territoriais dos leitores e telespectadores. Campanhas são feitas, marchas são formadas. A indignação torna-se o tom das matérias jornalísticas. A pressão social e midiática resulta em uma investigação mais densa, mais atenta. O mesmo não ocorre, no entanto, quando a pessoa assassinada é moradora da periferia. Seu destino parece já ter sido traçado, naturalizado, com pouca margem de manobra. Por essa razão, sua morte é encarada como algo normal, como mais um número das estatísticas que estampa os jornais das segundas-feiras. A notícia de um assassinato, como se vê, repercute de forma bastante distinta na sociedade, conforme o lugar social das vítimas.

A morte do estudante Bruce Cristian de Oliveira Souza, de 14 anos, ocorrida em julho de 2010, nada mais é do que um exemplo de transgressão ao território de exceção. Ele foi morto com um tiro na cabeça por um policial do programa Ronda do Quarteirão, enquanto andava na garupa da moto do pai em plena avenida Desembargador Moreira, localizada no coração da área “nobre” de Fortaleza. De acordo com um oficial da PM, a equipe que estava na viatura considerou “suspeitas” as duas pessoas que trafegavam em uma moto numa das vias mais movimentadas da cidade em uma tarde de domingo. Daí a abordagem. Segundo o pai da vítima, ele não parou o veículo após a ordem dada pelos policiais por não ter ouvido o comando. O caso obteve alcance nacional e repercutiu por dias. Bruce e seu pai não moravam na Aldeota, mas na periferia. Se o jovem tivesse morrido da mesma forma, no interior de seu território de exceção, o caso teria alcançado a mesma comoção? O episódio causou impacto à sociedade por diversos motivos. Um deles, contudo, merece ser ressaltado: com sua morte, Bruce deixou de ser invisível.

6.3 Vidas sem memória

Chama atenção ainda o fato de a explicação para os crimes cometidos contra adolescentes em situação de conflito com a lei muitas vezes vir antes de qualquer investigação, de qualquer trabalho de reconstituição da ocorrência. É como se

fosse negado ao adolescente executado no *território de exceção* qualquer justificativa alternativa para seu assassinato, ainda que ele não possua qualquer antecedente criminal nem qualquer participação em atos delituosos. Mais uma vez, temos o fenômeno da sujeição criminal (MISSE, op. cit.) operando em pequena escala e reforçando imagens sociais preconcebidas. O trecho que segue, extraído de um programa policial, mostra de forma clara como isso ocorre:

Repórter - Pessoas, algumas pessoas aqui revoltadas, nervosas, falaram alguma coisa pra vocês? Quem teria interesse em tirar a vida do J.?

Cabo - Não, disse que ele num tinha envolvimento com droga, num tinha inimigo. Só, informaram só isso aí pra gente mesmo.

Repórter - Sem envolvimento com drogas, sem inimigo, fica mais complicado pra polícia então?

Cabo - Bem complicado, bem complicado. Porque fica uma zona que...Tancredo Neves, Dias Macedo, Mata Galinha, fica difícil.

Repórter - Questão de gangues, também?

Cabo - Isso, questão de gangues, fica difícil identificar. Aí qualquer linha de investigação tá difícil

[...]

Vamos respeitar o momento do pai que tá sofrendo com a dor da morte do filho, o filho morava com ele, acabou saindo da casa do pai, foi morar com a mãe e andava em más companhias. Inclusive algumas informações dão conta que ele andava inclusive armado. Nessa área aqui, segundo a polícia, tem a questão da briga de gangues e ele acabou perdendo a vida hoje. No dia do aniversário⁵⁸.

Esse discurso hegemônico sobrepõe-se às demais possibilidades de discurso que, por consequência, têm como destino final o esquecimento. Segundo Ricoeur (2007), assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Com essa constatação, Ricoeur assevera que:

A ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela [...]

⁵⁸ Barra Pesada. 21 jun.2010.

Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. (P.455).

Em nossas entrevistas, quando indagamos aos jovens e moradores do bairro se os autores dos crimes eram presos ou se ao menos eles eram identificados, a resposta era quase sempre negativa. Matar, em um território de execução como o Jangurussu, parece não ser passível de punição. Some-se a isso a dificuldade de encontrar apoio no Poder Público, quase sempre visto como uma instituição muito distante e pouco acolhedora, como descrito em várias oportunidades no decorrer deste trabalho. Esta, pelo menos, é a percepção compartilhada pelos moradores daquela comunidade:

Aqui pelo menos no 30º [Distrito Policial, no São Cristovão] fechou e pronto, acabou. Não fizeram uma investigação direito, e num sei quem matou, num sei quem num matou. Parece que mataram quem matou ele e, nessa história, eu sei que a história é essa, ficou aí. E era só eu pra ir lá no 30º, pois o pai dele num ia né? Eu moro com o pai dele ainda. Meu marido é alcoólatra, bebe quase todo dia. Pra resolver as coisas ele num resolve não. Tá lá, morto de bebo, todo tempo. (Mãe de adolescente assassinado aos 13 anos).

Entre as alegações dadas pela polícia aos meios de comunicação para a falta de investigação encontra-se um suposto “pacto de silêncio” estabelecido pela população. O argumento, contudo, carece de bases mais sólidas, haja vista o fato de os próprios moradores identificarem, em seus relatos, os responsáveis pelas execuções. Há indícios de autoria, mas eles parecem não ser levados em consideração da maneira devida. Duas possibilidades de resposta merecem destaque aqui: 1) isso ocorre porque a comunidade não se sente à vontade em fornecer auxílio à polícia ou 2) porque não há interesse da polícia em aprofundar determinadas investigações. A terceira explicação, o medo de retaliação por parte dos criminosos, certamente, deve ser levada em consideração, no entanto, buscamos, com esta análise, ampliar a reflexão sobre o assunto, em vez de reproduzir o que vem sendo dito à exaustão.

A falta de confiança em relação à instituição policial parece ser um significativo elemento explicativo para essa falta de cooperação. Uma moradora do

Jangurussu informou que tem medo de revelar certas informações aos policiais, pois não sabe quem tem ou não tem ligação com traficantes locais. Um morador informou que um PM teria elogiado um homem que executou outro bastante procurado naquela área. “Você fez nosso trabalho” — teria dito o policial ao homicida.

A situação vivida pelos moradores do Jangurussu vai de encontro a um levantamento nacional feito pelo IPEA. O instituto constatou que, na região Nordeste, os entrevistados possuem mais confiança na polícia do que nas demais regiões. O resultado é, de certa forma, surpreendente, quando se leva em consideração o fato de que o Nordeste possui, proporcionalmente, uma taxa mais elevada de homicídios do que a região Sudeste, por exemplo, e um efetivo menor de policiais a serviço da população. Uma hipótese é a de que o grau de confiança varia conforme a localização territorial do pesquisado. Possivelmente o morador de uma área menos violenta tenha confiança mais elevada na instituição policial do que um morador de um território de exceção. Um levantamento mais detalhado pode confirmar essa percepção. Este é um alerta a ser feito a gestores de programas como o Ronda do Quarteirão, haja vista que a confiança é o pilar de qualquer polícia comunitária que se pretenda efetiva.

A segunda opção, a da falta de interesse em aprofundar a investigação, encontra respaldo na reflexão teórica de Ricouer (2007). A refiguração da narrativa, estratégia de esquecimento ideológico descrita pelo Filósofo, ocorre de formas diversas. Com suporte nos relatos coletados em nosso trabalho, o querer-não-saber surge como uma das principais:

Esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semiativo, como se vê no esquecimento da fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma, por um *querer-não-saber*. (P.455, grifamos).

O querer-não-saber encontra-se presente em diversas esferas, seja no trabalho policial, seja na ação governamental, seja na maneira indolente com que as notícias sobre o que ocorre em tais territórios são reproduzidas, como no exemplo seguido, ocorrido no Parque Santa Filomena. Um adolescente de 15 anos foi morto em

frente a uma igreja enquanto esperava a mãe. De acordo com a versão exposta ao público, os pais, religiosos, estariam protegidos da violência. O filho, usuário de entorpecentes, não. A conclusão, embora sem qualquer respaldo de uma investigação mais apurada, é a de que houve um acerto de contas cujo desfecho não poderia ser outro:

Pai do adolescente - Ele veio mais a mãe dele pra uma reunião da igreja que a gente congrega aqui perto, e quando a mãe dele tava na igreja ele sentou-se ali do outro lado ali no apartamento. Chegou dois rapaz numa bicicleta e efetuou o primeiro disparo. Ele saiu correndo, e se (inaudível) aqui dentro do bar, eles vieram e deram mais dois tiro nele.

Repórter - Ou seja, ele não quis entrar na igreja, acabou ficando na calçada da igreja, foi o momento que os bandidos aproveitaram?

Pai do adolescente - É, ele não queria nada com deus.

Repórter - O senhor com a sua esposa frequentam a igreja?

Pai do adolescente - É, a gente é da igreja da paz.

(...)

Repórter - O senhor sempre aconselhava?

Pai do adolescente - Sempre aconselhando, sempre chamando ele pra ir pra igreja, mas tá o fim dele.

Repórter - Depoimento forte do pai do F. Como ele disse, se segurando por dentro na verdade, perdeu um filho de 15 anos de idade, confia na justiça dos homens como ele disse e na justiça de deus, lógico. E a gente acompanha agora os trabalhos aqui no local do crime, os policiais da 2ª do 5º, o pai da vítima continua no local, a equipe da divisão de homicídios também já foi deslocada, e o serviço de verificação de óbitos, que é o rabecão, acaba de chegar também pra recolher o corpo do jovem logo após o trabalho pericial. Tá aqui as informações do perito, agora se retirando aqui do local, na realidade ainda em andamento o trabalho da perícia, mas a gente conclui aqui. O corpo do jovem já foi recolhido, um acerto de contas aqui, o próprio pai da vítima relatou que ele já estava ameaçado de morte⁵⁹.

O sentimento de que a autoria da morte de um ente querido dificilmente será descoberta é responsável por mais um fardo a ser carregado provavelmente pelo resto da vida. A mãe de um adolescente de 15 anos morto em 2004, na comunidade do João Paulo II, no Jangurussu, até hoje não sabe quem assassinou o filho. Ele foi morto enquanto corria com amigos na avenida Perimetral. Segundo o relato dela, um homem em uma camioneta *Hilux* verde os abordou e, ato contínuo, disparou contra o jovem. Ao

⁵⁹ Barra Pesada. 26 nov. 2010.

contrário dos demais assassinatos descritos nessa dissertação, a morte do adolescente obteve certa repercussão, passando a ser conhecida pelos meios de comunicação como o “Caso da *Hilux*”. A favor da vítima, pesou o fato de ele não possuir envolvimento com drogas e ser uma pessoa bastante querida na vizinhança, conforme o relato da mãe. Encerrada a etapa inicial, contudo, a investigação policial não mais avançou:

Até hoje eu tô pra saber ainda por que foi e quem foi. Nunca mais viram o carro. Na época o delegado Cavalcante mandou fazer retrato falado. Ele se interessou muito pelo caso. Mas só que ele saiu daqui, da nossa área. Os outros que entraram eu andei ainda muito atrás, mas acho que não se interessaram. Eu fui atrás dos outros várias vezes, mas eles só faziam olhar a pasta e diziam que tava do mesmo jeito. Não se interessaram mais não. Aí eu também não me interessei mais, porque assim, porque eu tenho os outros meus filhos, né? (Mãe do adolescente, João Paulo II).

A descrença em relação à Justiça e no Estado parece ser uma consequência desse “abandono institucional”:

Tem muitas coisas que a gente, infelizmente, tem que engolir calada. Justiça no Brasil não tem. Tem enrolação, tem falcatura, tem sei lá o quê. Eu cheguei uma vez na delegacia, tá com muito tempo, e perguntei ao rapaz o que é que ele fazia lá. E ele simplesmente pegou a pasta lá do arquivo dele, que eles deixa arquivar lá, joga lá mesmo, esquece, todos os casos são assim, e mostrou pra mim que tava como caso encerrado. Tava lá na pasta “caso encerrado”. Sem chegar ao acusado, sem nada. Eu perguntei: “Vocês podem me explicar como é que vocês, dentro de um caso desses, vocês podem encerrar sem pelo menos chamar a família pra comunicar?”. Ele ficou sem resposta. Mas ele disse que tava como caso encerrado e eu disse que ia atrás dos meus direitos né. E ele falou que ia me dar o nome de um pessoal lá do fórum pra mim ir atrás dos meus direitos, mas eu mesmo não quis ir mais atrás. Quis mais botar pra frente não (...) Talvez se eu tivesse dinheiro, muito dinheiro, rica, tivesse até soldado dinheiro, talvez tinham descoberto o meu caso, mas como eu não tinha... (Mãe de adolescente, João Paulo II).

Mais exemplos poderiam ser expostos sobre essas narrativas que se repetem cotidianamente nos meios de comunicação e que são alimentadas pelos agentes estatais integrantes da área da segurança pública. Parece haver, por displicência ou por desinteresse, pouca dedicação em buscar mais informações sobre esses acontecimentos, que passam a ser esquecidos pouco tempo depois ante as ocorrências com maior potencial de despertar o interesse público. Evidentemente, a falta de

recursos e de pessoal contribui para a não elucidação de boa parte dos casos. Em virtude de um sem-número de casos de assassinato em uma área de grande abrangência territorial, é preciso selecionar quais são os prioritários. Não é preciso muita imaginação para perceber que o “morto que já está morto” (BARREIRA, 1999a) dificilmente será o primeiro da lista.

Em outra frente, a omissão dos dados acerca da data de nascimento das vítimas de homicídio, na página da internet da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), impede que seja feito um levantamento desse tipo de ocorrência de modo mais claro e transparente por pesquisadores independentes. Desde 2010, a obtenção dessa informação passou a ser filtrada pela própria Secretaria, atendendo a critérios que mais dificultam a compreensão desse fenômeno do que auxiliam. A publicação de um boletim mensal com dados sobre homicídio, embora atenda às normas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), de acordo com o Governo do Estado, oculta, ao mesmo tempo, variáveis importantes acerca dos homicídios cometidos contra jovens e adolescentes. Não há, por exemplo, uma divisão estatística por idade e região geográfica. Os dados se referem ao Ceará como um todo, como se a violência no Estado se manifestasse espacialmente de forma homogênea, como se não houvesse áreas bastante violentas em contraposição a municípios com baixíssimos índices de criminalidade. Os números são apresentados de modo intangível e, por que não dizer, apolítico, por meio de uma taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes com escassa contextualização.

Figura 5 - Reprodução do boletim mensal sobre homicídios no Estado publicado no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)



4 Apresentação das Estatísticas

Tabela 1: Homicídios Dolosos

Mês	Taxa (por 100 mil hab.)	Varição ^a (%)
jan/10	3,33	31,80
fev/10	3,01	-9,82
mar/10	2,95	-1,95
abr/10	2,84	-3,57
mai/10	2,84	0,00
jun/10	2,35	-17,28
jul/10	2,12	-9,95
ago/10	1,85	-12,71
set/10	2,32	25,32
out/10	2,75	18,69
nov/10	2,50	-8,94
dez/10	2,73	8,88
jan/11	2,83	3,86

Fonte: SSPDS/CE.

Fonte: SSPDS

Soares (2008), especialista em pesquisas e análises sobre homicídios, destaca a necessidade de o pesquisador contar com dados individualizados para seus estudos:

O acesso dos pesquisadores a *dados individualizados* é indispensável para construir *databases* que permitam o conhecimento do homicídio desagregado por características relevantes. Isto porque os determinantes dos diferentes tipos de homicídio (definidos pelas características das vítimas, dos assassinos, do contexto ou da combinação entre eles) variam (...) As explicações empiricamente válidas para as variações nas taxas de crime em geral, e de homicídios, em particular, *não são as mesmas para os diferentes grupos* (...) Como demonstrar isso se os dados usados são brutos e não separados por idade? (P.140).

Para Ricouer (2007), é preciso que os agentes envolvidos nesse processo de esquecimento ativo, conforme sua terminologia, sejam responsabilizados por isso, como já ocorre em diversos atos da Administração Pública:

Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia e se podia intervir. (RICOUER, 2007, p.456).

Fazem parte ainda desse esquecimento os efeitos indiretos dos assassinatos, denominado por SOARES *et al* (2006), como as *vítimas ocultas da violência*. Uma das principais consequências na vida das pessoas que tiveram entes queridos mortos ou de profissionais das áreas de Saúde e Psicologia que lidam com o tema são a Desordem de Estresse Pós-Traumático (DEPT), transtorno que afeta o cotidiano dos indivíduos em diversos níveis — psicológico, financeiro, profissional etc. O transtorno pode estender-se até mesmo por meses após o acontecido. Problemas com sono, depressão, sensação de isolamento são alguns dos sintomas. Pesquisa feita no Rio de Janeiro mostrou os impactos causados pela DEPT em componentes familiares e amigos de pessoas mortas em acidentes, suicídios e homicídios⁶⁰. Embora seja um fenômeno que atinja uma parcela significativa da população, pudemos constatar nesta pesquisa que a DEPT ainda não merece a atenção devida dos agentes públicos. Em nossa pesquisa, observamos a presença de alguns desses itens no cotidiano das “vítimas ocultas” do homicídio de adolescentes. Segundo seus relatos, porém, em momento algum elas contaram com apoio profissional organizado:

Eu tive problema de saúde, meu marido também. Eu quase fui à loucura. Eu fiquei sem comer muito tempo, muito tempo que fiquei só os ossos, só os ossos, tão magra, eu tenho um retrato meu que minha amiga tirou. Eu peguei depressão também e meu marido. Eu acho que a minha sorte foi essa, eu deixei o trabalho, dei um tempo né lógico, aí depois eu mesmo me autocontrolei, fui trabalhar pra ver se eu melhorava, aí tinha vez que eu não aguentava ficar trabalhando. Eu voltava chorando no caminho inteiro, vinha chorando dentro do ônibus. Aí pronto, caía na depressão, passei muito tempo assim sabe. Eu acho que eu passei uns quatro anos pra melhorar, poder me segurar mesmo. Meu marido ele já é doente, aí também ficou do mesmo jeito. (Mãe de adolescente de 15 anos morto no Jangurussu).

⁶⁰ Sobre o assunto, ver detalhes em “As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro”, alentada pesquisa realizada por pesquisadores do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes.

Depois que meu filho morreu eu tive foi depressão. Olha só a história pra dizer quando ele morreu. Eu deixava uma janela aberta e dizia: “meu fi, a janela tá aberta, aquela de lá, aí você entra”. E tudo bem, e ele entrava. Eu olhava se ele tava dormindo, que ele dormia debaixo da minha rede num colchãozinho. Tudo bem. Quando ele faleceu, quando ele morreu, eu deixava a janela aberta. Aquele vento, eu dizia só comigo: “É o X.”. E assim eu superei tudim, eu deixava a janela aberta pra ele entrar, aí eu sabia, aquele vento eu dizia que era o menino. Aí pronto, eu fechava a janela e ia dormir sossegada (...) Mas a gente fica doente mesmo. E assim a gente vai superando, né? E também eu já me lembro que tem mais filho né. E tudo bebe. Tem que se preocupar com os outros. (Mãe de adolescente assassinado aos 13 anos).

Essa complexa articulação de estratégias de ação, com sua recorrência e sua intencionalidade, nos levam a considerá-la verdadeira política do esquecimento, como acentua Lobo (2007), ao se referir à pouca atenção dada às vítimas da violência:

Las víctimas, en cierta medida, representan el fracaso del Estado en su misión de proteger los intereses colectivos. Olvidar a ciertas víctimas podría ser una estrategia de las instituciones para ocultar su propia ineficacia (p.330)

Não é fácil ouvir a voz de quem não tem voz, assim como ver a figura de quem foi submetido à invisibilidade. Todos os dias, adolescentes e seus familiares são condenados a essa pena. São vidas breves, vidas sem memória, vítimas invisíveis. A despeito do querer-não-saber da sociedade, elas teimam em existir.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rematamos esta dissertação, certamente, com mais perguntas do que respostas. De certa forma, esse resultado é muito bem-vindo. Não há pretensão alguma aqui em querer esgotar o assunto e dar a opinião final. Preferimos crer que foram apresentados indícios, sinais e pistas que podem auxiliar na compreensão sobre os assassinatos cometidos contra adolescentes em Fortaleza.

Para não dizer que nos esquivamos da tarefa de tecer as considerações, enumeramos aqui algumas proposições que foram se consolidando ao longo da pesquisa.

É urgente reconhecer a situação de risco a que estão expostos os adolescentes, em especial os que vivem no que chamo de territórios de exceção, áreas da Cidade em que os direitos são negados em nome da segurança. É preciso que o Estado adote tais territórios, assumam-os, acima de tudo, como territórios de direitos.

É preciso, antes de tudo, que o Estado reconheça que não enxerga os adolescentes em situação de vulnerabilidade, como os apresentados nesta pesquisa, como sujeitos de direitos, com dignidade semelhante a adultos e idosos. Sem esse *mea culpa* primordial, não se pode fazer um trabalho realmente eficaz. Sem esse reconhecimento, eles permanecerão invisíveis.

Os componentes familiares das vítimas também merecem cuidados especiais, como apoio psicológico, ajuda financeira e consideração. Eles não podem sofrer ainda mais por não serem atendidos bem, por serem vítimas de preconceito e descaso por parte dos agentes públicos.

Uma medida importante, nesse sentido, é o ingresso do Estado do Ceará no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Criado em 2003 pelo Governo federal, o programa é vinculado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA)⁶¹. Dentre seus principais objetivos estão

[...] a preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte por meio de uma medida protetiva que compreende a garantia de direitos fundamentais assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre eles, o direito à vida, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à saúde, dentre outros. (BRASIL, SDH, 2010, p.66)

Mais do que meramente assegurar proteção a adolescentes sob ameaça, o Ceará poderia ir além ao garantir os direitos de grupos inteiros de crianças e adolescentes, implementando o programa em sua forma integral tendo em vista os direitos fundamentais previstos no estatuto em sua totalidade. Executado em sua forma parcial, as causas que levam os adolescentes a viver sob o jugo de uma sociabilidade violenta persistiriam, sem que esse ciclo de reprodução social fosse rompido. Para comunidades como o Santa Filomena, a presença efetiva do Poder Público, de forma permanente e não por meio de espasmos assistencialistas, seria algo inédito e cujos impactos não podem ser previstos.

Mesmo com as informações sendo produzidas e circuladas atualmente em uma velocidade cada vez maior, os meios de comunicação precisam rever seus processos de apuração, em especial os que se referem a adolescentes em situação de conflito com a lei. Ainda que de forma inconsciente, esses veículos podem reforçar preconceitos e estereótipos, auxiliando assim estratégias que levem à invisibilidade e ao esquecimento desse segmento social tão vulnerável. Contextualizar a notícia, dar voz aos acusados e familiares, agir de maneira mais crítica em relação aos agentes de

⁶¹ Até o momento, o PPCAAM foi implantado em 11 unidades da Federação: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Pará. Um Núcleo Técnico Federal atua ainda em casos emblemáticos nos estados sem cobertura do Programa. Até 2010, 4.873 pessoas haviam sido protegidas (1.701 crianças/adolescentes e 3.172 familiares).

seguranças são algumas medidas que podem levar a um noticiário um pouco mais equilibrado.

Ressaltamos a importância de um “empoderamento comunicacional” de tais comunidades, que elas possam encontrar espaços para expressão, para apresentar suas próprias narrativas. A expansão das mídias sociais e de canais alternativos de comunicação, certamente, é uma aliada nesse sentido.

Embora tenhamos apresentado relatos dramáticos e, por vezes, desesperançados ao longo deste texto, concluímos de maneira otimista. A capacidade de criação do ser humano parece ser infindável. Durante o carnaval, na sexta-feira, participamos de um evento promovido pela comunidade do Santa Filomena chamado de “Racha das Loucas”. A festa popular é promovida há cerca de seis anos pelos jovens da comunidade.

Um carro de som percorre as ruas chamando as pessoas a interagir. Vestidos de mulher, com batons, pinturas e saltos altos, crianças, adolescentes, jovens e adultos deixaram de lado o machismo e se puseram a brincar, a se divertir, a fazer troça. Um desfile foi realizado para a escolha do (a) homem (mulher) mais bonito (a). Entre os espectadores, donas de casa, idosos, jovens com ligação ou não com o tráfico; juntos, prestando atenção em todo aquele movimento. Encerrado o concurso de beleza, os participantes deram início a uma partida de futebol no campo da comunidade. Imagine-se a dificuldade em correr com um vestido curto brilhante!

O que ocorreu no Santa Filomena, naquela noite de carnaval, foi uma trégua, um momento de paz em meio a um quadro de exclusão e violência. Mais do que o resultado em si, o relevante nisso tudo é a capacidade de mobilização, articulação e interação apresentadas; valores que, bem usados, podem auxiliar a comunidade a ser reconhecida, a ser vista como um território formado por sujeitos de direitos.

Há desafios imensos pela frente no que diz respeito à constituição de uma nova sociabilidade que supere a atual, mas algo que se aprende quando se lida com os jovens é que eles sempre nos surpreendem no que se refere à sua capacidade de criar o novo e de fazer surgir sinais de esperança em meio a um quadro de desencantos e frustrações.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ADORNO, S. "A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada". **Sociedade e Estado**, São Paulo, 10: 299-242, 1995.

_____. et al. **O Adolescente na criminalidade urbana em São Paulo**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, p. 84-135, 2002.

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANCED. **Relatório Sobre a Situação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Fortaleza: ANCED, 2004. [on-line].
[<http://www.cecria.org.br/direitos/Relatorio%20ANCED%20%20Direitos%20das%20CE7as%20e%20Adol%20-%20Brasil.pdf>]. Acessado em 20/10/08.

ANDRADE DA SILVA, E.R.; ANDRADE, C.C de. "A política nacional da Juventude: avanços e dificuldades". In: DE CASTRO, J.A.; DE AQUINO, L.M.; DE ANDRADE, C.C.(org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, pp.41-70, 2009.

AQUINO, L. "Introdução". In: DE CASTRO, J.A.; DE AQUINO, L.M.; DE ANDRADE, C.C.(org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, pp.41-70, 2009.

BARATA, R.B. et al. Desigualdades sociais e homicídios em adolescentes e adultos na cidade de São Paulo em 1995. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, 2(1-2):50-59, 1999.

BARREIRA, C. **À Espera da Justiça**: assassinatos de crianças e adolescentes na Grande Fortaleza. Fortaleza: Expressão, 1999a.

_____. (coord.). **Ligado na Galera**: juventude, violência e cidadania em Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999b.

_____. **Questão de Segurança**: Políticas Governamentais e Práticas Policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará - Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

BARREIRA, C; BARREIRA, I. **A Juventude e suas expressões plurais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BARROS, M.D. de A. et al. Mortalidade por causas externas em crianças e adolescentes: tendências de 1979 a 1995. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 35(2):142-149, 2001.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENJAMIM, W. "Crítica da Violência". In: Willi Bolle. (org.) **Walter Benjamin**: Documentos de. Documentos de Cultura, Documentos de barbárie. São Paulo: Cultrix, 1986.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(6):1629-1664, nov-dez, 2005.

CALDEIRA, T.P. do R. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 e EDUSP, 2000.

CASTRO, J.A.de; AQUINO, L.M.de; ANDRADE, C.C. de (orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação. **Plano Plurianual 2000-2003**. Fortaleza: SEPLAN, 1999.

Compartilhado 2004-2007: crescimento com inclusão social. Fortaleza: SEPLAN, 2003.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual 2008-2011:** mensagem governamental vol.I. Fortaleza: SEPLAG, 2007.

CEDECA CEARÁ. **Relatório de monitoramento da política para a infância e adolescência no município de Fortaleza 2010.** Fortaleza: CEDECA-CE, 2010.

CHAUÍ, M. "Prefácio". In: BUCCI, E.; KEHL, M.R. **Videologias.** São Paulo: Boitempo, 2004.

CHESNAIS, Jean Claude. "A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção". **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 1999, vol.4, n.1, pp. 53-69.

COSTA, B.C.G da. **Estética da Violência:** jornalismo e produção de sentidos. Campinas, SP: Autores Associados; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2002.

COSTA, L.F.A. **O sertão não virou mar:** nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense. São Paulo: Annablume/ EDUECE, 2005.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência:** gangues, galera e o movimento Hip Hop. São Paulo-Fortaleza: Annablume, 1998.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Estratégia, poder-saber.** Coleção Ditos e Escritos Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, P.C.P.; IULIANELLI, J.A.S. (orgs.). **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro; D,P&A Editora, 2003.

FREITAS, G.J de. Viver pela metade. In: **O POVO,** Fortaleza, 8 out. 2006. Caderno Pensar o Mundo do Amanhã, p. 6.

FREITAS, M.V. de; PAPA, F.C. (org.) Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

GONÇALVES, R.C. e LISBOA,T.K. "Sobre o método história oral em sua modalidade trajetórias de vida". In: **Revista Katalysis**. Florianópolis, v.10 n. esp. p.83-92, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Plano Plurianual 2008-2011**: mensagem governamental vol.I. Fortaleza: SEPLA, 2007.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

IPEA. **Transições Negadas**: Homicídios entre os jovens brasileiros. Brasília: Ipea, 2006.

IPEA. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. **Texto para discussão nº 1335**, Brasília: Ipea, 2008.

IPECE. Fatores de Vulnerabilidade na Juventude: Subsídios para a proposição de Políticas Sociais. **Texto para Discussão nº 30**, Fortaleza: Ipece, 2006.

JAKOBS, G. **Direito Penal do Inimigo**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2009.

LESSING, B. "As facções cariocas em perspectiva comparativa". **Novos Estudos Cebrap** n. 80, pg. 43-62, 2008.

KODATO, S.; SILVA, A.P.S. **Homicídios de adolescentes**: refletindo sobre alguns fatores associados. Psicologia: reflexão e crítica, Rio Grande do Sul, 134(3): 507-515, 2000.

LOBO, Y.P. "Victimología". In: VVAA. **Elementos Básicos de Investigación Criminal**. Madri: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado de Investigación sobre la Paz, la Seguridad y la Defensa, 2007.

MACHADO DA SILVA, L.A. **Sociabilidade violenta**: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. A Democracia Vista de Baixo. Rio de Janeiro: 2004.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico (Livro 4 do Capital). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATOS, H. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MELIÁ, M.C. "Direito Penal" do Inimigo? In: MELIÁ, M.C; JAKOBS, G. **Direito Penal do Inimigo**: noções e críticas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MINAYO, M.C.S. "A violência na adolescência: um problema de saúde pública". Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 6(3): 278-292, 1990.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. In: MICHEL, Misse (org.) **Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

NOVAES, R. "Prefácio". In: DE CASTRO, J.A.; DE AQUINO, L.M.; DE ANDRADE, C.C.(org.) Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília:IPEA, pp.13-22, 2009.

OLIVEIRA, C.S. de. **Sobrevivendo no inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

OLIVEIRA, A. M.;RIBEIRO, L.C.Q. **Diagnóstico da evolução das categorias sociocupacionais e dos rendimentos no trabalho principal, segundo os dados da PNAD (2002 a 2005)**. Texto para Discussão (on-line). Observatório das Metrôpoles, 2008.

PEQUENO, R. "Análise Sócio-ocupacional da Estrutura Intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza". In: **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 07, número 13, pg. 71-86, 2008.

PEREIRA, Carlos A.M. (org.) **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PERES, M.P.T. **O impacto das armas de fogo na mortalidade: Brasil (1991-2000)**. São Paulo: NEV-USP, 2003.

PERES, M.F.T.; SANTOS, P.C. dos. "Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo". **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 39(1): 58-66, 2005.

PERES, M. F.T. et al. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**. São Paulo: NEV/USP, 2006.

RAMOS, S. e MUSUMECI, L. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e Violência**: Novas Tendências na Cobertura de

Criminalidade e Segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, L.C.Q.R., RODRIGUES, J.C. CORREA, F.S. "Segregação residencial e emprego nos grandes espaços urbanos brasileiros". **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 15-41, jan/jun 2010.

RICOUER, P. Tempo e Narrativa - Tomo III. Campinas-SP: Papirus, 1997.

_____. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2007.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos A. M. (org.) **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANT'ANNA, A. et al. "Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares". **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(1): 120-129, 2005.

SALES, M.A. **(In) Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, E.R. "Homicídios no Brasil: o grande vilão da Saúde Pública na década de 80". In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10(supl. 1): 45-60, 1994.

SOUZA, E.R. e Assis, S.G. "Mortalidade por violência em crianças e adolescentes no Município do Rio de Janeiro". **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, 45(2): 85-94, 1996.

SOARES, G. A.D. et al. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOARES, L.E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, sociedade, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPOSITO, M. "Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil". In: FREITAS, M.V. de; PAPA, F.C. (org.) **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São

Paulo: cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. Pg. 57-74.

TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e práticas. Lisboa: Veja, 1993.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

_____. **Punir os pobres**: a onda punitiva. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

WASELFISZ, José J. “Mapa das mortes por violência”. In: **Estudos Avançados** 21 (61), São Paulo: USP, 2007a.

_____. **Mapa da violência III** - Os jovens no Brasil. Brasília/São Paulo: Unesco, Ministério da Justiça, Instituto Ayrton Senna, 2002.

_____. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros**. Brasília: OEI, 2007b.

WIEVIORKA, Michel. “O novo paradigma da violência”. In: **Tempo Social** 9(1): 5-41, São Paulo: USP, 1997.

_____. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. “Democratização inacabada: fracasso da segurança pública”. In: **Estudos Avançados** vol.21, no.61, p.31-49, São Paulo: USP, dez 2007.

ZAMORA. M.H. Violações contra os direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Direitos humanos no Brasil 2008**. São Paulo, 2009. [on-line]. <http://www.social.org.br/relatorio%20dh%20brasil%202008.pdf>. Acesso em 14/08/10.

ANEXOS

ANEXO 1

Homicídios de adolescentes nos bairros de Fortaleza (2007-2009) -

Cartografia da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (UECE/UFC/GMF)

Bairro	2007	2008	2009	Total
Messejana	10	10	9	29
Bom Jardim	4	6	11	21
Jangurussu	7	5	8	20
Barra do Ceará	5	4	5	14
Alagadiço Novo	3	5	3	11
Conjunto Palmeiras	1	5	5	11
Siqueira	3	4	4	11
Cais do Porto	6	2	2	10
Quintino Cunha	1	8	1	10
Vicente Pinzon	5	0	5	10
Aerolândia	4	2	3	9
Barroso	5	3	1	9
Passaré	3	2	4	9
Genibau	1	5	2	8
Pici	3	4	1	8
Bom Sucesso	1	3	3	7
Canindezinho	2	3	2	7
Bela Vista	5	1	0	6
Jardim das Oliveiras	2	3	1	6
Mondubim	2	2	2	6
Praia do Futuro II	2	2	2	6
Alvaro Weyne	2	3	0	5
Autran Nunes	1	3	1	5
Edson Queiroz	4	1	0	5
Granja Portugal	1	0	4	5
Jardim Iracema	0	1	4	5
Papicu	3	0	2	5
Ancuri	0	0	4	4
Centro	3	0	1	4
Conjunto Esperança	0	2	2	4
Henrique Jorge	3	1	0	4

Prefeito Jose Walter	0	1	3	4
Serrinha	1	1	2	4
Antonio Bezerra	1	1	1	3
Cajazeiras	0	2	1	3
Granja Lisboa	0	2	1	3
João XXIII	1	1	1	3
Maraponga	0	1	2	3
Montese	2	0	1	3
Parangaba	3	0	0	3
Pedras	0	0	3	3
Vila Velha	1	1	1	3
Vila União	1	0	2	3
Cidade dos Funcionários	0	0	2	2
Fátima	1	0	1	2
Guajerú	0	1	1	2
Itaperi	0	0	2	2
Jacarecanga	1	0	1	2
Lagoa Redonda	0	1	1	2
Monte Castelo	1	0	1	2
Pan-Americano	0	2	0	2
Parque Iracema	0	0	2	2
Parque Santa Rosa	1	0	1	2
Parque Sao Jose	0	0	2	2
Praia do Futuro I	0	0	2	2
Presidente Kennedy	0	0	2	2
Aldeota	0	1	0	1
Castelão	1	0	0	1
Coco	1	0	0	1
Curió	0	0	1	1
Cristo Redentor	0	1	0	1
Itaoca	0	1	0	1
Jardim Cearense	1	0	0	1
Joaquim Távora	0	0	1	1
Lagoa Sapiroanga	0	0	1	1
Moura Brasil	0	0	1	1
Mucuripe	0	0	1	1
Parque Dois Irmaos	0	0	1	1
Paupina	0	1	0	1
Pirambu	0	0	1	1

Praia de Iracema	0	0	1	1
São João do Tauape	0	1	0	1
Sabiaguaba	0	1	0	1
Varjota	1	0	0	1
Vila Pery	1	0	0	1
Vila Ellery	0	1	0	1
Aeroporto	0	0	0	0
Alto da Balança	0	0	0	0
Benfica	0	0	0	0
Cambeba	0	0	0	0
Carlito Pamplona	0	0	0	0
Cidade 2000	0	0	0	0
Coaçu	0	0	0	0
Conjunto Ceara	0	0	0	0
Couto Fernandes	0	0	0	0
Damas	0	0	0	0
Demócrito Rocha	0	0	0	0
Dias Macedo	0	0	0	0
Dionísio Torres	0	0	0	0
Dom Lustosa	0	0	0	0
Dunas	0	0	0	0
Farias Brito	0	0	0	0
Floresta	0	0	0	0
Jardim América	0	0	0	0
Jardim Guanabara	0	0	0	0
Jóquei Clube	0	0	0	0
Luciano Cavalcante	0	0	0	0
Manoel Sátiro	0	0	0	0
Meireles	0	0	0	0
Padre Andrade	0	0	0	0
Parque Araxá	0	0	0	0
Parque Manibura	0	0	0	0
Parquelândia	0	0	0	0
Parreão	0	0	0	0
Presidente Vargas	0	0	0	0
Rodolfo Teófilo	0	0	0	0

Bairros mais violentos

*Inclui homicídios do Conjunto Palmeiras

ANEXO 2

A lista a seguir é um apanhado de vítimas da violência no Parque Santa Filomena, com base nos relatos de moradores. Em alguns casos, não se soube precisar o nome verdadeiro e nem a data de sua morte. Mesmo assim, fazemos o registro até pela necessidade de se averiguar, em futura ocasião, a identificação completa desses óbitos.

Mortes no Santa Filomena

2005

2006

Antonio Cleber Martins de Souza, 25 anos (12/04/81 – 19/04/06)

Douglas

Joanes

2007

Josevando Souza da Silva, 17 anos (16/07/89 – 25/02/07)

Francisco Antonio Alencar da Silva, 29 anos (01/02/78 – 01/07/07)

Deri

Neném / Batata / Élson (três irmãos)

Márcio Calcinha

2008

Antônio Marcos Evangelista de Menezes, 20 anos (02/01/88 – 01/07/08)

Francisco Edson S. Pereira, 26 anos (06/06/81 – 12/05/08)

Carlos Jefferson Martins de Souza, 15 anos (26/03/93 – 02/07/08)

2009

Francisco Elino Duarte, 25 anos (13/04/83 – 15/02/09)

Antonio Eduardo, 19 anos (06/06/89 – 19/04/09)

2010

Adriano Fidélis Fernandes, 21 anos (26/07/88 – 09/01/10)

José Wilson Pereira da Silva, 20 anos (19/03/90 – 16/08/10)

Francileudo Santos da Silva, 28 anos (30/05/82 – 14/10/10)

Careca

Denilson

Elder

Jonatan

Sem data

Cléber

Elves

Jucilene (Pioca)

Herberson

Magno

ANEXO 3

PROGRAMA DE JUVENTUDE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ⁶²

Cenário Atual da Juventude

Juventude entendida como problema
Programas desarticulados
Pequena participação dos jovens
Ineficácia no acompanhamento e avaliação das políticas
Baixa cobertura e centralização das ações nos grandes centros urbanos

Programas atuais para a Juventude

Vivendo e Aprendendo
Pintando a Liberdade
Agente Jovem em Desenvolvimento
Festal
Escola Viva
Amor à Vida
Desporto Amador
CVTs e Centecs
Ilhas Digitais
Espaço Jovem
Embarque Nessa
Proares
Serviço Civil Voluntário

Missão da SEJUV na área da Juventude

"Promover o desenvolvimento da Juventude cearense através da articulação e execução de programas e projetos, e da criação de canais de diálogo, participação e comunicação entre o Governo e a Sociedade Civil".

Linhas de Ação

Ação Vertical
Programa de Protagonismo
Executar programas e projetos relacionados ao desenvolvimento da Juventude

Ação Horizontal

Programa Intersetorial
Agir horizontalmente articulando, integrando potencializando as políticas públicas de Juventude no Governo
Programa de Diálogo com a Juventude

Consolidar ou criar canais de diálogo e interação entre o Governo e os movimentos e tribos de Juventude

Ação Horizontal
Potencializar e promover a sintonia e sinergia das políticas de Juventude evitando sobreposições e dando maior eficácia e visibilidade às ações para a Juventude em nível governamental

⁶² http://ww1.psdb.org.br/juventude/juventude_ceara.asp (acesso em 28/02/11)

Garantir um suporte de informações para o Comitê Intersetorial de Políticas de Juventude

Destacar as ações do Governo através da instituição de um selo simbólico que identifique as ações intersetoriais e as políticas de maior relevância na Área de Juventude

Dar visibilidade às ações de Juventude de todo o Governo

Ação Vertical

Abrir canais de diálogo com a juventude divulgando as ações do Governo nessa matéria, propondo parcerias e recebendo sugestões, demandas e reivindicações

Criar um órgão de referência para institucionalizar o processo de diálogo com a Juventude cearense garantindo a representação plural e paritária entre Governo e Sociedade

Promover a interação entre o Governo e Juventude através da criação de instrumentos de comunicação com os movimentos e tribos de Juventude

Ação Vertical

Integrar jovens em ações de combate a pobreza e de redução de desigualdades sociais através do intercâmbio com comunidades em situação de risco social

Reunir jovens de diversos movimentos e tribos, no sentido de encorajá-los na construção de relacionamentos e realização de diversas atividades

Promover o exercício da cidadania através da capacitação, do fornecimento de informações e da assistência jurídica a jovens carentes